



CADERNOS TEMÁTICOS

Março de 2008 – Nº 20

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Patrícia Barcelos, Solange Moreira Corrêa, Maria Amelia Ayd Corrêa, Sonia Ana Charchut Leszczynski, Sandra Branchine e Cinara Barbosa

Coordenação Editorial

Cinara Barbosa

Produção Executiva

Patrícia Barcelos e Sandra Branchine

Reportagens

Marco Aurélio Fraga, Rodrigo Farhat, Sophia Gebrim e Stela Rosa

Assistente de Produção Gráfica

Muriele Cristina de Oliveira

Relações Públicas

Pablo Viana

Revisão

Denise Goulart

Diagramação

www.grifodesign.com.br

Impressão

Cromos

Impresso no Brasil

A exatidão das informações, os conceitos e opiniões emitidos nos artigos e nos resumos estendidos, relatos de experiência e práticas pedagógicas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

2008 Ministério da Educação

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte

Série Cadernos Temáticos

Tiragem: 10.000 exemplares

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, bloco L, 4º andar

CEP: 70047-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 2104-8127/9526

Fax: (61) 2104-9744

setec@mec.gov.br

www.mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

Cadernos temáticos / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
v. 1, (nov. 2004). – Brasília : Secretaria de Educação Profissional
e Tecnológica, 2004-.

1. Educação profissional. 2. Práticas educativas. 3. Experiências
pedagógicas. I. Brasil. Secretaria de Educação Profissional e Tecno-
lógica.

CDU 377



Apresentação 5

Editorial 7

Reportagens 8

- Inclusão social por meio do esporte 8
- Colégio Universitário forma estudantes cegos no Maranhão 12
- Rompendo a barreira do silêncio 20
- Além do voluntariado 25

Artigos 29

- Práticas alternativas em saúde 29
- Significado do envelhecimento entre idosos vivendo na comunidade 37
- Integração curricular: diálogo com as comunidades locais 46
- Comunidades indígenas e o turismo local 55
- Mobilização de estudantes universitários no desenvolvimento de práticas sociais inclusivas 60
- A escola pública como instrumento de inclusão digital 65
- Panificação como alternativa de inclusão para portadores de necessidades especiais 72

Resumos Estendidos, Relatos de Experiência e Práticas Pedagógicas 77

- Reflexões sobre a transposição do rio São Francisco, a partir do filme 'Narradores de Javé' 77
- (Des)construindo diferenças 80
- Dia de feira 83
- A comunidade remanescente de quilombos do Angico na cidade de Alegrete 85
- Implantação de uma unidade piloto de biodiesel 88
- Efeitos do turismo na comunidade em Carrancas 90
- Horta escolar: uma estratégia de aprendizagem e construção do cidadão 93

Contatos 96



Esta publicação tem história. Resulta de um trabalho iniciado em meados de 2004. Àquela época, a equipe de Comunicação Social da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação tinha alguns desafios à frente: revelar o cotidiano das escolas de formação de trabalhadores; mostrar a diversidade dessas unidades; valorizar a produção cultural e científica de servidores, estudantes e professores. Havia, ainda, algumas barreiras a vencer, como manter e aperfeiçoar a qualidade de textos e imagens das publicações.

Quinze edições depois, as tentações são outras. Luta-se para ampliar a tiragem, de forma a aumentar o número de leitores, assim como avaliar qualitativamente cada edição.

Nesse percurso, mais precisamente em 2007, a coletânea Cadernos Temáticos da Educação Profissional passou a integrar o Qualis, lista de periódicos com qualidade recomendada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ao lado de anais, revistas e jornais, os cadernos se tornaram divulgadores avalizados da produção intelectual de professores e alunos de programas de pós-graduação. Os cadernos receberam classificação em três áreas distintas: ciência de alimentos (nível C em âmbito nacional), educação (nível C nacional) e multidisciplinar (nível B nacional). Dessa forma, os trabalhos produzidos por professores e estudantes da Rede Federal de Educação Profissional ganharam mais visibilidade e ampliaram o diálogo com as agências de fomento à pesquisa.

Hoje, todas as escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica recebem exemplares dos Cadernos Temáticos. Consegue-se, também, atender às escolas estaduais de educação profissional. Entretanto, a cobertura não atinge ainda as instituições públicas de ensino médio. É uma meta a ser alcançada.

Em quatro anos, o projeto gráfico-editorial pouco foi alterado. A principal preocupação para as modificações foi o refinamento do projeto gráfico, de forma a facilitar a leitura da revista e a compreensão de seu conteúdo, tornando-a de leitura mais ágil. Barras coloridas passaram a servir de indicadores das seções: reportagens em vermelho, artigos em azul, resumos, relatos e práticas em verde, de forma a diferenciar uma página da outra. No quesito editorial, buscou-se ampliar a abrangência, de maneira a descortinar o mosaico de ações e estudos produzidos pelas escolas, numa ligação explícita com a realidade de cada região.

A finalidade dos Cadernos Temáticos continua a mesma, ou seja, divulgar trabalhos, pesquisas e projetos de servidores, professores e alunos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A seleção do material enviado pelas escolas é feita de acordo com alguns critérios. Os mais importantes são a pertinência ao tema e a relevância das informações, de forma a que os artigos contidos nesses cadernos reflitam a diversidade e a realidade de cada local, de cada cidade e de cada escola. Todos mostram, por meio de texto – artigos, resumos, relatos, práticas e reportagens –, a realidade da formação de profissionais no Brasil.

O desafio de editar cada número dos Cadernos Temáticos, entretanto, é o mesmo desde o início deste projeto da Setec: escrever a história da educação profissional e tecnológica no país.





Cadernos são retratos do Brasil

Os volumes 16 a 20 dos Cadernos Temáticos mostram experiências inovadoras, práticas pedagógicas, pesquisas e resumos de artigos que contribuem para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no Brasil. São um retrato da harmonia das quase duas centenas de escolas da rede com as realidades regionais do país.

De 1909 a 2002, 140 escolas técnicas foram construídas no país. De 2003 a 2010, serão mais 214, dentro do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. A meta do Ministério da Educação é chegar a 354 unidades, com a oferta de 500 mil vagas, num investimento total de R\$ 933 milhões.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica oferece cursos de qualificação, de ensino técnico de nível médio, superior e de pós-graduação. As áreas variam de acordo com a realidade regional, em sintonia com os arranjos produtivos locais.

A experiência da escolinha de futebol no Cefet/Rio Verde e o programa de voluntariado do Cefet/Mato Grosso são destaques deste número dos Cadernos Temáticos da Educação Profissional, assim como o artigo sobre o significado do envelhecimento, o relato sobre o dia de campo dos estudantes cuiabanos na Feirinha da Boa Morte e as reflexões sobre a transposição do rio São Francisco a partir do filme “Narradores de Javé”.

Com a ampliação da rede, mais experiências poderão ser temas de reportagens e cenários de experiências, práticas pedagógicas e pesquisas. A diversidade brasileira tratará de enriquecê-las. Aguardem.





Fotos: Danilo Cunha

Escolinha de futebol estimula a integração de meninos carentes durante as atividades desportivas

Inclusão social por meio do esporte

Escolinha de futebol do Cefet de Rio Verde alia esporte e educação na formação cidadã de crianças carentes

Escola inclusiva é aquela que possibilita uma educação voltada para todos, de forma que qualquer aluno ou pessoa da comunidade que dela faça parte possa estar inserida em suas ações sociais. É nesse espírito integrador que a escolinha de futebol do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (Cefet/Rio Verde), implantada no início de 2007, está ajudando a resgatar a cidadania de meninos carentes com idade entre 8 e 12 anos, que moram em bairros da periferia da cidade.

A iniciativa do projeto é do Setor de Esportes e Lazer do Cefet/Rio Verde. Nos três encontros semanais, além de ensinar as técnicas e táticas do futebol, os profissionais envolvidos no projeto desenvolvem diversas atividades junto às crianças com vistas à formação de conceitos voltados para o desenvolvimento de bons hábitos de disciplina, responsabilidade, compromisso, espírito competitivo, respeito ao próximo e ao meio ambiente e vivência em grupo.

Aluno em sala de aula

Uma das exigências feitas pela equipe para cadastrar a criança no projeto é a comprovação de matrícula no ensino regular. “Fazemos isso como forma de motivar a criança a permanecer nos estudos. Muitos levam tão a sério que já contam orgulhosos que as notas nas provas melhoraram”, diz o professor de Educação Física, José de Oliveira, que, ao lado da professora Cleide Borges da Costa e de dois alunos residentes do Cefet, treina os meninos nos campos e nas quadras da instituição. Oliveira destaca que a meta principal da iniciativa não é garimpar talentos para o futebol, mas sim contribuir para a formação de cidadãos.

Thalles, da Silva, Lucas, Thallisson e outras sessenta crianças que fazem parte do projeto também têm acompanhamento médico e odontológico no ambulatório da instituição. “Qualquer prática de esporte exige cuidados com a saúde e aqui não é diferente. Estamos lidando com crianças e adolescentes que estão em fase de formação”, diz o médico Sidon Oliveira Cardoso, reafirmando que para ingressar na escolinha é necessário estar em dia com os exames médicos.

O odontólogo Herasto de Freitas Bastos realiza pequenos procedimentos em um consultório montado no ambulatório do Cefet. Os casos mais graves são encaminhados para postos de saúde ou tratados em seu consultório particular.



A escolinha colabora no processo de resgate da cidadania das crianças

Alunos da escolinha aprendem bons hábitos





As crianças recebem acompanhamento médico, odontológico e social

Diálogo e palestras

A escolinha de futebol também conta com a participação de uma assistente social, que verifica de perto o desenvolvimento de cada criança e seu comportamento no ambiente familiar. “É um projeto de inclusão social, no qual estimulamos atletas a se tornarem cidadãos. Mesmo que eles não sigam carreira no esporte, queremos que eles trabalhem, estudem e tenham respeito pelo próximo”, diz Lucimeiry Rodrigues de Carvalho. A conversa com a assistente social acontece ali mesmo, à beira do campo. “É importante essa interação com as crianças. Estando bem próxima a eles, dá para perceber quais aspectos precisam ser trabalhados”, diz Lucimeiry.

De acordo com Lucimeiry, mesmo em tão curto espaço de tempo, os primeiros resultados já estão aparecendo. Segundo ela, os próprios pais vêm até a instituição para agradecer pela mudança no comportamento dos filhos. “Para participar da escolinha, cobramos boas notas no boletim e não aceitamos indisciplina, brigas, nem nada do gênero”, explica a assistente social.

Orientações sobre meio ambiente, saúde, motivação e comportamento são dadas através de palestras ministradas por professores do Cefet e colaboradores do projeto, como o professor David Vieira de Lima, que faz questão de promover constantemente um bate-papo com a turma. “Em nosso próximo encontro vamos debater a preservação do meio ambiente”, avisa o professor às crianças ao finalizar o assunto do dia: motivação e disciplina.

Lucimeiry dá orientações sobre cidadania, respeito ao próximo e ao meio ambiente



Chaur Gomes Freitas é avô de Thalles Gabriel Castro Guimarães, de 8 anos, e um de seus maiores incentivadores. Ele conta que matriculou o neto na escolinha de futebol do Cefet para fazê-lo interagir com outros meninos de sua idade. “Meu neto ficava muito sozinho em casa. Resolvi trazê-lo para a escolinha há cerca de dois meses e o desenvolvimento dele tem nos surpreendido a cada dia”, diz o avô, enquanto prepara o neto para entrar em campo.



A merenda das crianças é produzida por alunos e professores do curso de Alimentos

No fim de cada treino, as crianças recebem um lanche à base de suco de frutas e pães. A merenda é produzida nos laboratórios da instituição por alunos e professores do curso Técnico em Alimentos.

Para a vendedora de roupas Thais Aparecida Alves, mãe de Thallisson Alves da Costa, de 9 anos, o projeto tem ajudado a manter o filho ocupado e evitar que ele fique nas ruas enquanto ela está no trabalho. “Muitas vezes, preciso sair para trabalhar e fico tranqüila sabendo que ele está aqui”.

A dona de casa Nelci Maria Joseffi, mãe do pequeno Gustavo, 11 anos, diz que, além de ser uma atividade prazerosa para o filho, a escolinha de futebol tem ajudado a melhorar o comportamento dele em casa. “Ele está mais tranqüilo e, ao mesmo tempo, motivado”.

Novos projetos

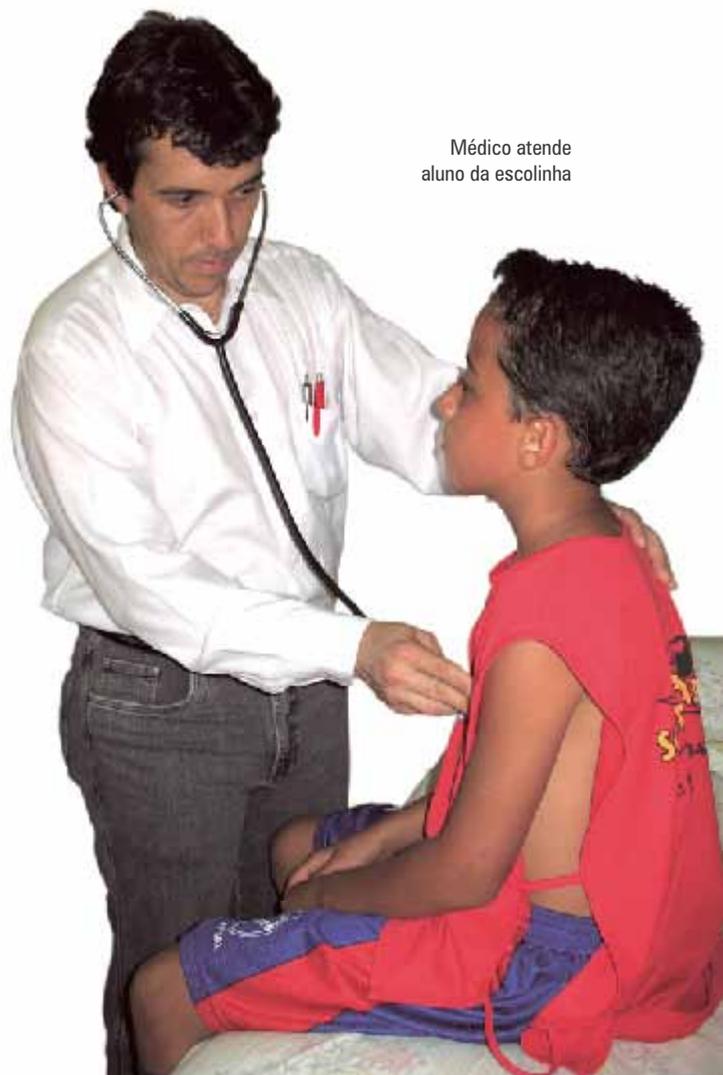
De acordo com o diretor-geral do Cefet, Vicente Pereira de Almeida, em 2008 o projeto da escolinha de futebol será ampliado e novas **ATIVIDADES** deverão ser incorporadas, como aulas de música e capoeira. A meta é ampliar o atendimento da escolinha, abrindo turmas também pela manhã e chegando à marca de cerca de 100 crianças beneficiadas. A instituição está em conversação com a Universidade de Rio Verde (Fesurv), para que acadêmicos de educação física possam estagiar no projeto.

O Cefet também pretende realizar parceria com empresas privadas para a implantação da equoterapia na instituição. “A estrutura está praticamente pronta e, inclusive, já temos os cavalos. Com certeza, esta iniciativa, voltada aos portadores de necessidades especiais, será bastante positiva”, afirma Almeida.

Reportagem: Marco Fraga

ATIVIDADES

Outra atividade programada para o segundo semestre deste ano é a implantação de escolinhas de vôlei e de handebol voltadas para meninas da periferia do município.



Médico atende aluno da escolinha



Fotos: Rodrigo Farhat

Marinez prepara os próprios materiais didáticos

Colégio Universitário forma estudantes cegos no Maranhão

Professora de espanhol edita livros paradidáticos em Braille

Maria Raimunda tem 46 anos e Antônio, 50. Os dois são cegos. Como eles, no Maranhão, há outros 508 alunos com problemas semelhantes. No Nordeste são 3.569 e, no Brasil, 12.844, de acordo com dados do **CENSO ESCOLAR DE 2006**.

No Colégio Universitário (Colun), vinculado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a professora Marizez de Souza Tamburini Brito criou, em 2006, o *Proyeto Allende* para atender alunos cegos como Maria Raimunda, Antônio Rocha, Manuel e João Brito. O projeto conta, ainda, com o apoio da terapeuta ocupacional e coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, Angélica Moura Siqueira Cunha.

Marinez, coordenadora do projeto, diz que, como não havia material didático adequado para a formação em língua espanhola para cegos, começou a produzir as próprias apostilas em Braille e em tamanho ampliado, recursos audiovisuais e em alto relevo. “A cada nível, eu tinha que escrever um livro diferente”, diz. Começou, então, a produzir os textos e já escreveu dois livros: “La mariposa que no podia volar” e “Amores_liados.com”, ambos editados pela Universidade Federal do Maranhão. Em 2008, Marinez vai publicar outros dois livros: “Los padres nunca lo saben” e “Los niños eran felices, ¿y tú?”, também pela UFMA.

O Ministério da Educação está apostando na iniciativa: vai editar os quatro livros em Braille, além do patrocínio destinado à impressão das duas primeiras obras, para a qual o programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades (**TECNEP**) destinou R\$ 7,2 mil.

O curso, pioneiro na cidade, é oferecido nas dependências do Colun. Atualmente, são apenas cinco alunos com deficiência visual – cegos e com baixa visão, todos moradores da cidade de São Luís. A próxima turma, que começa em março de 2008, já conta com mais três alunos, todos com deficiência visual.

TECNEP

O programa oferece cursos de níveis básico, técnico e tecnológico, incluindo cursos que habilitem ou reabilitem alunos em atividades laborais, em instituições federais de educação tecnológica (Ifet), às pessoas com necessidades educativas especiais. A proposta é conciliar os interesses e potencialidades das pessoas com necessidades educativas especiais e as demandas do mundo produtivo, na perspectiva de levá-las a um desempenho eficaz e produtivo, permitindo sua emancipação econômica.

CENSO ESCOLAR DE 2006

Os números são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC):

Censo Escolar 2006					
Número de matrículas de alunos portadores de necessidades especiais					
Região	Estado	Etapa/Modalidade	Cegueira	Baixa visão	Surdo-cegueira
NE	Maranhão	Creche	1	0	
		Educação de Jovens e Adultos	57	16	
		Educação Profissional – Nível Básico	6	4	
		Educação Profissional – Nível Técnico	0	0	
		Fundamental	70	179	13
		Médio	43	23	
		Pré-escola	32	77	6
Total MA			209	299	
Total NE			1.767	1.783	19
Total Brasil			5.207	7.101	536
Matrículas de alunos portadores de necessidades especiais visuais nos cursos de graduação presenciais (Cefets – 2006)					
Cegueira					
Região	1º semestre		2º semestre		
Total MA	0		1		
Total NE	0		0		
Total Rede Federal	2		3		

Fonte: Censo Escolar 2006 – Inep/MEC



SOROBAN

O soroban é um ábaco moderno. Na China, onde foi desenvolvido, era chamado de suan pan. Trazido ao Brasil pelos imigrantes japoneses, o soroban permite efetuar cálculos matemáticos com rapidez e eficiência. Adaptado, o instrumento pode ser utilizado também por pessoas cegas.

lembra. Ela teve que se alfabetizar novamente. “Tive que aprender tudo de novo para poder continuar meus estudos”, conta. Mais tarde, decidiu se tornar professora, para levar o conhecimento a outras pessoas.

Quando terminou o curso de Pedagogia, Maria Raimunda tinha mais de 30 anos. Ela se lembra que quando ainda estudava na Faculdade Castelo Branco, sua maior dificuldade era lidar com o material didático. “Eu esperava os amigos lerem para mim. Fazia os trabalhos em Braille e pedia para alguém transcrever ou então fazia em grupo e participava das discussões”.

No CAP e na Escola de Cegos, trabalha com a primeira série do ensino fundamental. Tem seis alunos, todos cegos, com idades entre 17 e 24 anos.

Ela acredita no crescimento de seus alunos e diz que, em sala de aula, consegue transmitir sua vivência para eles, dizer como foi sua trajetória e também como devem conduzir a vida. “Temos que incentivá-los. Alguns param no meio do caminho, querem desistir e, nessas horas, eu converso e digo que não conseguimos nada com facilidade. Que, se quisermos algo de verdade, temos que acreditar, que somos capazes e que, muitas vezes, falta-nos somente a oportunidade”.

INCLUSÃO – A terapeuta ocupacional Angélica Cunha lembra que a questão da inclusão de estudantes com deficiência é bem recente no Maranhão. Até pouco tempo, esses alunos não estavam nas escolas federais.

O CAP, administrado pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, foi fundado em 2001. Antes da sua criação, os materiais didáticos destinados aos alunos cegos eram produzidos fora do estado, em Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, e demoravam para chegar no Maranhão. “Com o CAP, o suporte melhorou”, acredita Angélica.

Adaptação difícil

Maria Raimunda da Silva Rocha é uma das alunas do curso de espanhol oferecido pelo Colégio Universitário da UFMA. Professora de Braille e de **SOROBAN** no Centro de Apoio Pedagógico (CAP) ao Deficiente Visual do Maranhão e também na Escola de Cegos, ficou cega aos dez anos devido a um glaucoma.

“Quando eu perdi a visão, ainda criança, tive dificuldade em me adaptar a tudo, até a brincar com os colegas. Não podia correr... Em uma escola para cegos, fiz uma reabilitação e encontrei pessoas com deficiências iguais”,

No Colun, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napnee) foi implantado em 2005, em parceria com o Programa Tecnep. O programa foi criado para capacitar professores e gestores no atendimento desses alunos, para oferta, acesso e permanência desses alunos nas escolas da rede federal e no trabalho.

O objetivo do núcleo é oferecer suporte à escola no processo de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. A partir de sua implementação, lembra a terapeuta, ações para sensibilizar a comunidade escolar começaram a ser desenvolvidas. “As principais barreiras – acredita – não são físicas, mas de atitude. Estas são as piores. A inclusão exige mudanças de posturas e comportamento, por isso a proposta de nossas ações é sensibilizar a comunidade”, diz.

Somente agora é que as universidades estão oferecendo disciplinas como Língua Brasileira de Sinais (Libras), Braille e Fundamentos sobre Educação Inclusiva. Mesmo assim, várias universidades ainda estão com o currículo antigo. Por isso, os professores que trabalham com educação inclusiva, hoje, no Maranhão, tiveram que buscar essa formação fora, por meio da educação continuada.

Outras ações afirmativas para reverter esse quadro, lembra Angélica, são o sistema de cotas, criado recentemente pela UFMA, e a oferta de cursos de Libras, Braille, Orientação e Mobilidade e Soroban no Colun. A escola também está adquirindo equipamentos e materiais especializados, como impressora e máquina de escrever Braille, lupa eletrônica para alunos com baixa visão, calculadora falada e regletes. Os investimentos nesses equipamentos foram da ordem de R\$ 25 mil. Somente a impressora, importada do Canadá, custou R\$ 14 mil.

Contudo, a inclusão não deve ser temida pelas escolas, vista como um problema, que requer gastos e esforços gigantescos. “Deve ser uma possibilidade enriquecedora, de poder vivenciar e descobrir novas formas de ensinar e aprender”, diz Angélica.





Marinez produz materiais em alto relevo

Material didático é maior dificuldade para estudante cego

Antônio Ferreira Rocha, o Rocha, é diretor da **ESCOLA DE CEGOS**. É professor de história e geografia do ensino fundamental e também ensina soroban. Desde que ficou cego, aos 16 anos, num acidente com solda elétrica, seus maiores problemas foram derivados da falta de material didático adequado.

Até superar as primeiras dificuldades, ficou quatro anos sem estudar. “Precisei reaprender tudo”, conta. O tato ficou mais aguçado, pois passou a utilizá-lo mais intensamente.

Rocha começou a estudar espanhol, no Colégio Universitário, em 2006. Diz que ainda não fala muito bem e que a convivência com os outros alunos é tranqüila. “Meus maiores problemas são com os livros didáticos, nunca com as pessoas”, revela.

Quando ficou cego, morava em Imperatriz. Foi para São Luís fazer uma cirurgia e lá conheceu a Escola de Cegos, em 1973. Começou como aluno e chegou a diretor, após ser eleito pelo voto dos 250 sócios mantenedores.

ESCOLA DE CEGOS

A escola é mantida por meio de contribuições mensais, que variam entre R\$ 5 e R\$ 50. Recebe estudantes de todo o estado. Tem, atualmente, 60 alunos e 12 professores.

DIFICULDADES – O professor de Braille José Ribamar Mesquita Alves, 56 anos, contratado para ministrar o curso no Colun, conta que ficou cego ainda criança, com dez anos, num acidente com faca. Passou seis anos tentando recuperar a visão. Com 18 anos, desenganado, procurou a Escola de Cegos em São Luís. Lá, fez os ensinamentos básico e médio. Prestou oito vestibulares até conseguir ingressar na universidade. “Tínhamos o mesmo tempo que uma pessoa com visão para fazer as provas. Os exames tinham erros e a fiscalização não deixava que um professor lesse as questões para a gente”, recorda-se. Hoje em dia, um fiscal lê as perguntas para os estudantes com deficiência, durante a seleção para o ensino superior. Além disso, eles têm uma hora a mais do que os alunos normais para fazer as provas.

Ele diz que muitas pessoas estão aprendendo Braille, hoje em dia. Tanto que ele tem uma turma de 20 alunos, no Colun, todos videntes. Ele defende que o professor aprenda Braille e Libras para poder lecionar: “A educação é para todos e o professor não pode ficar limitado a uma ou outra linguagem”.

Carlos Magno Lima Galvão tem 22 anos e estuda no curso técnico de Enfermagem do Colun. Já sabe Braille e está aprendendo Libras. Também auxilia Marinez a ler os textos para os alunos sem visão. Ele aposta no novo campo de trabalho e deseja ser, no futuro, monitor de Braille no CAP.

Ensino de cegos começou no século 18

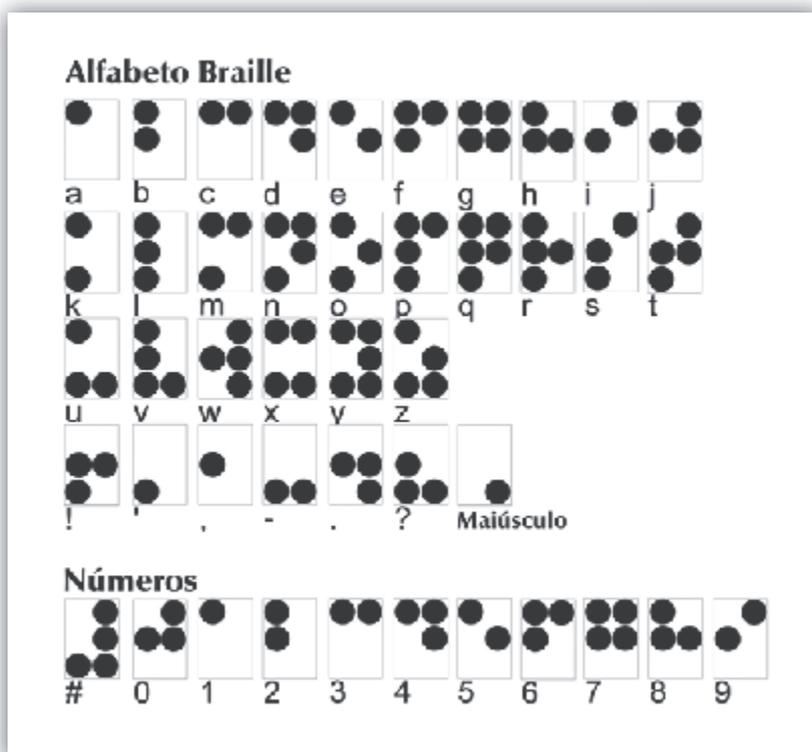
O ensino de cegos começou no século 18, quando Valentin Haüy criou, em Paris, em 1784, a primeira escola para educação dessas pessoas. Ele teve a ideia depois de ver um espetáculo com dez cegos que se exibiam como fantoches.

O alfabeto em Braille: um tipo de escrita com 63 sinais sem lápis e sem tinta

De acordo com o portal *Ler para ver* (<http://www.lerparaver.com>), Haüy entendeu que na educação dos cegos o problema essencial consistia em fazer que o visível se tornasse tangível. Ele, então, adaptou os processos dos videntes. Na escola, adotou o alfabeto vulgar, traçado em relevo, na expectativa de que as letras fossem percebidas pelos dedos dos cegos. Para a escrita, ele usava caracteres móveis.

O problema da educação dos cegos, no entanto, só foi resolvido com a invenção e a adoção do Sistema Braille.

Luís Braille brincava na oficina do pai, em 1812, quando se feriu. Algum tempo depois, ficou completamente cego. Ele chegou à escola



de Valentin Haüy, sete anos depois. Ali, estudou nos livros impressos em caracteres ordinários, criados por Valentin Haüy. Nesse mesmo ano, o capitão de artilharia Carlos Barbier de la Serre começou a se interessar pela escrita dos cegos.

ESCRITA NOTURNA – Barbier teve a idéia de designar as coordenadas dos seus símbolos sonográficos por certo número de pontos colocados em duas filas verticais e paralelas. Barbier inventou um instrumento que, em conjunto com um estilete, podia ajudar na gravação de todos os símbolos de seu sistema no papel. Deu o nome de escrita noturna sem lápis e sem tinta a esse processo.

O sistema de Barbier nunca foi usado na escola de Haüy, mas é a base dos trabalhos que Luís Braille realizou por volta de 1825. Ele reconheceu que os sinais com mais de três pontos em cada fila ultrapassavam as possibilidades de uma única percepção tátil. Tratou, então, de reduzir as proporções, para obter sinais que pudessem formar uma imagem debaixo dos dedos. Criou, também, uma convenção gráfica, atribuindo a cada símbolo um valor ortográfico e não fonético, em equivalência com os caracteres vulgares.

O Braille tem 63 sinais, obtidos pela combinação de seis pontos agrupados em duas filas verticais e justapostas de três pontos cada.

Equipamentos apóiam a educação especial no Cefet/MA

O estudante Valmir tem retinose pigmentar, doença que compromete a visão. Ele precisa de um computador adaptado e do material didático impresso no método Braille para estudar e realizar todas as atividades acadêmicas. Por meio do programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Tecnep), do Ministério da Educação, Valmir, aluno do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Maranhão, tem todo o material de estudo impresso em Braille, além de um computador e duas impressoras.

“A inclusão de alunos com necessidades especiais em classes regulares é uma exigência das políticas públicas em nosso país”, afirma a coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napnes), do Cefet/MA, Vera Lúcia Monteiro Meneses.

No computador de Valmir, um programa de áudio relata oralmente o que está escrito na tela. “Sou o único estudante do Cefet nessa condição”, diz. Valmir cursou o ensino fundamental na Escola de Cegos do Maranhão. Quando chegou ao Cefet/MA, a instituição não dispunha de estrutura para atendê-lo. Durante um ano, sem condições de estudar adequadamente, tentava ouvir atentamente as explicações do professor em sala de aula, procurava livros em Braille das disciplinas estudadas e pedia ajuda aos colegas.

No segundo ano, que incluía matérias técnicas e do ensino médio, Valmir teve ainda mais dificuldades, principalmente com gráficos. Agora, com os equipamentos adquiridos pelo Cefet, ele espera melhor rendimento escolar. No futuro, Valmir deseja estudar Direito.

Mundo tem 40 milhões de deficientes visuais

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam a existência de aproximadamente 40 milhões de pessoas com deficiência visual no mundo, das quais 75% são provenientes de regiões consideradas em desenvolvimento.

Segundo o Censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 14,5% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 25 milhões de pessoas. A maior parte desse percentual (48,1%) é constituída de pessoas com deficiência visual, seguida de deficiência motora (22,6%), deficiência auditiva (16,7%) e mental (8,3%). O percentual de deficientes que vive abaixo da linha da pobreza atinge 70%.

No Maranhão, os deficientes visuais estão cada vez mais presentes nas escolas. O Colégio Universitário da UFMA, por meio de parcerias com instituições especializadas, instituiu, em março de 2005, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napee) para dar suporte à escola no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, visando à formação integral, qualificação profissional e inserção desses alunos no mercado de trabalho.

Em 2007, o colégio formou dois alunos com deficiência visual nos cursos técnicos de Administração e Meio Ambiente. Hoje, ambos os estudantes estão no mercado de trabalho e cursam Direito e Pedagogia. Em 2008, com a implantação de cotas, quatro novos alunos com deficiência foram matriculados.

Reportagem: Rodrigo Farhat





Fotos: Lillian de Jesus Caldas

Atletas e treinadora Claudete Blatt comunicam-se em Libras

Rompendo a barreira do silêncio

Docente do Cefet/BA contribuiu para a inclusão de jovens surdos no esporte

SURGIMENTO DO BASQUETE

Em 1891, o professor de educação física canadense James Naismith, do Springfield College, em Massachusetts, Estados Unidos, recebeu do seu diretor a seguinte tarefa: pensar em algum tipo de jogo sem violência que estimulasse seus alunos durante o inverno, mas que pudesse também ser praticado no verão em áreas abertas. Assim surge o basquete.

Marcos de Moraes Santos, 34 anos, Marcelo Silveira de Jesus, 32, Alexander Garrido Fernandez Ivo, 29, e Bruno Silva Pedra da Rocha, 23, são alguns dos integrantes de um time de **BASQUETE** de Salvador. O que diferencia esses jogadores dos demais é que todos são surdos e têm em comum uma história de luta contra o preconceito e a exclusão. Apaixonados por esporte, eles acumularam tentativas frustradas de integrar escolinhas e clubes de Salvador. Sem poder se comunicar com os ouvintes e geralmente relegados ao banco de reservas, eles se associaram ao Centro de Surdos da Bahia (Cesba), formaram um time e começaram a treinar por conta própria. Marcos Moraes, ex-integrante do time do clube baiano Itapagipe, assumiu o papel de treinador, socializando suas experiências no basquete para um grupo de amigos. Na época, eles enfrentavam diversas dificuldades para se tornarem jogadores profissionais, desde a falta de quadra adequada até conhecimentos técnicos.

A partir de 2004, a história começa a mudar. Eles passam a ser treinados por Claudete Blatt, professora de educação física do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia (Cefet/BA). O projeto faz parte dos programas de extensão desenvolvidos pela escola e está contribuindo com a inclusão de cerca de 30 jovens surdos de Salvador na prática da atividade esportiva.

Formada em Educação Física e mestre em Pedagogia, Claudete conta que os primeiros contatos com os atletas foram feitos através do Cesba. “Inicialmente, eles solicitaram apenas o uso da quadra, e quando eles vinham jogar, eu ficava olhando. Então, comecei a orientá-los e fomos estabelecendo uma relação de respeito e ajuda mútua”, lembra. Para desenvolver o trabalho, a principal barreira era a comunicação, problema que foi superado com um curso de **LIBRAS**. Na brincadeira e contando com a solidariedade dos alunos, ela foi dominando a linguagem e hoje é técnica oficial do time de basquete de surdos do Brasil. “Quando eu errava algum sinal, eles riam e me mostravam a forma correta. Sempre estive aberta a aprender, e eles, a ensinar. Foi uma troca gratificante”, conta.

Claudete avalia que na quadra não há diferença, todos os atletas precisam ter disciplina, garra e treinar. “Muitos deles, mesmo apresentando excelente qualidade técnica, não eram aceitos em equipes por causa da surdez. Ainda há muito preconceito e acomodação por parte da sociedade, o que acaba deixando milhares de brasileiros excluídos de diversas atividades, entre elas, o esporte. A única barreira que existe é a linguagem e não é difícil aprendê-la”, ressalta.

Jovens saem da invisibilidade

A contribuição do Cefet/BA na qualificação dos esportistas foi fundamental para as medalhas que o time vem conquistando. Hoje, eles são bi-campeões do Nordeste, vice da Copa Brasil, terceiro lugar na Olimpíada do Brasil, campeão do Torneio em Recife e ficaram em quarto lugar nos Jogos Pan-Americanos na Venezuela. Todos em competições de surdos.

De acordo com a Confederação Brasileira de Basquete, essa modalidade foi criada, em 1891, pelo canadense James Naismith. O objetivo do então professor de Educação Física era que fosse uma atividade que pudesse ser realizada em grupo e em quadra fechada para livrar os alunos do frio rigoroso dos Estados Unidos. **NO BRASIL**, a prática começou em 1896, quando o norte-americano Augusto Shaw introduziu o esporte na Associação Atlética Mackenzie de São Paulo. Porém,

LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão entre as comunidades de pessoas surdas no Brasil. Ganhou esse status porque surgiu naturalmente, assim como a língua portuguesa. Baseou-se primariamente na Língua de Sinais Francesa, apresentando semelhanças em relação a várias línguas de sinais europeias e à norte-americana.

BASQUETE NO BRASIL

De acordo com registros, os primeiros jogos aconteceram no Rio de Janeiro, em 1912, na rua da Quitanda, no América Football Club, primeiro clube carioca a introduzir o esporte nesta cidade, incentivado por Henry J. Sims, diretor da Associação Cristã de Moços.

Marcelo, Alexander, Marcos e Bruno demonstram que com infra-estrutura e treino podem conquistar medalhas





no que se refere à comunidade de surdos, ainda há muitos preconceitos e barreiras para que eles possam ser aceitos como atletas na modalidade. Atualmente, os surdos estão vinculados à Liga Nordestina Desportiva de Surdos (LINEDS) e à Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos (CBDS), pois não são aceitos nas modalidades desportivas e campeonatos para ouvintes.

Claudete Blatt explica que as **REGRAS** são as mesmas para os ouvintes e surdos e, em ambos os casos, para ser um bom jogador, é necessário conhecê-las, treinar, ter força, boa forma física, disciplina, visão de jogo, agilidade e raciocínio rápido, requisitos que, segundo ela, os rapazes têm de sobra. “Eles têm muita vontade de aprender, e a percepção no jogo é mais ampla que a dos ouvintes, pois eles não se distraem com tanta facilidade e assim ficam mais concentrados”, explica. Outras vantagens proporcionadas pela prática do esporte são o trabalho em grupo, o respeito à diferença, o exercício físico e a disciplina, além de melhorar a autoestima. “Na quadra, são todos iguais, o que vale é o trabalho em grupo, por isso, todos precisam ter o mesmo objetivo. Esses meninos apresentam excelente qualidade técnica e têm talento para integrar qualquer time profissional”, ressalta Claudete.

REGRAS E NÚMERO DE JOGADORES

Cada jogo é composto por duas equipes de cinco jogadores cada, e o objetivo é fazer com que a bola passe pelo aro ou cesta do adversário, consistindo assim uma cesta, que vale dois pontos. A quadra tem marcações específicas para o jogo, e uma bola arremessada de trás da linha chamada “linha dos três pontos” consiste uma cesta de três pontos. Existem também os lances livres, que são as faltas do basquete, que valem apenas um ponto cada.

De reservas a titulares

Os quatro jogadores que participaram da entrevista para a publicação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) comemoram um fato especial: saíram da condição de reservas e da invisibilidade e hoje são titulares da seleção brasileira de surdos. Durante o campeonato nacional para surdos, em Capão da Canoa, no Rio Grande do Sul, em 2007, eles foram selecionados entre mais de 60 jogadores para participar do time de basquete brasileiro que disputou na Venezuela.

Para chegar até aí, a caminhada de cada um foi marcada por diversas tentativas fracassadas de integrar em clubes de Salvador, tendo como principal impedimento a surdez. Marcos Santos chegou a treinar e disputar

campeonatos em um clube da Bahia, o Itapagipe, mas tinha lugar cativo no banco de reservas. “Com o tempo, descobri que as pessoas sequer me chamavam pelo meu nome, era tratado por “mudo”, tamanha a dificuldade de me aceitarem”, conta. Depois de alguns anos, optou por abandonar o clube, pois, mesmo dispondo de um espaço com infra-estrutura, ele não se sentia jogador do time.

Já Marcelo Silveira, desde pequeno é apaixonado por esporte, mas cedo descobriu que o fato de ser surdo trazia restrições que lhe impossibilitariam de participar de diversas atividades. Quando tinha 10 anos, chegou a ser selecionado para integrar um time de futebol, convocação que durou o tempo de descobrirem que era surdo. “Não suportava a escola por conta da falta de comunicação, as situações de discriminação sempre me incomodaram. Já no esporte, quando estava jogando, não era apenas mais um, era o jogador, e quando o meu time ganhava, eu também ganhava”, relata.

A história de Bruno Pedra não é diferente. Considerado o segundo melhor jogador na categoria de surdos, ele chegou a jogar no Esporte Clube Bahia, mas sempre ficava no banco de reserva: “Ficava triste, minha estima ia lá para baixo”, diz. Acabou desistindo e passou a integrar o time organizado pelo Cesba.

Alexander Garrido tem uma trajetória similar. Aos 13 anos, começou a praticar natação e, com o tempo, descobriu o basquete. Porém, como os demais, só passou a ser reconhecido quando integrou o time organizado pelos amigos surdos.

De acordo com o grupo, o trabalho desenvolvido por Claudete foi essencial para que eles pudessem avançar. Segundo eles, a diferença de postura da docente para a dos demais treinadores é que ela conseguiu absorver o grupo e a diferença de forma plena. “É brava (risos), mas ensina bem, é uma excelente técnica e não podemos deixar de destacar que o seu trabalho é voluntário. Ela é exigente, dedicada e companheira, qualidades que nos impulsionam a fazer melhor”, resume Alexander Garrido.

Professora Claudete Blatt e intérprete Ana Luisa Dominguez mostram que na quadra não há diferenças

Preconceito exclui milhares de brasileiros

De acordo com dados do IBGE, existem no Brasil cerca 5,7 milhões de pessoas com problemas relacionados à surdez. A principal dificuldade de integração na sociedade é a falta de comunicação. Ana Luisa Dominguez Baqueiro, intérprete de Libras e filha de pais surdos, relata que a exclusão sofrida é enorme. “As pessoas ainda têm um grande desconhecimento sobre a surdez. Muitos dos surdos sentem-se estrangeiros na própria casa, sendo obrigados a usar gestos com





seus familiares para manter uma comunicação básica, visto que a grande maioria dos familiares não sabe Libras”, afirma. Ana Luisa avalia que tal postura dificulta o estabelecimento de uma relação mais profunda, condenando os surdos a ficarem sem uma comunicação significativa, nem mesmo com os mais próximos. “Sem contar a escola, o trabalho, enfim, a vida cotidiana. A única saída que eles encontram é formar guetos entre os que falam a mesma língua”, conta.

Outras questões ressaltadas são a falta de respeito e a invisibilidade sofridas pelas pessoas com deficiência auditiva. Ana Luisa relata que recebeu várias denúncias de situações que relegava os surdos a exclusões cruéis. Uma delas, conta Ana, aconteceu com uma moça que trabalhava em uma repartição pública: “Os colegas resolveram fazer mudanças na infra-estrutura, mas ela sequer foi informada. Ao chegar no trabalho, no outro dia, a mesa dela não estava mais no mesmo local, tinha sido mudada para um local sem ventilação, no fundo da sala, e o pior: de frente para a parede, isolada do mundo”, relembra.

No que diz respeito ao esporte, Ana Luisa destaca a importância do esporte: “Ao participar de atividades esportivas, os surdos têm uma atuação independente, se desenvolvem de forma individual e plena, é um espaço em que eles podem se projetar como indivíduos, sem intérpretes ou ‘bengalas’”, constata.

Ela avalia que é necessário sair do discurso e adotar políticas públicas que garantam a inclusão de fato. “A afirmação da pessoa surda como indivíduo participante, com acesso pleno ao conhecimento, só se estabelecerá quando seus direitos forem respeitados por toda a sociedade, de forma que os rótulos, as diferenças ou todo o discurso de exclusão se apaguem, considerando a diversidade humana e rompendo com padrões de anormalidade e deficiência”, denuncia.

Reportagem: Stela Rosa

MAIS INFORMAÇÕES

- www.cbds.org.br
Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos – CBDS
- www.lineds.com.br
Liga Nordestina Desportiva de Surdos – Lineds
- www.feneis.org.br
Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis
- www.guiasurdo.com.br
Guia Surdo
- www.cefetba.br
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – Cefet/BA



Shutterstock



Fotos: Sophia Gebrim

Além do voluntariado

Aulas de informática oferecidas pelo Cefet/MT em comunidade de Cuiabá une lições de voluntariado com determinação e força de vontade

CEFET CIDADÃO

Cefet Cidadão tem suas âncoras no ser humano compreendido como grandeza infinita e no saber a sua dimensão motivadora. As idéias inspiradoras que o geraram vieram trazidas por um grupo de docentes que, insatisfeitos, optaram pela não acomodação, construíram idéias e aceitaram o desafio humano que é não se satisfazer com a indiferença das coisas como estão. Assim, assumiram um compromisso pelo voluntariado.

Aos sábados a rotina é a mesma. Crianças do bairro Santa Terezinha, próximo a Cuiabá, ficam eufóricas aguardando a chegada do ônibus do Cefet/MT que as transportará para a instituição. Hoje, cerca de 30 crianças são beneficiadas com as aulas de informática básica e de reforço nas disciplinas de português e matemática desenvolvidas pelo projeto **CEFET CIDADÃO**. Ao chegar na escola, esses jovens recebem lanche e, a seguir, são encaminhados para os laboratórios e salas de aula.

O projeto começou quando 10 alunos do ensino médio demonstraram interesse em conhecer a realidade de ensino de escolas públicas de Cuiabá e Várzea Grande. Assim, o professor do Cefet/MT, Irênio Silva, teve a oportunidade de falar do trabalho social que desenvolvia no bairro Santa Terezinha, o qual inspirou os estudantes da escola.

“A sensibilidade e o amor alimentam a convivência com jovens alunos”

Irênio Silva



Professoras Maria José (esq.) e Mirian Ross ensinam informática a alunos cuiabanos

Na primeira fase do projeto, os voluntários se dividiram em dois grupos de trabalho: o primeiro dava aulas de informática nos laboratórios do Cefet, e o segundo, aulas de reforço de língua portuguesa e matemática na própria comunidade dos jovens, todos com idade entre 10 e 17 anos. Para o professor Irênio, os precursores do projeto Cefet Cidadão foram os que mais sofreram o impacto porque foram até a comunidade e se depararam com a situação de pobreza na qual viviam as famílias. “Eles reclamavam da escola técnica, que não aprendiam nada e, quando chegaram lá, se depararam com uma realidade dura, difícil, e passaram a valorizar suas famílias, o ensino daqui e a usar o que sabiam também”, explica.

Em 2006, o projeto foi reformulado pela professora Miriam Ross e passou a contar com maior apoio do Cefet no que diz respeito a transporte e alimentação, uma vez que a escola já cedia os laboratórios de informática. A Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Mato Grosso – Fundetec doou material didático e uniformes. Este ano, novas pessoas reforçaram o grupo de voluntários, inclusive os professores Lenildo Solano, de matemática, e Marlene da Silva, de língua portuguesa.

Motivação

“É impressionante ver como os olhinhos deles brilham quando recebem uma motivação”. Essa é a recompensa que a professora Marlene ganha ao oferecer aulas de reforço que preparam alguns jovens do Cefet Cidadão para o exame de seleção da escola. Há quatro alunos do grupo que estão estudando e que têm possibilidade de passar na prova. “O sonho deles é ingressar na instituição”, afirma.

O professor Lenildo foi um dos que motivaram os alunos Milana e Gustavo, ambos do 2º ano Integrado de Informática, a participar do projeto. “Eu tinha a necessidade de doar um pouco de conhecimento e de poder dar oportunidade às crianças que estão à margem da sociedade”, afirma o professor. Milana Rodrigues, de 16 anos, se diverte nas aulas de matemática. “Eles já até me chamam de professora”, brinca a menina.

“O desejo de engajamento coletivo e voluntário dos docentes tomou forma, teve sua gênese conhecida como um projeto de inclusão digital”, afirma a professora Miriam. Segundo ela, as ações educacionais propostas por um grupo de docentes da comunidade do Cefet/MT aliaram-se à de outros profissionais que já vinham conduzindo uma vivência comunitária com as pessoas do bairro Santa Terezinha em Várzea Grande. “Essa forma de engajamento coletivo à escola tecido na multiplicidade de ações dos setores desta instituição é o contexto público no qual os servidores têm oportunidades de participação, dentre essas, a construção deste projeto direcionado para atender às demandas de uma comunidade vizinha”. Ela finaliza: “nesse raciocínio, trabalhar juntos, pensar juntos, estar junto, para poder aproximar, construir novas direções, novos olhares, tem sido o consenso entre os atores”.

O diretor da escola, Henrique Martins, ressalta que “entendemos uma instituição cidadã como aquela em que a compreensão do en-

tendimento do mundo se dá pela prática da educação. Esta precisa estar sincera e solidamente aliçada nas bases da cidadania. Nosso maior anseio como cefetianos tem sido a construção de um movimento para o nascimento de uma cidadania outra, na qual os jovens e pobres também possam ter voz ativa na definição das políticas públicas”.

As idéias que geraram o projeto Cefet Cidadão: Cidadania e Ação já se encontravam desenhadas pela direção-geral da escola há algum tempo e em contexto educacional alimentavam-se sob a forma de uma inquietação latente diante de situações de desigualdade em que muitas vezes os jovens pobres são afastados de oportunidades de qualificação para adentrar com dignidade aos múltiplos setores da vida social. Em uma tentativa para abarcar as muitas carências sociais que se revelavam em contexto cefetiano foram criados **OUTROS PROJETOS** também de caráter social.

O bairro Santa Terezinha, distante aproximadamente 11 quilômetros do Cefet, está localizado no município de Várzea Grande e é por algumas pessoas conhecido como um dos muitos espaços desfavorecidos, principalmente pela carência de investimentos na área social, mais especificamente no que diz respeito a um efetivo atendimento aos jovens e adolescentes. É dessa região que são trazidos 30 adolescentes até as salas de aula da escola para as lições de informática e de cidadania.



Priscila é voluntária no ensino da informática



OUTROS PROJETOS

No Cefet-Idiomas, que atende a cerca de 500 alunos da comunidade, professores voluntários dão aulas de línguas estrangeiras para 60 adolescentes do Jardim Vitória, bairro periférico de Cuiabá. Os alunos aprendem inglês, francês, espanhol e italiano. O Cefet-Vest prepara, aproximadamente, 200 alunos para o vestibular.



**Trabalhar, pensar e
estar juntos permite
construir novas
direções e olhares**

PROJETO

O atendimento aos jovens era feito em dois momentos: um grupo assumia as aulas de informática e outro atuava na comunidade, oferecendo aulas de reforço nas disciplinas de matemática e português.

História

O **PROJETO** iniciou-se do desejo de alguns alunos do ensino médio do Cefet/MT que mostraram interesse em conhecer a realidade de ensino de algumas escolas públicas de Várzea Grande. Orientados por docentes, que atuaram como instrutores, protagonistas, de qualificação profissional, para a área de informática e reforço da aprendizagem durante o segundo semestre do ano de 2004, atendendo a um número de 50 adolescentes do bairro.

“As ações educacionais foram paulatinamente se intensificando e, desta forma, o que era considerado apenas um trabalho de jovens motivados e solidários se solidificou”, conta a professora Miriam. Segundo ela, o grupo de adolescentes do bairro Santa Terezinha cresceu, todavia, o inverso ocorreu com o grupo de alunos monitores voluntários.

“As idéias inspiradoras dos voluntários do Cefet acerca da continuidade das ações pedagógicas vindas de uma instituição solidária e companheira não se deixaram abater pelas tensões das dificuldades ocorridas e o ano de 2006 trouxe outras concepções quando um grupo de docentes de diversas áreas do conhecimento mobilizou-se e direcionou suas motivações visando à qualificação dos jovens adolescentes da comunidade Santa Terezinha”, diz Miriam.

Os resultados obtidos revelaram que os jovens apresentam expectativas de mudanças através das aulas do projeto. Essas mudanças se dão em relação à superação das dificuldades expressadas pelas disciplinas escolares e pela superação pessoal através da qualificação em informática.

O projeto contempla 17 encontros semestrais, com uma carga horária de 50 horas. As aulas acontecem aos sábados, têm início às 7:30h e terminam às 11:30h. Possuem um intervalo de 30 minutos para o café da manhã e 15 minutos para a troca de professores. O programa compreende 100 horas-aula anuais e atenderá uma programação que a cada ano se renova com uma outra turma.

Uma equipe de 20 servidores de diferentes áreas oferecem voluntariamente os seus saberes aos jovens alunos de Várzea Grande. “Talvez a importância de sensibilidade e amor para com a existência humana seja a dimensão que alimenta os professores e suas presenças face a uma convivência singular com os jovens alunos”, destaca um dos idealizadores do projeto, Irênio Silva. “Assim, ousamos afirmar que este entusiasmo amoroso se traduz aqui como um obstáculo ao intolerável, um instrumento de força contra a indiferença que parece ainda habitar aos contextos públicos escolares”, diz ele.

“Desde a simples e florida decoração das mesas do refeitório do Cefet em que é servida a primeira alimentação ofertada pela equipe voluntária do refeitório até o encantamento e o acalanto provocado pelos acordes do violão de um professor engenheiro, fazem dos momentos preliminares às aulas de informática e cidadania um mix de ternura e sensibilidade”, finaliza a professora Miriam.

Reportagem: Sophia Gebrim



Fotos: Rosalba Timóteo

Práticas alternativas em saúde

TIMÓTEO, Rosalba P. de S.; MONTEIRO, Akemi I.; SILVA, Edilene R.; GOMES, Cleide O.

Escola de Enfermagem de Natal/RN

Palavras-chave: Educação Profissional; Práticas Alternativas em Saúde; Enfermagem.

RESUMO

Relata a experiência da disciplina Prática Alternativa em Saúde, do curso de formação do Técnico em Enfermagem integrado ao ensino médio e destinado a jovens e adultos ligados aos movimentos sociais do campo. A Escola de Enfermagem de Natal, respondendo aos desafios gerados pela implementação do SUS e pela legislação no campo da educação profissional, vem desenvolvendo experiências pedagógicas descentralizadas e includentes, na formação técnica em enfermagem. A iniciativa visa fortalecer a participação da UFRN junto à comunidade, através da articulação e cooperação entre a universidade, o movimento dos trabalhadores sem terra e o Ministério da Reforma Agrária, para a realização do curso. A disciplina inserida na área de conhecimento Ciências Humanas e suas tecnologias, do currículo do curso, possibilitou a reflexão sobre os hábitos do homem contemporâneo, suas conseqüências num mundo em constante mudança e os hábitos e alternativas em saúde que asseguram a preservação da qualidade de vida individual e coletiva. Possibilitou também o resgate de algumas

Rosalba Pessoa de Souza Timoteo é doutora em Educação, coordenadora da base de pesquisa educação em enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora da graduação e pós-graduação do Departamento de Enfermagem da UFRN.

Akemi Iwata Monteiro é doutora em Enfermagem, membro da base de pesquisa atenção em saúde do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professora da graduação e pós-graduação do Departamento de Enfermagem da UFRN.

Edilene Rodrigues Silva é mestre em Enfermagem, membro da base de pesquisa educação em enfermagem, diretora da Escola de Enfermagem de Natal da UFRN.

Cleide Oliveira Gomes é mestre em Enfermagem, membro da base de pesquisa educação em enfermagem e coordenadora do curso técnico em enfermagem para os movimentos sociais do campo da Escola de Enfermagem de Natal da UFRN.

Outras instituições:
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

práticas ligadas à ação do trabalhador da terra, tais como a hidroterapia, a argiloterapia e o uso de plantas medicinais, além de práticas em saúde exercidas vocacionalmente por pessoas inseridas nos assentamentos e nas comunidades onde os estudantes residem.

Introdução

O desenvolvimento de um plano de curso para a formação do técnico em enfermagem integrado com o ensino médio destinado no primeiro momento ao público ligado aos movimentos sociais do campo, trouxe para o elenco das disciplinas curriculares o grande desafio de adequá-las à realidade rural e comunitária. Tal desafio tornou-se mais relevante na medida em que se somou à inexistência da rede básica de saúde no meio rural, em particular, nas áreas de assentamentos e acampamentos, bem como o distanciamento geográfico das unidades de serviços de média e alta complexidade em saúde.

Sabe-se que a rede de serviços de saúde, em sua maior parte, encontra-se nos centros urbanos e nas áreas de maior concentração populacional, dificultando o acesso a esses serviços àquelas pessoas que habitam em localidades distantes e carentes de recursos para a sua locomoção. Do mesmo modo, percebe-se que os sistemas de ensino na área de saúde, não capacitam profissionais para atuarem nesses meios, formando trabalhadores voltados para a realidade urbana e desconhecendo os problemas, as necessidades, as características e o universo da população do campo.

A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) traz novos eixos orientadores e princípios que conduzem a uma outra concepção da atenção em saúde, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394, de 20/12/96, suas leis complementares (Decreto nº 5.154, de 23/07/2004, Portaria MEC nº 646/97, a Resolução CNE-CEB nº 04/99) e o Decreto nº 5.478, de 24/07/2005, demandam dos órgãos formadores respostas às exigências do setor, o que possibilita a formação de um grande contingente de jovens e adultos trabalhadores em áreas com carência de profissionais, precárias condições de assistência e elevação dos riscos aos usuários dos serviços de saúde.

Em particular, no meio rural a consolidação do SUS, no que tange ao princípio da universalidade do atendimento em saúde, garantida pela Constituição Federal, ainda não se efetivou. A exemplo disso, pode-se citar que a grande maioria dos moradores de assentamentos que procura os serviços de atenção à saúde, o faz nos casos de acidentes ou ferimentos de trabalho. O tratamento de doenças é realizado, independente de consulta médica, seja através da automedicação, da consulta a balconistas de farmácias ou sugestões de pessoas conhecidas.

Em quase todos os assentamentos existem membros da coletividade que trabalham voluntariamente em saúde e, na maioria das vezes, sem nenhuma preparação técnica. São pessoas vocacionadas para atuar na área, mas que necessitam de profissionalização, atendendo, inclusive, à Lei do Exercício Profissional de Enfermagem. Assim, o curso tem sido considerado

um importante potencializador da organicidade comunitária na segurança e qualidade do atendimento imediato à saúde, contribuindo com a permanência das famílias no campo e a inserção de pessoas habilitadas no mercado de trabalho.

A Escola de Enfermagem de Natal (EEN) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), visando proporcionar uma formação profissional orientada pelos princípios éticos, políticos, humanísticos e buscando atender às demandas da comunidade ligada aos movimentos sociais do campo, vem desenvolvendo experiências pedagógicas para a formação do técnico em enfermagem integrado com o ensino médio, ao público ligado aos movimentos sociais do campo, orientada pela concepção de saúde como direito e exercício de cidadania.

A iniciativa visa ainda fortalecer a participação da UFRN junto à comunidade, através da articulação e cooperação entre a universidade, o movimento dos trabalhadores sem terra e o Ministério da Reforma Agrária, para a realização do curso.

Material e método

Este artigo relata a experiência da disciplina Prática Alternativa em Saúde, inserida no elenco curricular na Base Nacional Comum: fundamento à educação básica na área de conhecimento Ciências Humanas e suas tecnologias, com uma carga horária total de 50 horas, sendo 14 horas teórico/práticas e 36 horas em atividades desenvolvidas junto à comunidade.

A disciplina, oferecida para uma turma de 50 alunos oriundos dos assentamentos do movimento dos trabalhadores sem terra e municípios circunvizinhos, utilizou-se de uma metodologia de aprendizagem significativa, proporcionando situações que capacitassem os alunos a atuar na própria realidade de forma crítica e criativa.



Desse modo, buscou acompanhar o propósito de proporcionar aos educandos

condições teóricas e práticas, para que aprendam a agir de forma transformadora no seu campo de atuação; possibilitando novas oportunidades de crescimento profissional que lhes assegure a permanência ou inserção no mercado de trabalho; promovendo a articulação educação-trabalho e a valorização profissional; e favorecendo a organização dos serviços de saúde em espaços ora inexistentes e a sua reorganização dentro de novos paradigmas, por entender que a qualificação guarda relação direta com a assistência de saúde qualificada (UFRN, 2006).

A disciplina aconteceu através de quatro encontros presenciais e um momento de dispersão nos quais os alunos desenvolveram um estudo sobre as práticas em saúde mais freqüentemente realizadas em seus assentamentos, além de desenvolverem várias hortas medicinais, tanto na escola onde atualmente residem, quanto nas suas comunidades e domicílios. Para isso, foram instrumentalizados com materiais necessários para preparar uma “farmácia viva”. O resultado deste trabalho consistiu na avaliação da disciplina.

Resultado e discussão

Práticas alternativas em saúde no exercício da cidadania

São chamadas de práticas alternativas em saúde aquelas baseadas em princípios, métodos ou conhecimentos não tradicionais ou não “científicos”, embora devam ser reconhecidamente equivalentes em eficiência. Poderá ser chamada também de prática complementar quando é oferecida juntamente com a medicina tradicional.

Para alguns, o seu surgimento está ligado à mudança do conceito mecanicista de saúde para o conceito integral e holístico, o qual influenciou visões sobre medicina, meio ambiente, família, trabalho, planejamento regional e paz mundial. Para outros, está vinculado a uma história recente,

influenciada, principalmente, pelo movimento hippie que floresceu nos anos 1960 e 70, cuja temática central era o desafio à autoridade, qualquer que fosse. Esse modo de pensar vem favorecendo a adoção de um novo estilo de vida – a sociedade alternativa – tanto nos valores e regras, quanto na alimentação (vegetarianismo, alimentação natural e macrobiótica) e na própria medicina. E, por fim, poderia ser também o resgate de práticas que encontram nas raízes populares a fundamentação do seu conhecimento, valorizando a cultura e os saberes local (CARROL, 2006).

O resultado é que existem as mais variadas terapias alternativas que, em sua maioria, preocupam-se com as diferenças individuais de cada pessoa e evidenciam o enfoque global: mente, corpo, comportamento e meio ambiente.



No Brasil, as terapias alternativas estão sendo institucionalizadas nos diversos espaços do setor saúde, sendo cada vez mais procuradas pelos segmentos da sociedade e adotadas por muitos profissionais. Muitas dessas terapias recebem o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o reconhecimento do SUS, no incentivo a programas que diminuam os custos e que sejam social e tecnicamente sustentáveis, principalmente em países onde as condições de suas populações são precárias (SILVA, DINIZ, OLIVEIRA, 2002).

Assim, o uso de práticas alternativas, pelos profissionais de saúde, em particular os da enfermagem, seria, de certo modo, a conscientização da sua capacidade de trabalhar a inclusão social de pessoas que vivem na marginalidade do acesso a bens e serviços de alta tecnologia em saúde, mas também o resgate do seu saber/fazer popular, no processo saúde/doença, fortalecendo a sua identidade cultural e da sua comunidade, e construindo possibilidades de vida saudável que lhes protegeriam dos riscos do uso exagerado dos medicamentos industrializados e das frustrações provocadas pela ortodoxia da medicina cientificista.

As práticas “alternativas” mais conhecidas são as técnicas de relaxamento, a hidroterapia, a acupuntura, a medicina herbal e a massoterapia. Outras práticas são igualmente conhecidas, tais como: a aromaterapia, a cromoterapia, a musicoterapia, a medicina ayurvédica, os cristais, a medicina holística, a homeopatia, a hipnose, a iridologia, a macrobiótica, cirurgias mediúnicas, reiki e toque terapêutico.

No Nordeste, a prática das rezadeiras, também conhecidas como curandeiras ou benzedeadas, recebe destaque pela força que essas mulheres exercem em suas comunidades. Geralmente merecedoras de grande respeito e confiança em sua localidade, as rezadeiras realizam um trabalho não remunerado que consiste na oração e na bênção aos que se encontram doentes.

Fazendo uma comparação com algumas práticas religiosas, Costa (2001) define a ação das benzedeadas como a “benzeção”. Diz o autor:

Os pais e padrinhos dão a sua bênção a seus filhos e afilhados. Os católicos se benzem antes de qualquer ação importante ou ao passarem diante de uma capela ou igreja. Os espíritas dão “passes” aos que estão com negatividade fluídica. Os evangélicos fazem orações e cultos nas horas alegres e tristes de seus irmãos. Tudo é oração, e a rezadeira faz a sua “benzeção” em quem vai à sua procura no intuito de curar-se de algum mal (COSTA, 2001).

No Rio Grande do Norte, esta prática ainda é muito utilizada, especialmente em lugares mais distantes dos serviços de saúde. As benzedeadas são procuradas para “benzer” principalmente crianças que estão com “mau olhado, quebranto, vento caído”. Para elas, o mau olhado é provocado pela ação de um agente externo, que pode estar dentro ou fora do âmbito familiar; já o quebranto origina-se do “excesso de amor” ou “amor caduco” na família; e o “vento caído” é o resultado de sustos ou medos fortes sofridos pela criança.

Contudo, a sua ação também se estende a pessoas de todas as idades, realizando curas de uma maneira geral e partos das mulheres gestantes. Hoje, essas mulheres, em sua grande maioria, idosas, estão sendo valo-

rizadas e inseridas nos programas de atenção básica em saúde de alguns municípios como elo articulador entre o serviço de saúde e o povo.

Assim, os profissionais de saúde e da enfermagem, especialmente aqueles pertencentes às equipes do Programa Saúde da Família, devem valorizar as diversas terapias e práticas que complementam o tratamento alopático, ou que, em alguns casos, o substitui. Esse modo de compreender a sua prática, enquanto enfermeiro, técnico ou auxiliar de enfermagem, favorece as populações mais distantes e carentes dos serviços, pelo uso de alternativas que promovam estilos saudáveis de vida, auxiliem no tratamento de doenças de forma simplificada e favoreçam a recuperação no âmbito familiar.

É preciso, portanto, que esses profissionais exerçam, de modo especial, a escuta qualificada, o acolhimento, a valorização do saber popular, a corresponsabilização, o compromisso profissional, o estímulo ao auto-cuidado e a participação e controle social.

As práticas alternativas em saúde e o trabalhador da terra

Consta nos “Compromissos do MST com a terra e com a vida” que os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida e por isso devem: amar e preservar a terra e os seres da natureza; aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura; produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos; preservar a mata existente e reflorestar novas áreas; cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos; lutar contra a privatização da água; embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores; tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente; praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza; lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade; jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras¹.

De acordo com estes compromissos buscou-se estabelecer uma relação das práticas alternativas e complementares em saúde com os elementos e a linguagem do trabalhador da terra, de modo que o conhecimento produzido fosse orientado para a adoção de atitudes, comportamentos e estilos de vida que permitissem a elevação da qualidade de vida desse aluno/trabalhador, sua família e comunidade, respeitando os seus compromissos e princípios. Assim, foram priorizadas três práticas para serem estudadas com maior profundidade, por corresponderem aos recursos mais disponíveis ao trabalhador rural, ou seja, a argiloterapia, a hidroterapia e o uso de plantas medicinais.

Argiloterapia ou geoterapia

De acordo com Falconi Filho (2006), “é da terra que retiramos nosso alimento, nossa água, nossa energia vital”. Desde os antigos que a argila era utilizada para a preservação de alimentos de origem animal, para ajudar no tratamento dos doentes e como um dos elementos no embalsamamento das múmias.

1. MST. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.**

Leituras cotidianas, nº 243. 2006.

Disponível em: http://www.pfilosofia.xpg.com.br/07_leituras_cotidianas/20060505c.htm. Acesso em: maio 2006.

A argila é originária da decomposição do solo, ocasionada por reações físico-químicas do meio ambiente, que, no decorrer dos séculos, acumula minerais, tais como: manganês, magnésio, alumínio, ferro, sílica, titânio, cobre, zinco, cálcio, fósforo, potássio, boro, selênio, lítio, níquel, sódio e outros. Assim, ao ser retirada do solo para uso terapêutico, devem ser considerados alguns aspectos essenciais: o local – deve ser inócuo; que não seja úmido; com a coloração desejada e respeitar uma profundidade mínima de quatro metros para a extração. A argila pode ser usada ao natural ou depurada, isto é, dissolvê-la em água potável, decantá-la e secá-la.

A argiloterapia consiste, portanto, no uso tópico de compressas de sílica-minerizada ou argila, para normalizar uma determinada região do corpo inflamada, podendo também ser ingerida com água.

Hidroterapia

Por hidroterapia entende-se o tratamento pela água sob suas diversas formas e a temperaturas variáveis. A água é um veículo de calor ou frio para o corpo que pode proporcionar alívio, relaxamento e favorecer o processo de cura. Aplicada ao corpo, opera nele modificações que atingem o sistema nervoso, o aparelho circulatório e o termo-regulador.

A hidroterapia tem, igualmente, influência sobre a nutrição, pois estimula o aumento do número de glóbulos vermelhos e de glóbulos brancos do sangue; aumenta a taxa de hemoglobina; age sobre a excreção urinária; tem efeito sobre a evacuação; aumenta a eliminação das matérias azotadas e do ácido úrico etc.

As aplicações hidroterápicas frias ou quentes têm a pele como intermediário, em seus efeitos sobre o corpo humano, podendo ser aplicada sob a forma de banhos quentes, neutros ou frios no corpo inteiro ou em partes do corpo, de chuveiro, de imersão, de assento, genitais ou semicúpios; pedilúvios ou escalda-pés, empregados no aquecimento do corpo, em casos de anemia, estresse, insônia, desordens na circulação sanguínea, gripes, resfriados, suores dos pés, podagra, contusões e lesões dos pés; e compressas, um dos processos mais comuns, fáceis e eficazes da hidroterapia, que consiste na aplicação de um pano úmido com água ou soluções quentes ou frias em partes doloridas do corpo.

Plantas medicinais

O homem aprendeu a conhecer e a utilizar as plantas durante toda a sua existência. Esse conhecimento, acumulado em toda a trajetória da humanidade, não está restrito apenas à sua ação medicamentosa para aliviar e curar males, mas engloba todas as propriedades que estas oferecem para a sobre-



vivência do homem na Terra. Assim, o seu uso deve contemplar as suas múltiplas dimensões – ecológica, econômica, pedagógica e antropológica –, de modo a resgatar na pessoa e na comunidade a condição de sujeitos ativos de um mundo físico, social e político, e que por isso, necessitam de uma consciência cidadã com deveres e direitos para se viver com dignidade (CARRICONDE, 2002).

As plantas podem ser aplicadas de diversas maneiras, e é muito importante que a pessoa conheça bem seus vários modos de aplicação sob a forma de azeites, alcoolaturas, banhos, chás (tisana, infusão, decocção e maceração), cataplasmas (ervas frescas e secas, pasta e compressas), gargarejos, inalações, lambedor ou xarope, lavagens, saladas, sopas, guisados, sucos, tinturas, unguentos.

Considerações finais

A formação em saúde deve estar adequada à realidade na qual o profissional vai atuar, de forma a atender aos princípios de socialização das vivências, construção de uma visão de mundo, do cultivo de identidades e compreensão da realidade política, social, econômica, cultural do país e da região. No caso específico, este deve estar sensível à preservação da memória local e nacional, bem como à militância social e à resistência cultural em atendimento às necessidades em busca de um desenvolvimento sustentável do homem do campo.

A disciplina Práticas Alternativas em Saúde buscou trazer à reflexão as atitudes e valores do homem contemporâneo e suas conseqüências em um mundo em constante mudança. Trouxe também hábitos e alternativas em saúde que asseguram a preservação da qualidade de vida individual e coletiva, além de resgatar algumas práticas exercidas vocacionalmente por algumas pessoas inseridas na comunidade.

Assim, é preciso que o enfermeiro, técnico ou auxiliar de enfermagem estabeleça o diálogo com as pessoas do povo para que estas possam falar de suas práticas e saberes em saúde, para depois associá-las às suas propriedades terapêuticas, às vantagens econômicas, aos benefícios ecológicos e aos valores culturais. Deste modo, estará se qualificando profissionalmente e ao mesmo tempo exercitando a sua cidadania e de seus pares.

REFERÊNCIAS

CARRICONDE, C. **Introdução ao uso de fitoterápicos nas patologias de APS**. GCL Editora: Olinda/PE, 2002.

CARROL, R. T. **Dicionário céptico**. Disponível em: <http://skepdic.com/brazil/saudealtern.html>. Acesso em: 14 de março de 2006.

COSTA, G. **Rezadeiras do Rio Grande do Norte**. Jangada do Brasil. Edição Comemorativa. Ano 3 - Setembro 2001 - nº 37. Disponível em: <http://jangadabrasil.com.br/setembro37/especial21.htm>. Acesso em: 23 de março de 2006.

FALCONI FILHO. **Medicina natural**. Disponível em: <http://www.amedicinanatural.hpgig.com.br>. Acesso em: 14 de março de 2006.

SILVA, M. G.; DINIZ, M. F. F. M.; OLIVEIRA, R. A. G. de (orgs.). **Fitoterápicos: Guia do Profissional de Saúde**. SESP/Núcleo de Assistência Farmacêutica: João Pessoa/PB, 2002.

UFRN. Escola de Enfermagem de Natal. **Curso Técnico em Enfermagem Integrado com o Ensino Médio** – Proposta Pedagógica: Natal/RN, 2006.



Fotos: Shutterstock

Significado do envelhecimento entre idosos vivendo na comunidade

OLIVEIRA, Mônica M. M. de

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

Palavras-chave: Idoso; Envelhecimento; Terceira Idade.

RESUMO

A velhice é uma questão que adquire crescente visibilidade, tornando-se cada vez mais discutida por diversos setores da sociedade. Via de regra, tende-se a pensá-la como uma fase dolorosa, marcada por todo tipo de perda e restrição. Mas, o que pensam os próprios idosos sobre a velhice e a experiência do envelhecimento? Este trabalho apresenta a experiência do envelhecimento em um grupo de 30 (trinta) idosos na comunidade, com idades entre 58 e 95 anos – média 72.3 –, dos quais 13 são do sexo masculino e 17 do feminino, através de entrevistas, com aproximadamente uma hora de duração, gravadas e transcritas posteriormente para codificação e análise.

Mônica Maria Montenegro de Oliveira é doutoranda da UFPB (Programa Proling). É professora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (cursos técnicos integrados/subseqüentes e superiores). É assessora de relações internacionais e presidente do conselho editorial junto ao Cefet/PB.



Introdução

Há mais ou menos cinco décadas, o aumento de estudos sobre o envelhecimento humano – período do ciclo vital – tem levado ao surgimento de estudos mais sistemáticos (PAIVA, 1986). A importância desse fato é reconhecida no sentido de testar hipóteses gerais em contextos culturais diversos, gerar novas hipóteses e estabelecer ações futuras (DULCEY & ARDILA, 1989). No entanto, questões importantes sobre o envelhecimento são ainda desconhecidas ou superficialmente exploradas, merecendo uma maior atenção e estudo, a fim de preencher as lacunas existentes na literatura. Questões acerca da perspectiva sociocultural do envelhecimento e das mudanças ocasionadas por esse processo têm sido freqüentemente estudadas, muito embora não considerem a experiência de vida diária do idoso a partir de uma perspectiva individual.

Reflexões sobre a velhice à luz da literatura

Independente de estar associada à pobreza ou à invalidez, a velhice tende a ser vista como uma experiência de sofrimento por implicar a passagem indesejada de um mundo amplo e público para um mundo restrito e privado, marcado por perdas (DEBERT, 1988), contudo, não fosse o decréscimo das reservas orgânicas do indivíduo, ela seria considerada, de forma análoga às demais fases da vida, como um período caracterizado por mudanças fisiológicas, psíquicas e sociais (Anuário Guia Corpo a Corpo da Dualidade e Vida, 1989).

Embora amplamente discutida, a velhice não tem uma definição precisa nem possui limites etários. Alguns cientistas afirmam que o envelhecimento é um processo contínuo e que ocorrem modificações durante toda a existência do indivíduo, isto é, do nascimento à morte, não havendo um período específico para o princípio da senescência – termo que designa o envelhecimento propriamente dito, ou seja, natural; diferente de senilidade, que designa as doenças da velhice, o que corresponde aos aspectos psicopatológicos da velhice. Alguns autores acreditam que a velhice, independente dos acontecimentos psicofisiológicos, compreende um processo de decadência funcional que aparece já no final da adolescência, período em que o indivíduo não tem a menor noção de que está envelhecendo nem apresenta sinais de envelhecimento (D'ANDREA, 1984); outros vêem-na como um processo involutivo caracterizado por decadência e declínio das capacidades físicas e mentais e o afastamento do trabalho (aposentadoria); outros crêem que o envelhecimento começa com a maturidade sexual. Há ainda a literatura popular, os meios de comunicação social e os costumes culturais que associam a velhice comumente a um estado de decrepitude, desorientação e regressão.

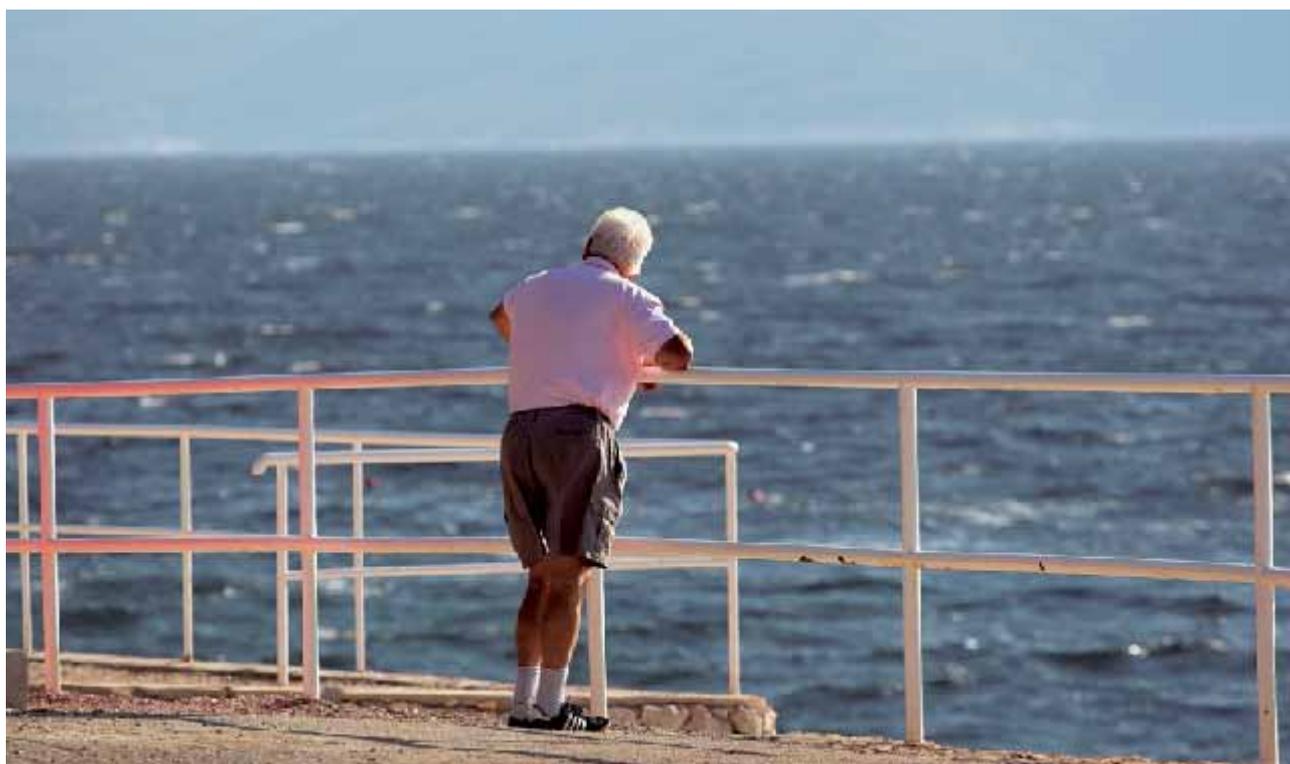
Assim sendo, pode-se dizer que o envelhecimento humano ocorre em três níveis diferentes:

- **biológico** – que varia em função de idade, envolvendo mudanças fisiológicas, anatômicas, bioquímicas e hormonais, acompanhadas de gradual declínio das capacidades do organismo;
- **social** – que varia em função dos determinantes sociais, relacionados às normas ou eventos sociais que controlam, por um critério de ida-

de, o desempenho de determinadas atividades ou tarefas do grupo etário, e que dão sentido à vida de cada um; e

- **psicológico** – que traduz pelos comportamentos (abertos ou encobertos) das pessoas em relação a si próprias ou aos outros, ligados às mudanças de atitude e limitações das capacidades em geral. Em outras palavras, o envelhecimento psicológico é determinado, por um lado, pelas mudanças concretas do envelhecimento biológico e, por outro lado, pelas normas e estereótipos sociais que correspondem ao envelhecimento social (PAIVA, 1986). Entretanto, esses três níveis de envelhecimento nem sempre coincidem quanto ao seu aparecimento. Nesse sentido, há uma variedade de modelos sociológicos, biológicos e comportamentais que caracterizam a velhice isoladamente, como, por exemplo, o modelo estatístico que define a velhice em termos de probabilidade de sobrevivência, e o modelo médico que define a velhice associada ao surgimento de doenças (BOTWINICK, 1984).

Em decorrência dessa diversidade de modelos, surge a dificuldade de identificação do idoso, muito embora se saiba classificá-lo de maneira geral. A linha demarcatória entre o final da idade adulta e o início da velhice não é fixa, nem obedece a critérios específicos, uma vez que a idade biológica é conceitualmente correta, porém imprecisa; não há limites etários uniformemente aceitos. Neugarten (1975, apud BOTWINICK, 1984) sugere quatro categorias de velhos: velhos jovens (55-64 anos), meio velhos (64-75 anos), velhos (75-84 anos) e muito velhos (+85 anos). Essas categorias diferem entre si em termos de saúde, habilidade e expectativa de vida segundo o sexo. Por sua vez, Field e Minkler (1986) consideram apenas três das categorias sugeridas por Neugarten: velhos jovens (60-74 anos), velhos (75-85 anos) e muito velhos (+ 85 anos).





Pode-se destacar na literatura mais recente a ausência da perspectiva do envelhecimento fornecida pela própria pessoa idosa, daí a necessidade de se observar essa questão a partir da perspectiva do próprio idoso buscando não somente identificar o período de transição ao qual o próprio indivíduo passa a considerar-se como velho, mas, também, tentar identificar os seus determinantes e definir os contextos e situações em que o modelo da velhice é acionado (DEBERT, 1988). A tomada de consciência do indivíduo em considerar-se como velho em um dado momento da sua vida gera implicações sobretudo sob a forma de mudanças na sua autopercepção e/ou autoconceito em aspectos específicos que até então eram percebidos distintamente (RAPAPORT, 1978).

Pesquisas voltadas para a identificação dos determinantes de classificação do próprio indivíduo como velho (BAUM & BOXLEY, 1983; BULTENA & POWERS, 1978; LINN & HUNTER, 1979; apud KELLER, LEVENTHAL & LARSON, 1987) e para a descrição das conseqüências dessa identificação (WARD, 1977; SHERMAN et alii, 1983, apud KELLER, LEVENTHAL & LARSON, 1987), sugerem que o envelhecimento é uma experiência multidimensional acompanhado por mudanças ambientais, sociais, emocionais e fisiológicas. A variedade de percepções que os indivíduos podem desenvolver reforça essa proposição. NEUGARTEN & PETERSON (1957) observaram que pessoas de nível socioeconômico baixo vêm a velhice começando aos 60 anos, enquanto que pessoas de nível econômico alto a vêm começando dez anos mais tarde (apud BOTWINICK, 1984). Nesse sentido, a representação da velhice é influenciada por interações sociais, econômicas e educacionais. LINN & HUNTER (1979) verificaram que idosos com maior lócus de controle interno consideram-se como estando na meia idade ou até mesmo jovens, revelam maior índice de satisfação com a vida, são mais lúcidos, tendem a ver a vida como resultante de seus próprios esforços e habilidades, bem como apresentam maior auto-estima com relação às inaptidões e impedimentos (apud BOTWINICK, 1984).

Sabe-se que a ansiedade e o estresse podem ser ocasionados por sentimentos de perda de controle do indivíduo sobre si próprio ou sobre sua vida, independente da idade que ele possua, o que vem causar impactos negativos na sua saúde física e psicológica. A importância desse controle para o indivíduo é fundamental, mesmo em quantidade limitada. Em situações que exercem maior controle sobre suas vidas, as pessoas idosas apresentam-se mais saudáveis e ativas. Logo, a perda de controle, quando associada ao envelhecimento, pode resultar em um aumento de dependência da família, amigos ou instituições por parte do idoso (1980, RODIN apud 1985, ZIMBARDO apud 1989, TAVARES), bem como uma maior dependência em atividades que estão presentes no dia-a-dia.

O Brasil, entre os países da América Latina, é o que apresenta maior taxa de jovens em sua população, em contraste com a Argentina, que tem maior taxa de população idosa (DULCEY & ARDILA, 1988). Apesar disso, ele vem sofrendo, já há algumas décadas, um aumento significativo da sua população idosa em virtude da redução do ritmo de seu crescimento demográfico, como indicam os dados da recente pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Gerontologia Social da Sociedade de Geriatria.

Segundo Paiva (1986), o aumento do número de idosos varia com a classe social, estando diretamente ligado às condições socioeconômicas da população. Embora, atualmente, o Brasil conte com mais de dez milhões de idosos – aproximadamente 5% da sua população total, de acordo com o Núcleo de Estudos do Futuro da USP (Universidade Estadual de São Paulo), a estimativa prevista é que a população de pessoas com mais de 60 anos salte de 5% para 10% e que apenas 40% da população seja constituída de jovens abaixo dos 20 anos. Um aumento nessas proporções acarretará para o país certamente uma série de problemas sociais e econômicos caso não venham a ser tomadas as devidas providências, como, por exemplo, a agilização e ampliação dos sistemas previdenciários, a implantação de serviços geriátricos especializados e a disponibilidade de asilos.

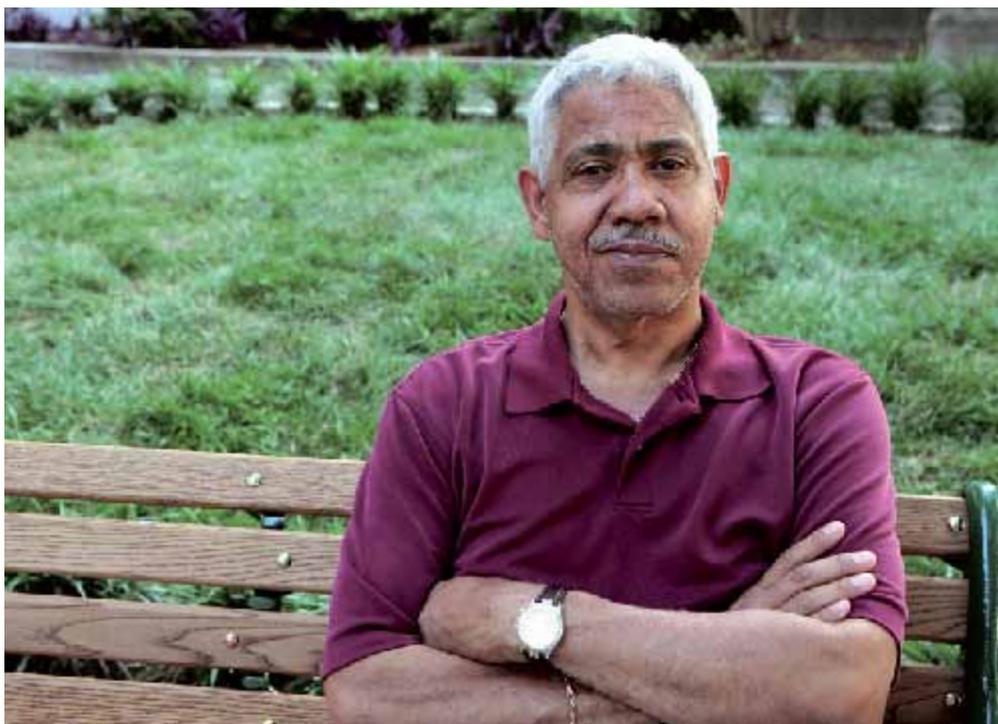
Sabemos que as condições infra-estruturais do Brasil são inadequadas e ineficazes no sentido de não atender às reais necessidades dos idosos nem proporcionar-lhes segurança social e econômica. Ao contrário, os velhos na nossa sociedade são discriminados e a desigualdade de renda durante os anos de trabalho torna-se ainda mais acentuada na velhice. O governo contribui com a ausência de medidas que visem a uma melhoria da condição do idoso no país. O tipo de tratamento dado ao idoso, no Brasil, se comparado ao utilizado nos países desenvolvidos, como Alemanha, França, Canadá e Inglaterra, revela-se ainda mais deficitário (TAVARES, 1989).

Material e método: sujeitos, procedimentos e instrumento

Foram entrevistados 30 idosos, morando em sua própria unidade doméstica ou com familiares, na cidade de João Pessoa/PB, sendo 17 do sexo feminino (56,6%) e 13 do sexo masculino (43,3%), com idades entre 58 e 95 anos, apresentando uma média de 72,3 anos, desvio-padrão 9,9; amplitude 37 e moda 68.

Os idosos foram abordados, individualmente, pela entrevistadora e solicitados a participar de um estudo sobre o envelhecimento, através de uma entrevista com aproximadamente uma hora de duração, gravadas e transcritas posteriormente, para codificação e análise, seguindo um roteiro previamente elaborado. Nenhum dos sujeitos recusou-se a ser entrevistado, como também não ocorreu invalidação de qualquer entrevista.

As entrevistas foram realizadas no período vespertino, geralmente três vezes por semana, durante dois meses, e restringiram-se a idosos que gozavam de condições físicas e mentais normais, que se



dispuseram a participar do estudo. Nessas entrevistas, os participantes foram solicitados a relatar as suas próprias experiências sobre esse processo. As entrevistas e a observação foram feitas, em sua maioria, nas residências, porém, algumas, especificamente três, foram realizadas em locais públicos, como jardim, calçada e praça, a pedido dos idosos.

O questionário aplicado foi o mesmo utilizado por Keller, Leventhal & Larson (1987) – desenvolvido a partir de um grupo de pesquisadores incluindo geriatras, psicólogos sociais, enfermeiras psiquiátricas, um entrevistador e por Tavares (1989) – retiradas as questões concernentes à ida do idoso para uma instituição, suas possíveis opções e atitudes, bem como o posicionamento da própria família com relação à instituição.

O questionário consta de duas partes. Na primeira, a questão 1 diz respeito ao significado do envelhecimento para o idoso. As questões subsequentes (2 a 15) referem-se à observação do envelhecimento em uma outra pessoa, nas quais os sujeitos são solicitados a indicar alguém que esteja vivenciando esse processo, quais são os sinais que denunciam isso, quais as causas dos sinais mais significativos, como essa pessoa lida com o processo, qual a eficácia das estratégias utilizadas para lidar com as mesmas e qual o nível de satisfação que o indivíduo atribui quando da utilização dessas estratégias. A segunda parte do questionário (questões 12, 16 a 19; 32 e 33) inclui o mesmo conteúdo das questões 12 a 15, porém, com a diferença de que o idoso é solicitado a observar o envelhecimento em si próprio, apontando o momento da tomada de consciência da velhice, suas consequências, estratégias utilizadas para lidar com o envelhecimento de forma geral, qual a eficácia das mesmas e o seu nível de satisfação em utilizá-las e quais os sinais que funcionam como indicadores mais significativos desse processo com suas respectivas causas.

As questões 30 e 31 avaliam se o idoso considera o processo de envelhecimento como algo episódico ou constante no seu dia-a-dia. Para os casos em que ele é tido como episódico, o indivíduo é solicitado a indicar o que evoca esse sentimento e qual a sua frequência. Da mesma forma que para os casos em que ele é tido como constante, o período e o(s) evento(s) que tornaram esse sentimento constante são também por ele indicados. A questão 34 analisa se existe e quais as diferenças na maneira como o idoso lida com os sentimentos sobre o envelhecimento e com situações que evocam esses sentimentos. As questões 36 e 37 verificam se há uma diferença significativa entre a idade do idoso e a idade com a qual ele se sente, enquanto a questão 35 proporciona ao idoso a possibilidade de comentar ou discorrer sobre algo que deseje e/ou que não tivesse sido comentado durante o transcurso da entrevista.

Resultado e discussão

A amostra representa um grupo de idosos de classe média-baixa, em que a maior parte considera sua saúde como regular, tendo uma pequena predominância de sujeitos do sexo feminino. As respostas atribuídas ao significado do envelhecimento foram agrupadas em oito categorias, nas quais os sujeitos avaliaram o envelhecimento como:



- a) um processo natural sem características significativas;
- b) um período filosófico, de evolução da vida, reflexão, experiência de vida (sabedoria) e maturidade;
- c) um período de mais liberdade, menos exigências e novos interesses;
- d) um período associado às dificuldades e preocupação com a saúde física e perda de auto-controle;
- e) um período de perdas interpessoais;
- f) uma graça de Deus ou período de maior sentimento religioso;
- g) um período de conseqüências negativas;
- h) bem-estar associado à segurança financeira. Observa-se que a maior parte dos sujeitos considera o envelhecimento como uma experiência positiva.



Os sinais de envelhecimento mais significativos identificados pelos sujeitos em si mesmos e nos outros foram considerados sob a forma de mudanças e divididos em quatro categorias, sendo que cada uma delas subdivide-se em categorias menores. São elas:

- a) mudanças sociais (isolamento social, separação da família);
- b) mudanças físicas, problemas sensoriais (perda de visão e audição), problemas locomotores (pernas trôpegas, reumatismo, fraturas, crise de coluna, dormências), dor e doenças gerais (prisão de ventre, diabetes, erisipela); modificação na aparência (flacidez da pele, cabelos, barriga), diminuição das atividades físicas (menor disposição para o trabalho, diminuição de ritmo);
- c) mudanças emocionais (preocupação, depressão, desgosto em viver, vontade de morrer, mágoa);
- d) mudanças cognitivas (alteração ou perda de memória, arteriosclerose, esquecimento). Todas as mudanças identificadas no próprio indivíduo e no outro foram de natureza negativa, entretanto, houve ainda pessoas que não foram capazes de identificar no próprio indivíduo ou no outro alguma mudança. Em suma, em ambos os casos, as mudanças físicas foram vistas como os sinais mais significativos de envelhecimento.

As estratégias de adaptação (*coping*) utilizadas para lidar com as mudanças ocasionadas pelo processo de envelhecimento foram classificadas segundo Keller, Leventhal & Larson (1987) e aparecem agrupadas em cinco categorias:

- a) compensação (respostas utilizadas para compensar as mudanças ocorridas);
- b) manutenção (respostas ativas utilizadas para manter o nível de funcionamento do indivíduo);
- c) envolvimento com outros (respostas ativas utilizadas para manter ou aumentar a interação com o grupo social);

- d) alteração do significado (respostas designadas a controlar o significado das situações, através da redução ou eliminação do estresse que delas resultam);
- e) lidar com o estresse (respostas utilizadas para controlar o estresse, uma vez que ele surge).

A porcentagem reflete a proporção de vezes que uma determinada estratégia foi utilizada para lidar com uma mudança específica no indivíduo, ou seja, 40% das estratégias utilizadas para lidar com mudanças físicas no próprio indivíduo foram classificadas como respostas de envolvimento com outros e a estratégia lidar com o estresse foi utilizada para lidar com mudanças físicas e obteve o maior percentual, 45%. Vale ressaltar que nenhum dos sujeitos soube dizer como o outro lida com essas mudanças, não mencionando, portanto, nenhuma estratégia de adaptação utilizada. As estratégias de *coping* e envolvimento com outros (63%), seguida de manutenção (31%), foram as mais utilizadas pelos sujeitos da pesquisa para lidar com o envelhecimento em geral. As causas das mudanças associadas ao envelhecimento no próprio sujeito e nos outros foram vistas como decorrentes do processo do envelhecimento (idade, debilitação do organismo), como também de problemas emocionais (preocupação, perda de ente querido).

Conclusão

Os resultados obtidos por este estudo sobre o significado do envelhecimento na comunidade foram vistos como algo positivo, entretanto, as mudanças associadas a esse processo foram de caráter e/ou natureza negativa. Talvez o tipo das questões elaboradas tenham eliciado estereótipos de respostas nas quais os indivíduos filosofaram sobre o significado do envelhecimento, descrevendo os aspectos positivos dessa experiência, mas relataram mudanças culturalmente esperadas quando solicitados a especificar os fenômenos associados ao mesmo.

Os entrevistados classificaram o envelhecimento como um processo natural, sem características muito significativas, porém, quando comparamos as mudanças associadas ao envelhecimento no próprio indivíduo e no outro, observamos que, para ambos, as mudanças físicas e emocionais foram identificadas em maior proporção. Duas hipóteses são levantadas a partir desses resultados: a primeira é que os idosos identificam em si e nos outros aquelas mudanças que são mais observáveis diretamente, ou seja, mudanças físicas; a segunda é que eles podem não gostar de identificar as mudanças que lhes são mais ameaçadoras ou que implicam a perda do autocontrole, como as mudanças de ordem emocional ou cognitiva.

Com relação às estratégias de adaptação frente aos sinais mais significativos do envelhecimento, observamos que os sujeitos utilizam a manipulação do estresse tanto para lidar com mudanças físicas (45%) como para emocionais (33%), cognitivas (33%) e sociais (33%); utilizam, ainda, a manipulação do envolvimento com outros para lidar com mudanças físicas (40%); utilizam igualmente a manutenção e alteração do significado para lidar com mudanças físicas (10%), bem como a compensação para lidar com as mudanças cognitivas (33%) e físicas (2%). Em outras palavras, as es-

estratégias de adaptação utilizadas para lidar com o envelhecimento em geral, lidar com o estresse e envolvimento com outros foram utilizadas em maior número de vezes pelos sujeitos.

É provável que, de certa maneira, o envolvimento com outros – resposta dirigida a manter ou aumentar a interação do indivíduo com o grupo social – reflita as necessidades básicas no cotidiano dessa amostra, principalmente para aquelas pessoas que vivem ou criam expectativas de permanecer com a família à medida que vão ficando mais velhas e dependentes e para aquelas pessoas que sofreram perdas ou impactos na sua saúde emocional e/ou para aquelas que encaram o envelhecimento como algo constante.

As auto-avaliações dos sujeitos quanto às causas mais significativas das mudanças associadas ao envelhecimento apresentaram um percentual maior quando comparadas com a opinião que eles têm dos outros. Isso demonstra que o envelhecimento é avaliado como produto de um processo evolutivo e/ou positivo para aqueles que acreditam lidar com esse processo, e involutivo e/ou de natureza negativa ao mesmo tempo, independente das diversas mudanças que acarreta.

REFERÊNCIAS

- Anuário Guia Corpo a Corpo de Dualidade e Vida. São Paulo, Editora Símbolo, 1988.
- BOTWINICK, J. **Aging and behavior**. New York, Springer, 1984.
- D'ANDREA, F. **Desenvolvimento da personalidade**: enfoque psicodinâmico. São Paulo, Difel, 1984.
- DEBERT, G. "Envelhecimento e representação da velhice." In: **Ciência Hoje**. 1988, vol. 9, nº 44.
- DULCEY-RUIZ, E. & ARDILA, R. **Work and retirement in Latin America**. The International Exchange Center on Gerontology, 1988.
- FIELD, D. & MINKLER, M. "Continuity and Change in Social Support Between Young-Old and Old-Old or Very-Old Age". In: **Journal of Gerontology Psychological Sciences**. 1988, vol. 41, nº 4.
- KELLER, M.; LEVENTHAL, E. A. & LARSON, B. **Aging**: the individual perspective. U.S.A, University of Wisconsin-Madison, 1989.
- PAIVA, V. M. B. "A velhice como fase do desenvolvimento humano". In: **Revista de Psicologia**. Fortaleza, Edições UFCE, 1986, nº 1, p. 15-23.
- RAPAPORT, Leon. "La personalidad desde los 26 años hasta la anciedad." In: **El adulto y el viejo**. 1 edición, Buenos Aires, Editorial Paidós, S.A.I.C.F., 1978.
- TAVARES, M. C. H. **O significado do envelhecimento para idosos institucionalizados**. UFPB/CCHLA/Departamento de Psicologia, 1989.





Fotos: Edilene Rocha Guimarães

Área externa do Restaurante Mania, da Associação dos Servidores do Cefet/PE

Integração curricular: diálogo com as comunidades locais

GUIMARÃES, Edilene R.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Palavras-chave: Integração Curricular; Comunidade; Interdisciplinaridade.

RESUMO

No trabalho, o currículo integrado é composto por uma rede de relações complexas, a qual envolve a formação integral do homem. Apresentamos um caminho metodológico para a integração curricular que compreende o conhecimento como provisório, que se renova a partir do diálogo entre as diversas áreas do saber e cultiva o prazer cultural e a postura crítica e criativa. O problema a ser estudado surge da realidade concreta através da coleta de dados, os quais são analisados cientificamente em sala de aula e inseridos no processo de reprodução e construção do conhecimento dos alunos. Os resultados voltam para a realidade concreta, através de ações de intervenção crítica na vida cotidiana das comunidades locais. Trabalhamos com unidades didáticas integradas como forma de facilitar

a integração curricular. Detalhamos o desenvolvimento de uma unidade didática integrada realizada na forma de projeto interdisciplinar, sob o título: “Qualidade Ambiental no Restaurante Mania, da Associação dos Servidores do Cefet/PE”. Nas conclusões, destacamos que a construção coletiva do projeto pedagógico de um curso de educação profissional e tecnológica pode partir desde sua origem do desenvolvimento de uma proposta de integração curricular, independentemente do nível ou modalidade de ensino oferecido. Além do que, a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio exigida pela LDB – Lei nº 9.495/96, seja na modalidade integrada, concomitante ou subsequente, pode priorizar a formação integral como princípio orientador do currículo, com a preocupação de formar para além do simples desenvolvimento das habilidades necessárias para uma ocupação.

Edilene R. Guimarães é mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Cefet/PE e Pesquisadora dos Núcleos de Pesquisa: Ecologia e Gestão Socioambiental de Ecossistemas do Nordeste – Cefet/PE; Movimentos Sociais e Educação Ambiental – Cefet/PE; Educação Profissional – Cefet/CE.

Introdução

O trabalho compreende o currículo integrado como sendo composto por uma rede de relações complexas, a qual envolve a formação integral do homem. A cidadania aparece como centro do processo educativo, como forma de garantir as dimensões da formação integral do homem – coletivo, individual, histórico, ecológico –, que são sustentadas nos princípios da solidariedade, ética, pluralidade cultural e sustentabilidade. O trabalho, a ciência, a cultura e o meio ambiente são caracterizados como eixos integradores do currículo, os quais estão imbricados em relações socioambientais. As inter-relações desenvolvidas entre prática profissional, conhecimentos e saberes cotidianos, as quais perpassam por todo o desenvolvimento do currículo, objetivam o exercício de uma cidadania ativa como forma de intervir nas condições socioambientais das comunidades locais. Com essa compreensão, apresentamos um caminho metodológico para a integração curricular.

Metodologia

O caminho metodológico que propomos é associado ao conhecimento pertinente, concebido por Morin (2002) como complexo:

O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto: de fato há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios à nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade.

Em conseqüência, a educação deve promover a “inteligência geral” apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global.



Alunos em reunião no Restaurante Mania

Assim, a educação escolar deve visar à formação integral do homem, propiciando o seu crescimento por inteiro. De acordo com Morin (Ibid), a educação deve favorecer a aptidão natural da mente e estimular o uso total da “inteligência geral”, que requer o exercício da curiosidade desde a infância. A formação integral do homem deve ser concebida como processo que valoriza a dúvida e a incerteza, envolvendo uma concepção do ensino associado à pesquisa, que visa ao desenvolvimento do sujeito autônomo e à formação da consciência crítica e emancipatória (CUNHA, 2002).

Boaventura de Sousa Santos (1995) afirma que no paradigma de ciência denominado emergente, o conhecimento é processo, portanto, não é absoluto nem acabado, é elemento para ser superado. O desafio essencial é o de criar soluções e é nesse sentido que as aprendizagens devem caminhar. Aprender é aprender a criar e a pesquisa faz a aprendizagem ser criativa. A verdadeira aprendizagem é aquela construída com esforço próprio através da elaboração pessoal, no interior de um processo coletivo solidário e cooperativo.

O currículo integrado concebe a pesquisa como instrumento de ensino e como atividade inerente ao ser humano, acessível a todos e a qualquer nível de ensino e entende a extensão como ponto de partida e de chegada da apreensão da realidade, dialogando com os saberes do trabalho e da cultura como forma de contextualizar o conhecimento escolar.

Fazenda (1995) enfatiza que “aprender a pesquisar, fazendo pesquisa, é próprio de uma educação interdisciplinar, que, segundo nossos dados, deveria se iniciar desde a pré-escola”. Assim, os processos de ensino devem se identificar com ações ou processos de trabalho do sujeito que aprende, pela proposição de desafios, problemas e/ou projetos, desencadeando, por parte do aluno, ações resolutivas, incluídas as de pesquisa e estudo de situações, a elaboração de projetos de intervenção, entre outros. “Isto não se confunde com conferir preeminência às atividades práticas em detrimento da construção de conceitos. Mas os conceitos não existem independentemente da realidade objetiva” (RAMOS, 2005).

Diante do exposto, propomos um caminho metodológico para a integração curricular que compreende o conhecimento como provisório, que se renova a partir do diálogo entre as diversas áreas do saber e cultiva o prazer cultural e a postura crítica e criativa. O problema a ser estudado surge da realidade concreta através da coleta de dados, os quais são analisados cientificamente em sala de aula e inseridos no processo de reprodução e produção do conhecimento pelos alunos e professores. Os resultados desse diálogo voltam para a realidade concreta, através de ações de intervenção crítica na vida cotidiana das comunidades locais (GUIMARÃES, VALENÇA, FIGUEREDO, 2006).

Salienta-se que esse caminho metodológico exige a formação do professor-pesquisador, portanto, a formação docente inicial e continuada deverá priorizar o domínio da metodologia científica, para que o professor possa ultrapassar a barreira da reprodução do conhecimento e produza conhecimentos (re)elaborados.

Para cumprir essas finalidades, pode-se fazer da pesquisa um eixo dos cursos de formação inicial [e continuada]. Pode-se ainda tornar a pesquisa o núcleo articulador da disciplina Didática, de modo que os alunos-professores se envolvam ativamente no próprio processo de produção de conhecimentos, desenvolvam uma atitude crítico-reflexiva calcada em situações da prática escolar e desenvolvam trabalhos de investigação sobre a própria prática docente (ANDRÉ, 2006).

Fazenda (1995) alerta que nos projetos interdisciplinares em ação “a premissa que mais fundamentalmente predomina é a do respeito ao modo de ser de cada um, ao caminho que cada um empreende em busca de sua autonomia”. A autora conclui em suas pesquisas que “a interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas”.

Assim, compreendemos que o trabalho pedagógico coletivo exige do professor o encontro dialogado com outros professores, com os alunos e com a comunidade, exigindo do professor a ampliação de suas competências técnico-laborais, com as competências sociocomunicativas, para o aprimoramento das relações interpessoais, e com as competências político-históricas, como forma de inserir o professor nos contextos sociais (MARKERT, 2000).

Como afirma Markert (Ibid), “sempre será importante a geração da ‘competência’, de estabelecer relações entre ‘sentimentos concretos e contextos sociais’, para poder aprofundar orientações políticas na consciência do homem”.

Beane (2003), em seus estudos, revela que os professores que utilizam a integração curricular “cultivam uma rede de recursos, que se apóia em pessoas que podem trazer um conhecimento especializado para as suas salas de aula”. Os professores encontram meios para envolver a comunidade nos processos de ensino, não só como recursos de projetos, mas também “através de um nível de participação colaborativa para se definirem, em termos curriculares, temas sociais e do mundo”. Como as relações afetivas funcionam de forma bi-direcional, “os professores procuram também fazer da comunidade um espaço para o estudo, para a realização de projetos e de ação social no currículo”.

Assim, a integração curricular enfatiza o envolvimento em experiências que promovam uma vivência democrática. Segundo Beane (Ibid):

[...] deveríamos utilizar a abordagem curricular integradora, colocando a ênfase nas unidades temáticas centradas em determinados problemas, planejadas colaborativamente pelos professores e pelos estudantes, enquadradas por uma comunidade de sala de aula democrática e informadas pelo conhecimento proveniente de diversas fontes dentro e para além das disciplinas tradicionais.

Salão de refeições do Restaurante Mania





Santomé (1998) salienta que as diferentes áreas do conhecimento e experiências ou as disciplinas devem entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente para propiciar o trabalho de construção e reconstrução do conhecimento da sociedade.

Com esse objetivo, propõe-se a elaboração e agrupamento de unidades didáticas integradas como forma de facilitar a integração curricular. Uma unidade didática integrada é uma proposta de trabalho da qual participa um determinado número de áreas do conhecimento ou disci-

plinas, destinadas a cobrir um período temporal relativamente curto. Não trata apenas de promover processos de ensino-aprendizagem, mas que os estudantes aprendam determinados conteúdos, conceitos e procedimentos, e cheguem a assumir de maneira reflexiva um sistema de valores. Como também, de motivar e desenvolver todo um conjunto de destrezas que lhes permitam estabelecer novas relações e interações com estes e outros conteúdos culturais (SANTOMÉ, *Ibid.*).

A gestão participativa constitui-se numa dimensão que caracteriza as experiências inovadoras implementadas pelas unidades didáticas integradas. “Nela os sujeitos do processo inovador participam da experiência, desde a concepção até a análise dos resultados. Nesse sentido há uma quebra com a estrutura vertical do poder, responsabilizando o coletivo do processo de ensino e aprendizagem pelas propostas formuladas”. Destaca-se que o professor não abdica de seu papel profissional, ou seja, o professor mantém a sua responsabilidade na condução do processo, mas partilha com os alunos e a comunidade as decisões sobre os percursos e critérios adotados para definir as atividades. “A gestão participativa requer atitudes reflexivas frente ao conhecimento, pois pressupõe a diversidade de compreensões valorativas e habilidades para tratar com a complexidade” (CUNHA, 2006).

Salienta-se que o processo de organização do projeto político-pedagógico da escola, que pretenda contemplar a integração curricular, deve ter autonomia para decidir pelo desenvolvimento de unidades didáticas integradas. Assim, torna-se importante reforçar a compreensão cada vez mais ampliada de projeto político-pedagógico como instrumento de autonomia e domínio do trabalho pedagógico pelos professores, com vistas à alteração de práticas conservadoras e construção de identidades.

Com isso queremos dizer que a identidade que cada escola e seus professores, gestores, funcionários e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação relativa às novas vivências, às relações que estabelecem. De outra parte, esse processo está fortemente enraizado na cultura do tempo e do lugar onde os sujeitos sociais se inserem e na história que se produziu a partir da realidade vivenciada, que constitui ela mesma “um lugar de memória” (CIAVATTA, 2005).

Como lugar de memória, a revisão do projeto político-pedagógico pela comunidade escolar beneficiará a implantação do currículo integrado, uma vez que todos os seguimentos da escola poderiam obter informações sobre a história da educação profissional e sua própria história como forma de compreender a integração como uma relação entre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente, e assim optar pela implementação do currículo integrado numa perspectiva histórica e socioambiental.

Enfim, no planejamento dialogado das unidades didáticas integradas, propomos que a prática profissional seja considerada como eixo integrador da relação entre conhecimentos gerais e específicos, ou seja, da relação entre teoria e prática. Assim, propomos que a prática profissional perpassasse por toda a matriz curricular, abordando tanto o contexto comunitário local como o contexto dos movimentos sociais e das organizações governamentais e não-governamentais, além do contexto da produção material.

Qualidade ambiental: uma experiência de unidade didática integrada

Durante o primeiro semestre letivo de 2007, a proposta foi desenvolver uma unidade didática integrada sob o tema “qualidade ambiental”. O Módulo V do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental foi o campo de implementação. Este módulo é composto pelas disciplinas: Sistema Integrado de Gestão; Auditoria e Certificação Ambiental; Processos Industriais; Programas de Prevenção de Riscos Ambientais; Ecoempreendimentos; Planejamento Ambiental e Projeto Interdisciplinar de Qualidade Ambiental¹. Elaboração, implantação e implementação de programas de gestão para a qualidade ambiental são as competências profissionais certificadas pelo módulo.

A disciplina Projeto Interdisciplinar de Qualidade Ambiental foi responsável em gerenciar o planejamento coletivo da unidade didática integrada, com a participação dos alunos², professores e comunidade local envolvida³. A disciplina também foi responsável em aprofundar conceitos relacionados ao trabalho com o conhecimento complexo através da metodologia científica. Inicialmente, foram definidas as seguintes atividades:

1. Reunião com os alunos para escolher a metodologia a ser utilizada na unidade didática integrada, com definição pelo desenvolvimento de um projeto interdisciplinar de qualidade ambiental empresarial.
2. Realização de entrevistas gravadas em áudio com os professores das disciplinas. Questão: como sua disciplina contribui com a formação do gestor ambiental?
3. Análise das ementas das disciplinas do Módulo V.
4. Construção através de seis equipes de projetos de atividade disciplinar, referentes a cada disciplina do módulo, com seus respectivos mapas conceituais.
5. Análise das dificuldades e resultados pelos projetos interdisciplinares desenvolvidos anteriormente, através da leitura de artigos.

1. Professores do Módulo V – Qualidade Ambiental: Sivaldo Souza Silva, Marília Regina Costa Castro Lyra; Guilherme Pereira da Silva, Robson Passos, Francisco de Melo Granata, Maria Efigênia Farias de Almeida, Marcelo Alexandre de Vasconcelos, José Severino Bento da Silva, Edilene Rocha Guimarães.

2. Alunos do Módulo V – Qualidade Ambiental: Annara Marinho, Bruno Augusto Aguiar; Davi Emmanuel Lippel, Dayanne Rouseide, Elielton Albuquerque, Fabiano Oliveira, Fabrícia Moura, Gabriel M. da Silva, Gabriela Figueiredo, Gabriela Valones, Gleidson Moura, Gustavo Amorim, Hannah Stella Amaral, Jaqueline Maria Augusta, Klaus Maciel, Leandro Barros, Leonardo de Albuquerque, Lídia de Freitas, Lívia Lima, Marcela Clementino, Mayana Bandeira, Mércia Micheline, Nathalia Amanda Santos, Rafaella Cavalcanti, Sérgio Ricardo José Soares, Simone Mendonça, Viviam Brandão de Souza, Viviam Patrícia da Fé.

3. Comunidade local envolvida: proprietários, funcionários, prestadores de serviço, clientes associados e externos do Restaurante Mania, da Associação dos Servidores do Cefet/PE.

6. Através de representantes das seis equipes anteriores, criação de novas equipes e construção de seis projetos de atividade interdisciplinar, com seus respectivos mapas conceituais.
7. Reunião dos professores do módulo para escolher dois projetos interdisciplinares com possibilidade de desenvolvimento.
8. Reunião com os alunos para escolher um projeto a ser desenvolvido, entre os dois projetos escolhidos pelos professores.
9. Detalhamento do projeto interdisciplinar escolhido, sob o título “Qualidade Ambiental no Restaurante Mania, da Associação dos Servidores do Cefet/PE”, através de plano de atividades.
10. Apresentação oral pelos alunos do plano de atividades aos proprietários do Restaurante Mania, com autorização para início da coleta de dados.
11. Coleta de dados com a comunidade local envolvida, através de entrevistas, questionários, observação direta, registro fotográfico, aferição de indicadores com uso de instrumentos de precisão e outros.
12. Análise e discussão dos dados em sala de aula, para posterior redação do relatório técnico-científico.
13. Redação do relatório técnico-científico por equipe, sob orientação dos professores do módulo.
14. Apresentação oral pelos alunos dos resultados para avaliação interdisciplinar.
15. Formatação do relatório final pelos professores da disciplina Projeto Interdisciplinar de Qualidade Ambiental, para entrega aos proprietários do Restaurante Mania.

Destaca-se que para a construção dos projetos de atividades disciplinares e interdisciplinares foram utilizadas as seguintes questões: o que desenvolver como atividade? Por que desenvolver essa atividade? Quando, com quem e

onde a atividade poderia ser desenvolvida? Como desenvolver essa atividade? Quais bases tecnológicas e saberes fundamentam essa atividade? Quais as condições necessárias para desenvolver a atividade? A atividade tem viabilidade de desenvolvimento?

Já no detalhamento do projeto interdisciplinar escolhido, sob o título “Qualidade Ambiental no Restaurante Mania, da Associação dos Servidores do Cefet/PE”, o plano de atividades definiu a partir do objetivo geral, os objetivos específicos que foram listados por disciplina. Cada professor regente das disciplinas ficou responsável em conduzir uma equipe de alunos nas atividades de coleta, análise e discussão dos dados, além de orientar na redação do relatório final. A seguir, listamos os objetivos presentes no plano de atividades:



Plano de atividades

Objetivo geral

Avaliar as condições atuais do Restaurante Mania, da Associação dos Servidores do Cefet/PE e propor a implantação de um sistema de qualidade ambiental.

Objetivos específicos por disciplina

- 01. Sistema Integrado de Gestão:** Propor um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para o Restaurante Mania, na busca pelo seu desenvolvimento sustentável e apontar os pontos de melhoria ocorridos com a sua implementação.
- 02. Auditoria e Certificação Ambiental:** Avaliar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) formulado para o Restaurante Mania e elaborar um manual de auditoria ambiental.
- 03. Processos Industriais:** Elaborar um sistema ambientalmente correto e economicamente viável de gestão dos resíduos sólidos para o Restaurante Mania.
- 04. Programas de Prevenção de Riscos Ambientais:** Promover um estudo com base no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), a fim de reconhecer e avaliar a ocorrência de riscos ambientais, com ênfase nos riscos físicos e ergonômicos existentes, ou que venham a existir no ambiente do Restaurante Mania.
- 05. Ecoempreendimentos:** Analisar a viabilidade econômica do uso de produtos orgânicos em alguns pratos oferecidos no Restaurante Mania.
- 06. Planejamento Ambiental:** Levantar as dificuldades de execução e monitoramento das atividades do Restaurante Mania e criar instrumentos de planejamento organizacional e ambiental.

Para a redação do relatório técnico-científico definiu-se a seguinte estrutura: apresentação; justificativa; objetivos; revisão bibliográfica, procedimentos metodológicos; resultados e discussão, propostas e sugestões, conclusões. Cada equipe ficou responsável de entregar o relatório impresso correspondente às suas atividades e apresentar oralmente os resultados, por ocasião da avaliação interdisciplinar.

A avaliação de cada disciplina correspondeu a 70% da média final, que foi somada à avaliação interdisciplinar, que correspondeu aos 30% restantes. Cada professor da disciplina correspondente realizou a avaliação do relatório e da apresentação oral da equipe orientada. Destaca-se que a apresentação oral das equipes foi realizada com a presença de todos os professores do módulo, possibilitando o envolvimento ativo no processo de avaliação interdisciplinar.

Após o processo de avaliação interdisciplinar, as equipes incorporaram as observações dos professores e entregaram as versões finais dos relatórios com as modificações necessárias. O relatório final foi formatado pelos professores da disciplina Projeto de Qualidade Ambiental e apresentado pelos

alunos aos proprietários do Restaurante Mania, para concordância e posterior execução das propostas e sugestões presentes no relatório.

Considerações finais

Para concluir, destacamos que a construção coletiva do projeto pedagógico de um curso de educação profissional pode partir desde sua origem do desenvolvimento de uma proposta de integração curricular, independentemente do nível ou modalidade de ensino oferecido, seja na formação inicial e continuada de trabalhadores, na educação profissional técnica de nível médio, e na educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Além do que, a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio exigida pela LDB – Lei nº 9.495/96, seja na modalidade integrada, concomitante ou subsequente, pode priorizar a formação integral como princípio orientador do currículo, com a preocupação de formar para além do simples desenvolvimento das habilidades necessárias para uma ocupação, partindo dos seguintes eixos integradores – trabalho, ciência, cultura e meio ambiente –, os quais se inter-relacionam através de uma perspectiva socioambiental.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. Ensinar a pesquisar... Como e Para Quê? In: SILVA, A. M. M. et alii (org.). **Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos**: desafios para a inclusão social. XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino; Recife/PE: Endipe, 2006.
- BEANE, J. A. **Integração curricular**: a essência de uma escola democrática. Currículo sem Fronteiras, vol. 3, nº 2, Jul/Dez. 2003. ISSN 1645-1384 (on-line). Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org>.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS (orgs). **Ensino médio integrado: concepções contraditórias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CUNHA, M. I. da. A didática como construção: aprendendo com o fazer e pesquisando com o saber. In: SILVA, A. M. M. et alii (org.). **Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos**: desafios para a inclusão social. XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife/PE: Endipe, 2006.
- _____. Impactos das políticas de avaliação externa na configuração da docência. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. de. (org.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (Trabalhos apresentados nos simpósios e mesas-redondas do XI Endipe, Goiânia – GO, maio de 2002.)
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
- GUIMARÃES, E. R.; VALENCA, M. M.; FIGUEREDO, M. E. Projeto interdisciplinar de política sanitária ambiental. **Cadernos Temáticos** nº 8. Brasília: MEC/Setec, 2006. ISSN 1809-4694
- MARKERT, W. **Novas competências no mundo do trabalho e suas contribuições para a formação do trabalhador**. GT – 09: Trabalho e Educação. Caxambu: ANPEd, 2000. 23ª Reunião Anual. São Paulo: ANPEd, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br>.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2002.
- RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS (orgs). **Ensino médio integrado: concepções e contraditórias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.



Fotos: Ronivaldo Mendes de Souza

Comunidades indígenas e o turismo local

SOUZA, Nadson N. da S. de; SANTOS, Roseli B. dos

Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Palavras-chave: Comunidades Indígenas; Identidade; Impactos.

RESUMO

O presente artigo é resultado de um debate entre os docentes que atuam na área de turismo e hospitalidade, que teve como referência as experiências realizadas com os acadêmicos e alunos dos Cursos de Tecnologia do Turismo e Técnico em Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Roraima em algumas comunidades indígenas roraimenses. Através da leitura de algumas literaturas que abordam temas relacionados à antropologia, sociologia e turismo em áreas indígenas houve uma reflexão sobre os impactos nos recursos naturais e culturais ocasionados pelo fenômeno turístico a partir do contato entre o turista e o receptor. Além disso, o Cefet/RR vem, através da pesquisa, contribuir com o apoio e planejamento do turismo nos territórios indígenas, tendo como base as necessidades e interesses dos grupos étnicos que dividem o espaço geográfico com o patrimônio natural.

Foto: Acadêmicos do Curso Superior em Tecnologia do Turismo realizando uma prática interdisciplinar à comunidade do Bananal por meio dos componentes curriculares Planejamento Turístico, Sociologia e Antropologia do Turismo.



Um dos exemplos dessa prática foi o trabalho com a Comunidade Indígena do Bananal, que está localizada na terra indígena de São Marcos, no município de Pacaraima, ao norte do Brasil, no marco oito da fronteira com a República da Venezuela (BV8) (Palczykowski, 2007).

Nadson N. da S. Souza é mestre em Planejamento Turístico pela Universidad Nacional Experimental Francisco de Miranda em Santa Ana de Coro, Venezuela. É especialista em Ecoturismo, planejamento e interpretação em áreas naturais pela UFLA, licenciado em História na UFRR e tecnólogo em Hotelaria pelo Instituto Tecnológico “José Leonardo Chirino” – Punto Fijo/Venezuela. É professor do Cefet/RR nas áreas de Turismo e Hospitalidade, Ciências Sociais e Ciências Humanas.

Roseli B. dos Santos é mestre em Ciências da Educação Superior pela Universidad de Matanzas em Cuba, especialista em Metodologia do Ensino Superior na Faculdade do Patrocínio, licenciada em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba, bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia na Universidade Federal de Roraima. É professora do Cefet/RR nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Introdução

O turismo como atividade econômica e um fenômeno social vem a cada ano crescendo de forma surpreendente e, conseqüentemente, alavancando a economia local, possibilitando um processo de interação social, melhorando os destinos turísticos no que diz respeito à parte infra-estrutural, porém, é realidade que a referida atividade também contribui na geração de impactos, que nos dias

atuais, tem sido alvo de discussões e debates entre pesquisadores, professores e acadêmicos interessados na temática.

Isso traduz-se pela falta de disciplina por parte de alguns turistas, que em várias ocasiões chegam ao destino turístico de várias maneiras na tentativa de satisfazer algumas variáveis importantes para a compreensão mercadológica da atividade turística no mundo, dentre as quais podemos destacar: os gostos, preferências e motivações.

A relação sujeito-receptor e a identidade

O “sujeito-receptor” observa o turista como aquele que chega para contribuir com o seu lugar, imaginando ser este um cliente importante no “processo de compra” da oferta diversificada disponível na forma de atrativos naturais e culturais, esquecendo em muitas ocasiões que nem todos estes recursos devem ser expostos para os visitantes. É assim que se inicia uma relação de interesses caracterizada por uma especulação por parte dos dois protagonistas no fenômeno.

Boissevain (2005, p. 219) comenta que:

Certas características gerais dos turistas e do turismo afetam a todas as comunidades de destino de uma maneira ou outra. Estas incluem a natureza transeunte do turista e as relações desiguais entre turistas e os locais. Porque eles podem permitir-se ao luxo de comprar os serviços dos que a economia local depende e vindos de sociedades tecnologicamente avançadas, os turistas às vezes patrocinam e inclusive abusam dos locais. Estes, por outro lado, ao monopolizar o conhecimento e os serviços locais, podem estafar e aproveitar-se dos turistas. A relação visitante-anfitrião está assim potencialmente carregada de ambivalência e tensão, que por sua vez, podem exacerbar as relações entre estado e a sociedade civil.

Por outro lado, o turista vem com a perspectiva de vivenciar novas experiências, interessado em sair da rotina e stress ocasionados pelas fortes tensões e pressões das grandes metrópoles. Esse tipo de comportamento, de certa maneira, faz com que este turista adquira uma nova identidade pelo menos traduzida no tempo de permanência em que estará no destino. Isso

resume a “fuga” desse indivíduo de seu meio, caracterizado por padrões sociais estabelecidos, e que inserido nestes, em muitas ocasiões, é como estar aprisionado, estando sua “liberdade” condicionada e programada para épocas equivalentes às férias, feriados e folgas.

Tratando de identidade, Hall (2003) comenta que esta se configura como algo formado ao longo do tempo através dos processos inconscientes, não inato, pois existe sempre no imaginário de uma unidade. Neste processo, a identidade permanece incompleta, pois se está sempre sendo formada.

Nesse caso, o sujeito não é representado por uma única identidade, ele adquire ao longo de sua história outras identidades, através das interações ou relações socioculturais.

Por outro lado, essa relação entre sujeito-turista e sujeito-receptor deve ser avaliada de acordo ao que se propõe aos habitantes locais como proposta de desenvolvimento da atividade turística e sua inclusão no processo de execução e operação da mesma.

Para evitar a possibilidade de estes habitantes locais constituírem apenas “elementos simbólicos” para representar a cultura do destino turístico, ficando à margem do processo operacional, é de fundamental importância o planejamento que tenha como base para o desenvolvimento da atividade turística os interesses e necessidades da comunidade, tendo em vista de que seus integrantes são os conhecedores da realidade que os cerca.

Os indígenas que integram a Aldeia do Bananal pertencem às etnias indígenas Taurepang e Macuxi, da família lingüística Karib. Devido às guerras no Caribe e à colonização espanhola, se refugiaram no extremo norte brasileiro. Assimilaram alguns elementos do não-índio, porém mantendo seus valores culturais.



Com relação ao envolvimento da comunidade local no planejamento turístico, Las Heras (1999, p. 21) *apud* Souza¹ (2005, p. 51) afirma que os moradores vão saber explorar o recurso natural, porque são os que o conhecem, sabem como podem observar os animais ou onde se encontram as plantas interessantes, eles conhecem o comportamento do ecossistema e, o que é mais importante, podem ser os perfeitos guardiões dos recursos do lugar.

Sabe-se que muitas comunidades indígenas de Roraima ainda conseguem estabelecer uma relação bastante significativa com o ambiente natural, pois a interação é constituída perante o imaginário contido no universo cultural. A idéia de retirar da natureza somente o necessário garante a conservação do patrimônio natural, entretanto, pensar no turismo somente como vetor de desenvolvimento econômico pode gerar um impacto sociocultural e ambiental nessas comunidades, como afirma Kloetzel (1998, p. 42):

A disputa entre conservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico nem sempre é possível, tranquilamente, tomar o partido da primeira. Ora, o bem-estar da população também merece consideração. O que se pode fazer isto sim é insistir para que o impacto ambiental seja o mínimo possível, e que, ao exame dos benefícios trazidos pela obra, a análise não fique somente no impacto imediato.

O turismo em Roraima

No estado de Roraima² é uma realidade a expectativa por parte de instituições da área de turismo e hospitalidade em desenvolver a atividade turística, particularmente através do ecoturismo em diversas aldeias pertencentes aos grupos étnicos das famílias Karib, Aruak e Yanomami.

Diante dessa expectativa, a postura de algumas organizações indígenas perante o fenômeno turístico é de resistência, temendo aos impactos que a atividade pode resultar.

Neste sentido, ainda não há garantia na legislação indígena sobre o desenvolvimento da atividade turística em territórios indígenas, constituindo uma temática bastante abordada nas academias que atualmente trabalham os cursos de tecnólogo e bacharel em turismo.

Entretanto o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, de legislação do Ministério do Meio Ambiente e Ibama, propõe em seus objetivos o apoio aos estudos que promovam a utilização sustentável da biodiversidade em benefício de povos indígenas, quilombolas e outros locais assegurados sua participação direta.

No caso do Cefet/RR, através de sua missão que visa ao desenvolvimento da educação de qualidade promovendo o ensino, a pesquisa científica e tecnológica e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, enquanto instituição federal de ensino tem estado preocupada em atuar nos estudos e na pesquisa em diversas áreas com responsabilidade social, entre elas: turismo e hospitalidade e educação física.

1. Souza afirma que um dos aspectos importantes para o desenvolvimento de um projeto de ecoturismo é a participação da população local. No caso destes projetos serem desenvolvidos em territórios indígenas, nada mais importante que a contribuição dos próprios indígenas no estudo e aplicação do negócio ecoturístico.

2. Roraima tem uma realidade bem distinta e particular dos demais estados brasileiros, pois apesar de possuir uma grande quantidade de atrativos caracterizados pela diversidade de relevos, hidrografia, fauna e flora e fortes características culturais, os indígenas ainda sentem muita dificuldade em organizar o turismo, embora esse potencial seja uma realidade. O desconhecimento da operacionalidade da atividade turística os faz intimidar-se, mesmo que estes tenham assimilado a cultura do não-índio.

Particularmente na área de turismo, através dos acadêmicos e alunos dos cursos de tecnologia e técnico em Turismo essa pesquisa tem se desenvolvido com a inquietação de elaborar algumas ações tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos indígenas interessados em compreender o turismo sob uma ótica mais antropológica.

Diante do exposto, essa realidade já faz parte do cotidiano do Cefet/RR³ particularmente no que diz respeito à análise do potencial ecoturístico das áreas indígenas, contribuindo com os grupos étnicos na realização desses estudos, incluindo zoneamento, inventário e levantamento etnográfico para finalmente discutir com as comunidades a prática do turismo indígena, tendo em vista a preocupação quanto aos impactos dos recursos naturais e culturais das populações tradicionais⁴, numa perspectiva de garantia do bem-estar socioeconômico das mesmas.

REFERÊNCIAS

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8ª edição. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

KLOETZEL, Kurt. **O que é Meio Ambiente**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LAS HERAS, Mônica Pérez de. **La Guía del Ecoturismo: o cómo conservar la naturaleza a través del Turismo**. España: Ediciones Mundi-Prensa.

SOUZA, Nadson Nei da Silva de Souza. **Alternativa Ecoturística bajo los lineamientos de la sostenibilidad para la Comunidad Indígena de Nova Esperança** – Estado de Roraima – Brasil. Santa Ana de Coro, Venezuela: UNEFM – Universidad Nacional Experimental “Francisco de Miranda”, 2005.

PALCZYKOWSKI, Tanael. **Condições ambientais e humanas numa perspectiva do ecoturismo na comunidade indígena do Bananal**. Cefet/RR - Estado de Roraima, 2007.

3. O Cefet/RR atualmente continua desenvolvendo algumas pesquisas através dos acadêmicos do Curso Superior em Tecnologia do Turismo em comunidades indígenas, entre elas podemos citar: as aldeias de Nova Esperança e Bananal. Essa experiência tem permitido uma aproximação da instituição com as lideranças indígenas, estabelecendo assim um vínculo sócio-antropológico, onde o processo de interação acontece com base na confiança e garantia de que as pesquisas realizadas por estes acadêmicos retornarão para os indígenas, com resultados e sugestões.

4. As populações tradicionais na região amazônica estão constituídas além dos grupos indígenas, dos ribeirinhos que vivem ao longo das margens dos rios amazônicos, sobrevivendo da pesca e da coleta, como também das comunidades quilombolas, a exemplo do estado do Amapá, onde os descendentes dos negros buscam desenvolver atividades auto-sustentáveis, entre eles o artesanato e a agricultura familiar.

As corredeiras do Bananal têm sido um atrativo ecoturístico. Porém, a comunidade indígena vem buscando, em parceria com o Cefet/RR, alternativas para minimizar os impactos na natureza e manter os valores culturais da etnia Taurepang. A idéia é desenvolver um ecoturismo de forma seletiva.





Fotos: Jorge Pedrosa

Oficina de máscaras

Mobilização de estudantes universitários no desenvolvimento de práticas sociais inclusivas

ALVES, Tereza C. V. A.

Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

Palavras-chave: Inclusão social; Currículo e Cidadania; Rede Universitária.

Introdução

De início, houve certa resistência de minha parte a relatar as inúmeras ações sociais desenvolvidas pelos alunos dos cursos superiores ao longo de cada semestre no Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. O motivo era muito simples e, ao mesmo tempo, pouco justificador, na minha percepção, sentia-me incapaz de, em poucas linhas, apresentar a dinâmica dessas ações e sua abrangência em uma cidade carente de práticas sócio-educativas efetivamente transformadoras. Talvez acostumada ao comodismo das políticas públicas que a cada novo governo são encetadas visando minimizar ou reduzir os indicadores de pobreza das classes “menos

favorecidas”, ficamos acomodados a aguardar as benesses dessas políticas acreditando que elas possam corrigir séculos de exclusão em que apenas 1% da população tem acesso a mais de 50% das nossas riquezas.

Voltando ao foco da epígrafe deste artigo, sentia-me insegura quanto a conseguir transmitir com fidedignidade as ações realizadas nas mais diferentes interlocuções traçadas junto às comunidades de baixa renda, como já explicitado no parágrafo acima. O receio de reduzi-las a uma óptica acadêmica e/ou como mera prática assistencialista as empobreceriam em sua dimensão ontológica, libertadora – eis o dilema – pelo qual me detive por algum tempo.

Felizmente, consegui libertar-me desta inércia inicial e passei a ver que perderia uma grande oportunidade de divulgar a beleza que a natureza humana é capaz de produzir, independente de incentivo material e/ou projeção pessoal, mas unicamente para tornar as relações humanas dignas de ser vivenciadas.

Tudo começa em sala de aula, onde a análise da conjuntura sócio-política do tecido societário nos remete às zonas periféricas de Fortaleza, procurando conhecer suas áreas de maior vulnerabilidade social. O mapeamento de suas debilidades e potencialidades possibilitou aos docentes e discentes, envolvidos na disciplina de projetos sociais, discutir e elencar estratégias de intervenções que enfoquem o resgate dos membros dessas comunidades como principais interlocutores do processo de construção de sua cidadania.

Daí a percepção coletiva de que o desenvolvimento do projeto social se faz numa conjunção de esforços, ou melhor, numa rede interdisciplinar da qual a instituição escolar é apenas um de seus componentes. Senão, incorreríamos numa percepção limitada da capacidade de mobilização dos agentes envolvidos neste processo – quer sejam professores e alunos, quer seja comunidade mobilizada para garantir melhores condições de vida.

Tereza Cristina Valverde Araujo Alves é mestre em Gestão em Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista nas áreas de Metodologia do Ensino Superior, Educação Profissional e Tecnologias de Ensino. Membro do grupo de pesquisa CNPq, na linha de T.I. Leciona as disciplinas de Projetos Sociais, Metodologia Científica e Estrutura de Ensino.



O tempo de “salvador da pátria” não se aplica num contexto globalizador, é ingenuidade se pensar uma proposta de intervenção social, dissociada da comunidade a ser assistida, o que contribui para a descontinuidade dessas ações ou para o seu pouco alcance e efetividade no seio do público a que se destinam.

Tendo esta perspectiva em mente, passaremos a relatar quatro cases, entre mais de uma dezena de projetos realizados no segundo semestre de 2007.

Oficina – A arte como indutora do auto-conhecimento e de possibilidades laborais

O trabalho social acima intitulado foi desenvolvido na Biblioteca Gai-vota, organização sem fins lucrativos, idealizada por sua fundadora, a assistente social Maria de Fátima Gurgel de Castro, quando teve a idéia de preencher com livros as prateleiras e os espaços vazios de um antigo mercadinho da família, aberta em agosto de 1997, e que atende à comunidade da Granja Santa Rosa e suas adjacências.

Em torno de seu acervo (com mais de 17.000 exemplares, 90% dos quais são doações) realizam-se inúmeras atividades gratuitas que atendem a: crianças, adolescentes, jovens, famílias e idosos, e que visam incentivar a leitura e democratizar o conhecimento e a cultura.

O trabalho social da oficina tinha como pretensão trocar experiências, desenvolvendo trabalhos artesanais em grupo, para que a comunidade possa transformar a aprendizagem em meio de sobrevivência e, essencialmente, despertar a sua cidadania.

A metodologia escolhida foi a do trabalho em grupo e individual para o ensino prático e, concomitantemente, do artesanato (aprender fazendo) do material utilizado foram feitas doações por amigos e vizinhança no entorno da comunidade, além de sucatas recolhidas em lixões e em depósitos de material a ser reciclado. As oficinas oferecidas foram: artesanato com cerâmica; lambe-lambe; *decoupage*; mosaico; estêncil; noções de

história da arte; confecção de bolsas de pano decoradas; intervenções de pintura na brinquedoteca; oficina de desenho e pintura.

Resumos das aulas eram entregues no final das oficinas, com a lista de materiais utilizados. O projeto pretendeu atingir adolescentes, a partir de 12 anos e mães jovens da comunidade, que mostraram interesse pelo projeto. As atividades foram realizadas às segundas-feiras, durante o mês de junho, perfazendo uma carga horária de 4 horas diárias.

Aula de *decoupage* em caixinhas de madeira



Projeto – Fabricando realidades: oficinas de máscara e mosaico

O projeto “Fabricando realidades” nasce com o intuito de proporcionar a algumas crianças do bairro Mucuripe a possibilidade de realizarem atividades lúdicas durante as férias do mês de julho. Durante este período, foram oferecidas duas oficinas práticas sobre máscaras e mosaico, utilizando-se papel e cerâmica sobre madeira.

Esta proposta teve como objetivos:

- desenvolver capacidades motoras e intelectuais, bem como educar desenvolvendo habilidades artísticas;
- estimular a compreensão simbólica do mundo;
- proporcionar uma outra fonte de renda aos participantes por meio da comercialização dos objetos propostos.

O público era constituído de crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos, moradoras no bairro do Mucuripe, zona costeira da cidade. As aulas foram divididas em 6 encontros de 4 horas diárias, no período de realização de 7 a 28 de julho de 2007.

Oficina de máscara

- **Material utilizado:** papel já utilizado (borrão), cola branca, tesoura, lápis, pincel, tinta guache, bexiga, elástico e água. Metodologia: apresentação do objeto já pronto; contextualização histórica do objeto; apresentação das etapas a serem realizadas e início da construção das máscaras.
- **Primeiro encontro:** recortar papel, encher bexiga e iniciar colagem. Segundo encontro: personalizar e finalizar máscaras (pintura, secagem, colocação do elástico). Número de participantes: 10 crianças entre 8 e 14 anos.
- **Materiais utilizados:** papel sulfite, papel carbono, fita adesiva, cola branca, tesoura, lápis, quadros de madeira (20cmx25cm), peças de cerâmica (azul, preta, branca, amarela, vermelha e verde), rejunte cerâmico na cor bege.
- **Metodologia:** apresentação do objeto já pronto; contextualização histórica do objeto; apresentação das etapas a serem realizadas e início da construção dos mosaicos. Primeiro encontro: desenhar o mosaico, transferir para a madeira com papel carbono. Segundo encontro: escolha das cores, separação das peças e início da montagem.



Aula de pintura em cerâmica com stêncil

Projeto – Orientação profissional/cursos técnicos e tecnológicos Cefet/CE

A proposta deste projeto social esteve associada a divulgar o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com foco na formação acadêmica e nas atividades esportivas e socioculturais desenvolvidas nesta instituição, que pode despertar nos alunos de escolas públicas o desejo de nela ingressar. O objetivo geral deste projeto, portanto, foi veicular informações para o conhecimento dos alunos, auxiliando-os na escolha de uma profissão.

A importância e intencionalidade desta ação se baseia na falta de acessibilidade a informações com que, normalmente, os alunos de escola pública deparam no seu cotidiano; mesmo disponibilizadas pela internet, nem todos têm acesso à grande rede. Ele foi dividido em seis etapas assim descritas: elaboração de *slides* de cada área acadêmica com seus respectivos cursos técnicos e superiores; *slides* com imagens dos laboratórios e salas ambiente; *slides* da estrutura física do Cefet/CE; *slides* das atividades esportivas e exposições socioculturais; confecção de *folder* ilustrativo dos cursos e palestra informativa nas escolas, entre elas destaca-se o Colégio Estadual Presidente Humberto Castelo Branco. Estiveram presentes alunos do 2º e 3º ano do ensino médio.

Projeto desenvolvido no município de Maracanaú, na Escola Municipal M.I.E.F Senador Carlos Jereissati, na comunidade Vila das Flores. Localidade com baixo IDH (índice de desenvolvimento humano), onde poucas pessoas têm acesso a informações relativas à preservação ambiental. As temáticas abordadas foram: reciclagem do aço, alumínio, papel, plástico e vidro; vantagens da reciclagem; produção e reciclagem de garrafas PET no Brasil; lixo urbano, doméstico, comercial etc.; tempo necessário para decomposição de lixo. Como metodologia, além das aulas teóricas, foram produzidas oficinas nas quais os alunos envolvidos construíram caixas relativas a cada simbologia brasileira de identificação de materiais recicláveis.

Considerações finais

Consideramos que a idéia desse projeto é inacabável. Independentemente de gestão ou política escolar, os projetos sociais como princípio educativo estão inseridos no perfil Cefetiano, nos seus sete anos de existência, constituindo-se uma marca registrada, assim como foi e é a educação profissional para esta instituição quase centenária. O aluno recém-ingresso sabe que agregará à sua formação profissional valores éticos e de responsabilidade social, que, com certeza, o farão diferente, incitando-o a buscar uma sociedade que respeite o meio ambiente, a diversidade étnica, o pluralismo de idéias e a paz mundial.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, – Coleção Questões da nossa época, vol. 24, 1995.

GONÇALVES, Hortência de A. **Manual de Metodologia e da Pesquisa**. São Paulo: Avercamp. 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça Bem-Feita. Repensar a reforma – Repensar o Pensamento**. Tradução Eloá Jacobina – 12ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.



Fotos: Shutterstock

A escola pública como instrumento de inclusão digital

DANTAS, Aleksandre S.; SILVA, Antônio R. N. da; SILVA, Caionara A. da.

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró

Palavras-chave: Informática; Educação; Inclusão.

Introdução

As últimas duas décadas têm sido marcadas por uma série de mudanças no sistema produtivo nacional. A necessidade de incorporar as inovações tecnológicas e de gestão ao sistema produtivo, a abertura econômica proporcionada pela tentativa de inserção competitiva no mundo globalizado e a hegemonia do discurso neoliberal vêm marcando esse período de transição do modelo Taylorista/Fordista para o modelo de acumulação flexível, com implicações nas mais diversas áreas de atuação humana.

Aleksandre Saraiva Dantas é mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Área de concentração: Mídia e conhecimento. Linha de pesquisa do mestrado: Educação a distância. Professor do Cefet/RN/Uned-Mossoró. É doutorando em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Antônio Robson Nogueira da Silva é licenciado em Física, na linha de pesquisa: Meios de comunicação e educação. É Professor do Cefet/RN/Uned-Mossoró.

Caionara Angélica da Silva é bolsista de iniciação científica do Cefet/RN/Uned-Mossoró, na linha de pesquisa: Meios de comunicação e educação.

Dentre as tecnologias que têm contribuído para a promoção de mudanças sociais e econômicas nesse período, destaca-se o computador, que tem tido um desenvolvimento exponencial, tanto na velocidade de processamento das informações, quanto na criação de programas que possibilitam os usos mais variados dessa tecnologia. Assim, o computador vem adquirindo uma importância cada vez maior para o desenvolvimento das mais diversas atividades (saúde, lazer, trabalho, educação etc.), proporcionando rapidez, comodidade e segurança para seus usuários.

Nesse contexto, diversos autores defendem que a inserção do computador no ambiente escolar oferece possibilidades de melhoria do trabalho dos professores e da aprendizagem dos alunos, já que as práticas educativas supõem processos comunicativos intencionais e os vínculos entre esses dois elementos (educação e comunicação) se estreitaram sensivelmente na contemporaneidade.

As novas tecnologias podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos, pois permitem que sejam criadas situações de aprendizagem ricas, complexas, diversificadas, por meio de uma divisão de trabalho que não faz mais com que todo o investimento repouse sobre o professor, uma vez que tanto a informação quanto a dimensão interativa são assumidas pelos produtores dos instrumentos (PERRENOUD, 2000).

Assim, a escola e os professores se vêem diante da possibilidade de utilizar os recursos disponibilizados pela informática para construir e difundir conhecimentos, centrando seus esforços nos processos de criação, gestão e regulação das situações de aprendizagem.

Percebendo a importância de utilizar a informática como ferramenta pedagógica, o MEC implantou o ProInfo (Programa de Informática na Educação), através da Portaria nº 522, de 09 de abril de 1997. De acordo com esta Portaria, o ProInfo foi criado "(...) com a finalidade de disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal" (BRASIL, 1997, p. 1).

De acordo com o próprio MEC,

O ProInfo não se destina a reinventar a máquina de ensinar, mas a fazer com que professores desempenhem melhor sua nobre missão, orientando os educandos para que estes, apoiados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, tornem-se cidadãos de fato, criativos e independentes, aptos a aprender durante toda a vida e a conviver numa sociedade cujo dia-a-dia depende cada vez mais de tecnologia (BRASIL, 2002).

Assim, ao incorporar os computadores às atividades de ensino, a escola pública poderia contribuir para a democratização do acesso à informação e às variadas formas de produção e disseminação do conhecimento, favorecendo a inclusão digital dos seus alunos, que passariam a ter acesso a essa tecnologia e a beneficiar-se de sua utilização nas atividades de ensino, fatos que, certamente, contribuiriam para a diminuição dos riscos de acentuação das desigualdades sociais.

Diante das evidências de que a informática pode ajudar o professor e a escola a atenderem às novas demandas que vêm se apresentando para a educação e da constatação de que diversas instituições públicas de ensino vêm se apropriando dessa tecnologia, essa pesquisa procura conhecer a situação dos computadores recebidos pelas escolas públicas de Mossoró e analisar como vem se dando a utilização desses computadores, enfatizando as implicações do uso da informática para as atividades da escola, do professor e do aluno e para a inclusão digital desses alunos.

Para isso, toma como objeto de análise dez escolas públicas da cidade de Mossoró (50% das escolas que possuem laboratório de informática, sendo seis escolas estaduais e quatro escolas municipais), fazendo uso de recursos metodológicos variados, que são: a revisão de literatura acerca do uso da informática na educação, análise das avaliações dos programas oficiais de implantação da informática na educação, aplicação de questionários com o responsável pela instituição (diretor), visita aos laboratórios de informática e aplicação de questionário com o responsável pelo laboratório de informática.

Material e método

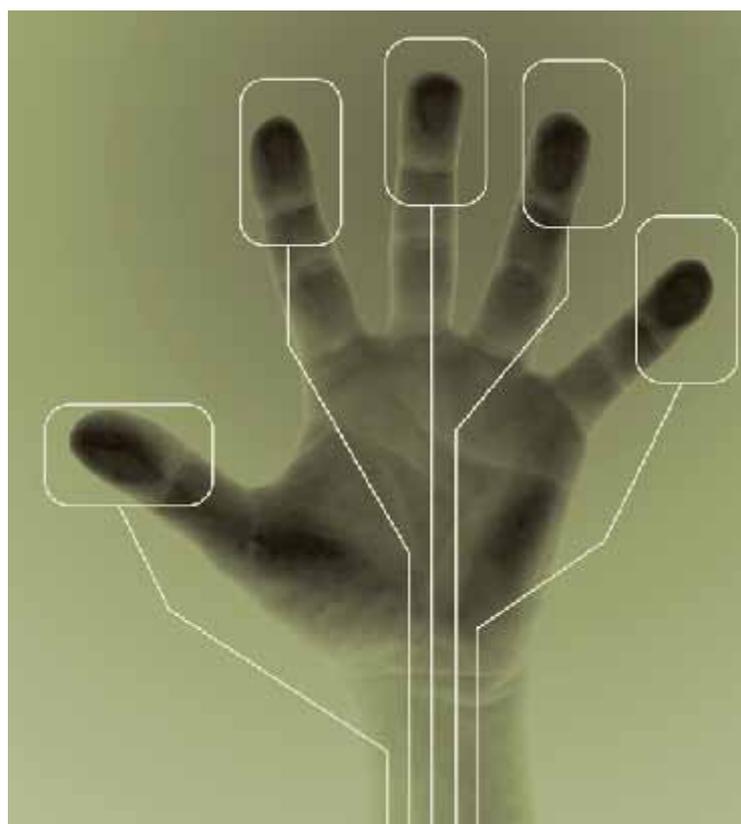
Na primeira parte do questionário respondido pelos diretores das escolas, procurou-se conhecer a situação em que os computadores se encontram (quantidade de computadores recebidos e em funcionamento, manutenção, existência de softwares educacionais, acesso à internet etc.).

De acordo com a Secretaria de Educação do Município de Mossoró e o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) instalado nessa cidade, as escolas receberam de 7 a 21 computadores. Nas escolas visitadas, esse número variou de 10 a 20 computadores. É importante ressaltar que em 80% das escolas visitadas existem computadores sem funcionar, sendo que, de um total de 136 computadores recebidos, 34 (25,0%) não estão funcionando.

Percebe-se que o número de computadores recebidos pelas escolas é bastante reduzido. Além disso, os problemas com a manutenção tornam esse número ainda menor, dificultando o atendimento à totalidade dos alunos.

Os problemas com a manutenção dos computadores também se evidenciam quando se constata que apenas 60% das escolas visitadas receberam apoio do NTE para a manutenção dos computadores. Essa assistência fornecida pelo NTE, que abrange a manutenção dos laboratórios e a qualificação dos profissionais da educação para o uso da informática, é considerada insuficiente/inexistente por 60% dos diretores.

Nenhuma das escolas visitadas dispõe de softwares educacionais, utilizando apenas o Windows ou o Linux, que, mesmo não sendo softwares desenvolvidos especificamente para o uso educacional, possuem programas que podem ser utilizados em diversas atividades educativas.



Um dado positivo é a constatação de que 90% das escolas têm acesso à internet. A relevância desse número se deve ao fato de que a internet, além de ampliar as possibilidades de realização de pesquisas e de desenvolvimento de grupos de discussão, permite a utilização do correio eletrônico como ferramenta pedagógica, fato que potencializa o uso da informática na educação, pois

O correio eletrônico pode abrir novas formas de interação entre alunos e docentes de diferentes instituições escolares, localizados em contextos geográficos e culturais diferentes. Pode abrir um caminho para aprender a se comunicar com outros que ensinam e aprendem (docentes universitários, pesquisadores, figuras do meio político e cultural, peritos num domínio etc.) (LIBEDINSKY, 1997).

Em seguida, procurou-se saber se a escola tinha um profissional responsável pelo laboratório de informática e constatou-se que 30% das escolas visitadas não contavam com o apoio desse profissional. Percebe-se que a ausência de um profissional que cuide, exclusivamente, das atividades do laboratório dificulta a utilização dos computadores, pois, nas três escolas que não contam com o trabalho desse profissional, os computadores não estão sendo utilizados.

Na segunda parte do questionário aplicado com os diretores, procurou-se saber se os professores estão preparados para utilizar os computadores nas suas atividades educacionais, bem como conhecer de que modo vem se dando a qualificação desses professores. Para isso, procurou-se saber se existem professores multiplicadores, conhecer o número de professores que participaram de cursos de capacitação, quais foram esses cursos e quem os ofereceu.

As 10 escolas visitadas possuem 403 professores, dos quais apenas 42 professores (10,4%) participaram de cursos de capacitação. Pode-se perceber que

o número de professores capacitados é bastante reduzido, pois os cursos são oferecidos em horários em que os professores estão trabalhando, seja na instituição pesquisada ou em outra instituição, de modo que muitos professores não podem participar dessa capacitação.

Ao se observar os cursos feitos pelos professores, percebe-se que a capacitação está limitada ao uso do Windows e do Linux, que não são softwares desenvolvidos especificamente para atividades educacionais, ou, ainda, uma iniciação à informática educativa. Além disso, a carga horária desses cursos é bastante reduzida, variando do 80 a 180 horas.



Um elemento que poderia contribuir para a melhoria da qualificação do professores seria a atuação dos professores que já receberam formação e dos responsáveis pelos laboratórios de informática como multiplicadores. Porém, em 90% das escolas visitadas, os profissionais capacitados não atuam como multiplicadores.

Na terceira parte do questionário aplicado com os diretores, procurou-se conhecer as formas de utilização dos computadores recebidos pelas escolas públicas de Mossoró.

De acordo com os entrevistados, 50% das escolas usam os computadores em atividades extracurriculares, como o Programa Jovem Empreendedor ou em cursos de informática (Windows), 60% das escolas usam o laboratório para pesquisas de alunos e professores, 40% das escolas usam o laboratório para digitação de atividades e apenas 30% das escolas utilizam os computadores em atividades relacionadas às disciplinas do currículo.

É importante ressaltar as limitações que vêm ocorrendo no uso da informática nessas escolas. O uso em atividades extracurriculares, como o Programa Jovem Empreendedor, contempla apenas os alunos que estão concluindo o ensino médio. Por conta do número reduzido de computadores, esse programa ocupa parte significativa do tempo em que os computadores podem ser utilizados, limitando o acesso de alunos e professores ao laboratório para o desenvolvimento de outras atividades. Além disso, existem escolas que só utilizam o laboratório para o Programa Jovem Empreendedor.

Alguns números refletem as limitações na utilização dos computadores, com destaque para o fato de que apenas 20% das escolas possuem um projeto de uso dos computadores em atividades disciplinares e 80% dos entrevistados consideram que os professores apresentam pouco/nenhum interesse em utilizar esses computadores. Além disso, 30% das escolas não estão utilizando o laboratório de informática.

Na quarta parte do questionário, procurou-se conhecer as modificações nas atividades das escolas, dos professores e dos alunos ocorridas por conta da utilização dos computadores.

Resultado e discussão

Apesar de 70% dos diretores afirmarem que o projeto político-pedagógico contempla a questão da utilização da informática na educação, nenhuma das escolas modificou seu currículo com a chegada dos computadores e apenas 3 escolas (30%) estão utilizando os computadores em atividades disciplinares.

60% dos entrevistados consideram que a principal mudança no trabalho dos professores se reflete no aumento das possibilidades de pesquisa. Porém, 40% dos entrevistados consideram que não ocorreram mudanças no trabalho do professor. Para 80% dos entrevistados, os professores apresentam pouco ou nenhum interesse em utilizar os computadores em suas atividades pedagógicas.



Para 80% dos entrevistados, os alunos demonstram grande interesse em utilizar os computadores. Apesar disso, apenas 30% dos entrevistados consideram que os alunos passaram a participar mais ativamente das atividades disciplinares e das atividades desenvolvidas no laboratório de informática.

Desse modo, pode-se concluir que não ocorreram mudanças significativas nas atividades das escolas, dos professores e dos alunos.

Considerações finais

Constatou-se que a situação em que os computadores se encontram é delicada, não atendendo, adequadamente, às necessidades educacionais da maioria das escolas, haja vista que o número de computadores é insuficiente, muitos computadores estão sem funcionar, evidenciando que a manutenção fornecida é inadequada, nenhuma dessas escolas dispõe de softwares educacionais e algumas escolas não têm um responsável pelo laboratório de informática.

Percebe-se que a utilização dos computadores está limitada a atividades extracurriculares, digitação de atividades e realização de pesquisas feitas por alunos e professores. Porém, o mais preocupante é constatar que, em três dessas escolas, os computadores não estão sendo utilizados. Nessas escolas, a sala onde se encontram os computadores fica fechada e alunos e professores perdem a oportunidade de se beneficiar das potencialidades pedagógicas dessa tecnologia.

A constatação de que poucos professores têm uma formação adequada para o uso do computador em atividades educativas é outro elemento limitador dessa utilização. Como ficou evidenciado, a formação está limitada aos programas Windows e Linux, ou ainda a uma iniciação à informática educativa. Além disso, a carga horária de alguns cursos é bastante reduzida, não preparando adequadamente o professor.

A análise da situação dos computadores e a constatação de que os computadores não provocaram mudanças significativas nas atividades das escolas, dos professores e dos alunos, tendo uma utilização bastante limitada, permite concluir que a maioria das escolas públicas de Mossoró não está se apropriando do imenso potencial pedagógico do computador, de modo que seu uso em atividades educacionais não vem favorecendo a inclusão digital dos alunos.

Os responsáveis pela implantação de programas de utilização da informática na educação devem ampliar o número de computadores oferecidos às instituições de ensino, pois, levando-se em consideração que algumas das escolas visitadas atendem cerca de 1.500 alunos por dia, pode-se concluir que essas escolas terão muitas dificuldades para desenvolver atividades educacionais com um número tão reduzido de computadores.

O NTE precisa fornecer um serviço de manutenção mais eficiente e que atenda todas as escolas que receberam computadores, pois, se o número de computadores recebidos já é reduzido, a situação piora quando se constata que muitos computadores estão danificados e não recebem manutenção.

É necessário que as escolas adquiram softwares educacionais para utilização por parte de professores e alunos. Esses softwares estão sendo desenvolvidos como estratégia para promoção do ensino das mais diversas disciplinas, seja para as atividades a distância ou presenciais, sendo disponibilizados, predominantemente, através de CD-ROM.

É necessário que todas as escolas possuam profissionais responsáveis pelos laboratórios, pois a ausência desse profissional tem inviabilizado o uso dos computadores em algumas escolas, onde os laboratórios estão fechados, impossibilitando o acesso de alunos e professores aos computadores.

Desse modo, é preciso inserir cursos de formação continuada de professores para o uso educativo dos computadores, de preferência, na própria escola e dentro da carga horária semanal do professor, pois muitos professores não têm condições de se qualificar pelo fato dos cursos serem oferecidos em horários em que eles estão lecionando, seja na instituição visitada ou em outras instituições de ensino.

Além de uma preparação adequada dos professores, faz-se necessário um projeto político-pedagógico que articule o trabalho do professor com o uso dessas tecnologias em atividades disciplinares, do contrário, corre-se o risco de se confrontar com velhas práticas, mais caras e com um caráter pretensamente moderno, uma vez que a simples introdução da tecnologia não é capaz de modificar as concepções do professor acerca das questões pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 522**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Relatório de atividades 1996/2002**. Brasília, 2002.

LIBEDINSKY, Marta. A utilização do correio eletrônico na escola. In: LITWIN, Edith (org.). **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. Capítulo 8, Utilizar novas tecnologias.





Fotos: Krischina Aplevicz

Panificação como alternativa de inclusão para portadores de necessidades especiais

APLEVICZ, Krischina S.; DENTZ, Berenice G. Z. von; MARCOS, Emanuelle N. F.; AMORIM, Telma P. P.
Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina

Palavras-chave: Inclusão; Panificação; Parcerias.

Introdução

A Unidade Continente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina iniciou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na educação profissional da área de Turismo e Hospitalidade em agosto de 2006. Entre as metas inicialmente traçadas está a da responsabilidade socioambiental, a qual pode ser viabilizada através de parcerias com outras entidades. Nesse âmbito, a busca da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais foi uma das ações implantadas, por meio da parceria firmada com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Esse

trabalho conjunto possibilitou a realização do curso de qualificação profissional, chamado Oficinas de Panificação, que será discutido a seguir.

A Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) é uma instituição estadual de caráter beneficente, instrutivo e científico, sem fins lucrativos, vinculada a Secretaria de Estado da Educação e Inovação. Criada em 06 de maio de 1968, está localizada no município de São José/SC. Atua na área de educação especial, desenvolvendo pesquisas, definindo a política de educação especial para o estado de Santa Catarina e prestando atendimentos na área de saúde e educação.

Educação especial

A educação especial é voltada a pessoas com deficiências, que são aquelas que possuem restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limite o desempenho de uma ou mais atividades da vida diária (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2006). Já deficiência mental é definida como comprometimento cognitivo relacionado com o intelecto teórico (capacidade para utilização das formas lógicas de pensamento conceitual) que também pode se manifestar no intelecto prático (capacidade para resolver problemas de ordem prática de modo racional), ocorrendo no período de desenvolvimento, ou seja, até os dezoito anos de idade” (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2006). De acordo com a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), a deficiência mental é dividida em leve, moderada e severa – dependendo do grau de comprometimento mental (BRASIL, 1994). Na instituição estão hoje matriculados cerca de quatrocentos e nove (409) alunos, distribuídos em três centros de atendimento, sendo eles: Centro de Educação e Trabalho (Cenet), Centro de Ensino e Aprendizagem (Cenap) e Centro de Educação e Vivência (Cevi).

Entre os objetivos do Cenet estão: preparar e encaminhar os educandos para o mercado de trabalho competitivo, oferecendo também atividades laborativas ocupacionais. Este centro, onde se realizou o curso de qualificação profissional, está estruturado em diferentes modalidades de atendimento, divididas da seguinte forma: oficinas adaptadas, rotativas de convivência, pedagógicas, profissionalizantes, locomoção independente e encaminhamento e colocação no mercado de trabalho (FCEE, 2007).

Atualmente no Cenet estão matriculados cento e trinta e um (131) alunos, sendo que doze (12) deles fazem parte da oficina profissionalizante de panificação. Destes, quatro (4) são mulheres e oito são (8) homens, com idades entre dezenove (19) e vinte e seis (26) anos. O Cenet atende alunos a partir de 14 anos, com diagnóstico de deficiência mental, tendo outras deficiências associadas ou não e transtornos invasivos do desenvolvimento. Todos os alunos possuem algum tipo de deficiência mental, sendo: dez (10) com deficiência mental moderada (três deles com Síndrome de Down) e 2 com deficiência mental leve. Com relação à escolaridade, três (3) deles são alfabetizados e o restante estava iniciando a alfabetização no período do curso. A oficina foi iniciada no primeiro semestre de 2007, orientada por uma das professoras da Fundação, devendo estender-se até a avaliação dos

Krischina Singer Aplevicz é mestre em Ciência e Tecnologia em Alimentos pela UEPG e professora do curso Técnico de Panificação e do curso de Auxiliar de Panificação do CefetSC.

Berenice Giehl Zanetti von Dentz é especialista em Biossegurança pela UFSC e professora do curso Técnico de Panificação e do curso de Auxiliar de Panificação do CefetSC.

Emanoelle Nazareth Fogaça Marcos é especialista em Saúde da Família pela UFSC, mestranda em Nutrição pela UFSC e professora do curso Técnico de Panificação e dos cursos de Auxiliar de Panificação e Auxiliar de Cozinha do CefetSC.

Telma Pires Pacheco Amorim é especialista em Educação pela FUCAP e professora do curso Técnico em Hospedagem do CefetSC da Unidade Continente.



alunos quanto a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Teve por objetivos incentivar o interesse dos alunos com deficiências para as atividades do setor de panificação, bem como aprimorar a elaboração dos produtos panificáveis.

Oficina de panificação

A oficina, com carga horária total de 40 horas, foi realizada entre os meses de maio e julho de 2007, contando com 10 encontros semanais de 4 horas cada. As aulas foram realizadas nas instalações da própria FCEE, tendo em vista que esta possui um laboratório de panificação completo montado. Envolveram-se no curso, três professoras da área de panificação e confeitaria do Cefet, sendo que a cada encontro, duas professoras revezavam-se na aula. Também participou da oficina a professora de nutrição do Cefet, que ministrou algumas aulas teórico-práticas de higiene. Além disso, houve acompanhamento da professora responsável pela turma na FCEE.

O curso consistiu na elaboração de pães, biscoitos, bolos e salgados. Os produtos foram preparados através de processos caseiros, dispensando a utilização de equipamentos industriais. Os ingredientes foram fornecidos pela instituição, não tendo sido utilizados aditivos.

O curso foi iniciado com uma ambientação, que teve por objetivos o reconhecimento do local, dos alunos e dos equipamentos e utensílios disponíveis. Nesse dia, a professora de nutrição da equipe fez uma exposição dialogada sobre higiene na manipulação de alimentos, discutindo com os alunos alguns aspectos importantes para a produção de panificáveis.

No decorrer do curso, a professora de nutrição esteve presente em mais três encontros, com o intuito de verificar o conhecimento adquirido, observar as principais dificuldades e reciclar as informações. Nesse que-

sito, a turma apresentou-se heterogênea: foram observadas dificuldades de alguns alunos em memorizar e executar os procedimentos de higiene. Já outros mostravam ter adquirido hábitos higiênicos como rotina. A diferenciação dos panos usados na cozinha também era uma dificuldade, pois com frequência, os panos de limpeza do ambiente e os panos de secagem de utensílios eram confundidos.

A professora responsável pela turma teve um papel importante, pois constantemente alertava aos alunos sobre as falhas na manipulação. É importante ressaltar que alguns hábitos de higiene pessoal já eram praticados pelos alunos, por orientação da professora, tais como: uso de uniforme e proteção para os cabelos, lavagem das mãos, limpeza de bancadas e utensílios.

As receitas selecionadas para a oficina foram elaboradas de forma individual e coletiva, visando observar o desempenho de cada aluno, o trabalho em equipe – fundamental no setor de panificação – e também em função da quantidade de utensílios disponíveis e das peculiaridades de algumas receitas. A divisão é descrita na tabela abaixo:

Receita	Metodologia
Pães	Individual
Biscoitos	Individual
Bolos	Coletiva
Salgados	Individual e coletiva

No preparo dos pães, observou-se as etapas de dosagem e a ordem de adição dos ingredientes. Durante a dosagem, a maioria dos alunos demonstrou dificuldades em quantificar os ingredientes, precisando ser auxiliados. No que tange à adição, percebeu-se facilidade, especialmente no peneiramento de farináceos. Outra etapa de preparo observada foi a mistura da massa, na qual alguns alunos tiveram dificuldades na continuidade do processo, acabando por se desestimular, interrompendo a finalização e produzindo pães sem desenvolvimento.

Na elaboração de alguns biscoitos constatou-se dificuldades dos alunos na abertura da massa. Isto ocorreu em virtude da grande quantidade de gordura utilizada, que tornava a consistência da massa mole. Foi observado que os alunos aplicavam força excessiva nesse processo, o que acabava por danificar o produto. No caso do preparo de sequilhos, os alunos demonstraram mais facilidade em elaborar a massa, considerando que possuem consistência mais firme.

Os bolos foram produzidos coletivamente, havendo colaboração de todos, sem dificuldades aparentes.

Os alunos do grupo apresentaram algumas limitações no preparo de salgados como esfiha e coxinha que, por serem produtos com tamanhos pequenos e massas delicadas, que exigiam maior capacidade de manipulação. Nesse caso os problemas ocorridos foram com o fechamento

inadequado do salgado e com a mistura de recheio à massa. Apesar de possuírem equipamentos adequados, como: cilindros; divisora, masseira bateadeira; forno; geladeira e freezer, somente os 4 últimos foram utilizados. Os demais estavam inadequados para uso devido à falta de manutenção e conservação.

Considerações finais

Mesmo com algumas habilidades reduzidas as pessoas portadoras de necessidades especiais auxiliam nas aulas e nas atividades propostas com empolgação e sem reclamações. Portanto, é importante apoiar sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho, tendo em vista que se tornam indivíduos mais participativos com tranquilidade suficiente para se mostrarem prestativos. Mesmo apesar do desânimo de alguns dos integrantes diante das dificuldades surgidas, muitos demonstraram persistência e tentaram, com a ajuda do professor, elaborar o produto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial – educação especial: um direito assegurado**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Fixa normas para a Educação especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. **Resolução nº 112**, de 12 de dezembro de 2006.

FCEE. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/afundacao/objetivos.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2007.





Foto: Edna Oliveira

Reflexões sobre a transposição do rio São Francisco a partir do filme 'Narradores de Javé'

FERREIRA, Edna M. O.; RIOS, Márcio L.

Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA

A discussão sobre problemas com os quais nos vemos envolvidos no dia-a-dia constitui uma ação um tanto relegada a segundo plano, seja no convívio familiar, seja na escola ou vida social. Fica apenas a justificativa de que nos falta tempo. Não é comum o debate intensivo entre cidadãos comuns, supostos beneficiados, e pessoas ou órgãos envolvidos nesta ou naquela ação ou intenção do governo.



O que se percebe é a tendência à aceitação passiva por omissão da sociedade, ou a especulação, não pelo que ela possa resultar de positivo, mas como resistência política do partido político oposto àquele que se propõe à ação. E isso nem sempre resulta em benefícios aos mais necessitados. Ao contrário, geralmente eles são utilizados para engrossar filas, nas manifestações, para depois sofrerem, sozinhos, as conseqüências.

Assim, entendendo a pedagogia de projetos como educação que prepara para a vida futura, em que a escola representa a vida presente e, partindo de um projeto interdisciplinar envolvendo

as disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia e Artes, desenvolvido nas primeiras séries do Ensino Médio na Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA, foram vivenciadas situações que promoveram o rompimento com esse modelo de comportamento e tentou despertar no aluno o senso crítico e a consciência cidadã.

Buscou-se, através da retomada do que foi a construção da Barragem de Sobradinho/BA, no que se refere à não participação da sociedade nas decisões, naquela época, já que o período político em que se deu não favorecia a participação popular, avaliar pontos positivos e negativos da transposição do rio São Francisco, a partir do filme 'Narradores de Javé' e de leituras de notícias extraídas do jornal A Tarde e de sites diversos, sobre as ações já implementadas pelo Governo Federal em favor da transposição e o nível de conscientização da sociedade a esse respeito.

Desenvolvimento e discussão dos resultados

Os alunos assistiram ao filme 'Narradores de Javé', sob a orientação dos professores, com vistas não apenas ao conteúdo do filme, mas também aos elementos que compõem a narrativa: o tempo, o espaço, o enredo, as personagens e o foco narrativo. Além disso, observaram os mecanismos de construção desses elementos para que cumprissem a função estética e de coerência dentro da obra.

Num segundo momento, os professores envolvidos no projeto, sensibilizaram os alunos para a questão da construção da Barragem de Sobradinho/BA e o que ela tem em comum com a temática da transposição do rio São Francisco, com a música 'Sobradinho', de Sá e Guarabyra: audição do CD e interpretação de trechos pertinentes, em que se fala da inundação para a construção da Barragem de Sobradinho/BA. Algumas cenas contidas no filme "Narradores de Javé" serviram de mote para se

relacionar conseqüências sociais geradas pela construção da hidroelétrica de Sobradinho, na Bahia.

Após leituras e debates em sala, alunos entrevistaram especialistas e autoridades, para que se fundamentassem e consolidassem as idéias; realizou-se um júri simulado, com a participação de alunos e professores, no qual se pôde avaliar a iniciativa do projeto, através da participação e das falas dos alunos. Propositadamente, venceu a idéia de que todos devem continuar pesquisando, lendo e debatendo para que melhor se posicionem e acabem por engrossar correntes realmente comprometidas com o desenvolvimento regional, para que se tomem decisões acertadas. Não se pode errar!

Num último momento, foi apresentada à turma uma performance, escrita pelos alunos nas aulas de produção de texto e organizada pela professora de Artes, para ser dramatizada pelos próprios alunos, em que se evidenciava a necessidade de participação ativa de todos nas questões sociais, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao exercício efetivo da cidadania.

Registra-se como positiva a participação e o envolvimento dos alunos nesse tipo de atividade que compõe a pedagogia de projetos, uma vez que dinamiza a prática pedagógica; oportuniza a exploração dos conteúdos em várias perspectivas e não apenas na perspectiva de um único professor, evitando-se a atomização do conteúdo; sugere aos 'personagens do tempo presente' mobilização e organização, tendo em vista os interesses próprios da comunidade e exercendo papel de 'protagonistas da história e não meros figurantes'.





Fotos: Kamila Gonçalves Rios

(Des)construindo diferenças

RIOS, Kamila G.; SOUSA, Antonio S.

Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA

A Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA (EAFSB/BA) visa à formação de cidadãos, fazendo isso por meio da educação profissionalizante nos diversos níveis de ensino (formação, qualificação e requalificação), e vivenciou, em 2006, uma experiência inédita de inclusão social, fazendo valer a sua visão de unidade educadora.

Todos sabemos do importante papel atribuído às escolas no processo de inclusão. Então, a EAFSB instituiu o Núcleo de Apoio a Portadores de Necessidades Educativas Especiais (NAPNEE) em 2005, que de imediato deu início às suas ações: palestras de conscientização para a comunidade escolar (figura 1) e participação em eventos ligados ao tema **inclusão social** (figura 2).

Já em 2006, elaboramos o projeto **Incluir: envolver, fazer parte, pertencer** com vistas a promover uma maior interação entre escola/comunidade, estipulando uma reserva de 50% para os portadores de necessidades especiais (PNEs).

Fizemos a divulgação na mídia local (rádio e TV), enfatizando a importância da inclusão social, da singularidade de cada indivíduo na sociedade, visando assegurar-lhe o pleno exercício dos seus direitos e sua efetiva integração social, bem como descrevendo o curso: seria ministrado duas vezes por semana, uma em período integral e outra em um único turno, perfazendo o total de trinta horas.

A resposta foi imediata: as vagas logo foram preenchidas por um grupo de PNEs do Instituto Psicopedagógico de Bonfim e outras pessoas dos mais diversos bairros da cidade. Logo dávamos início ao 1º Curso Básico de Qualificação, com a participação de PNEs na área de Agricultura I (Olericultura Orgânica), com carga horária de 30 horas e ministrado pelo professor Antonio Sousa.

Sabíamos que tínhamos um desafio pela frente. Alguns inscritos, quando viram que fariam parte de uma turma com PNEs, desistiram na primeira semana, e de imediato preenchemos essas vagas com PNEs que até então não seriam atendidos em virtude do número de vagas; notamos também um grau de dificuldade na apreensão de conhecimentos, especialmente por parte dos PNEs. Esses entraves, no entanto, nos fizeram repensar, a fim de encontrar possíveis soluções. Acreditamos que os cursos precisam ser ministrados com uma carga horária semanal menor por um período de tempo mais longo, o que fará com que os PNEs tenham um convívio intenso com o ambiente, o que resultará em um maior índice de aprendizado. Verificamos também que quando se deparavam com a realização de atividades práticas, todos queriam fazer ao mesmo tempo, e a solução apontada pelo professor foi a de disponibilizar mais material para as aulas práticas, permitindo que todos realizem as atividades ao mesmo tempo. Mas essas dificuldades não diminuíram nossa motivação.

Palestra de conscientização



A interação entre alunos regularmente matriculados na escola, professor, PNEs e demais participantes que permaneceram no grupo nos deu a certeza de que havíamos trilhado o caminho certo, servindo como estímulo e exemplo para outros cursos que pretendemos desenvolver nessa mesma linha de inclusão. Todos se envolveram nas atividades programadas e o faziam com muita dedicação (figura 3). Então, o resultado era sempre gratificante. Os PNEs só faltavam às aulas se estivessem com problemas de saúde, o que representou um ponto positivo no aprendizado. Percebeu-se, ainda, que sempre havia pais presentes querendo acompanhar o desempenho do filho. Tudo isso serviu como incentivo para o professor e demais envolvidos no processo.

Naquela oportunidade, os PNEs demonstraram suas habilidades, deixando claro que só precisam de estímulos e oportunidades para manifestar suas potencialidades. Sob a orientação do professor e três monitores, Benedito Júnior, Erijefferson Pereira e Gobério Soares, aplicaram práticas diversas de olericultura: confecção de canteiros, produção de adubo, preparação de inseticida natural (figura 4), preparo de sementeiras (figura 5), transplântio de mudas para canteiro definitivo, irrigação, tratamentos culturais e colheita. Vê-los realizando todas essas práticas nos mostrou como são dedicados quando se propõem a fazer uma atividade, dando significado especial ao projeto em questão.

Ao final do curso, seguindo as normas de certificação, 17 cursistas receberam o certificado; dentre esses, 14 eram portadores de necessidades especiais e 3 eram pessoas que venceram o preconceito, deixando para a comunidade escolar uma grande lição. Toda e qualquer pessoa é um ser em potencial para aprender, contribuir e se desenvolver plenamente. Basta que lhe seja dada oportunidade.

Produção de inseticida natural





Shutterstock

Dia de feira

SIQUEIRA, Maria D. de S.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso

O grande desafio surgiu no último bimestre do ano, numa turma de 3º ano de Ensino Médio, quando foi preciso substituir uma professora em licença para doutorado. O ano letivo estava praticamente acabando, os alunos em ritmo de vestibular e com o conteúdo programático praticamente concluído. Como despertar o interesse para as aulas de Geografia? Resolveu-se, então, propor um trabalho de campo com pesquisa voltada para a comunidade. Escolheu-se a feirinha da Boa Morte, nome emprestado da igreja antiga na praça do mesmo nome e bem próxima à escola. Proposta aceita pelos alunos, foram estabelecidos os objetivos: vivenciar o movimento de uma feira livre, perceber sua dinâmica, estratégias de vendas, identificar o comerciante da feira e seus ajudantes como mão-de-obra diferenciada, analisar o espaço ocupado pela feira e sua interação com a vizinhança, conhecer um pouco da história de feira e de Cuiabá.

Como os conteúdos de geografia foram trabalhados: a economia do Mato Grosso, aspectos da agricultura e da pecuária, os produtos destinados à exportação e abastecimento interno, o setor de serviços, as feiras livres, a ocupação do espaço com diferentes setores da economia. Foram formados 8 (oito) grupos de trabalho, cada qual com uma missão:

- 1) o movimento inicial da feira. Montagem das bancas. O relacionamento entre os companheiros de trabalho;
- 2) os feirantes: de onde vêm, quem são, quanto ganham, quando começaram esse trabalho, têm trabalho extra, quantos sobrevivem dessa renda?;
- 3) os produtos: de onde vêm, como são produzidos, como se calculam os preços?;
- 4) as barracas ou bancas: quantas são, quais as especialidades, como estão distribuídas?;
- 5) as bancas de alimentação: o que servem, quem produz, em que parte da feira estão colocadas, como é o movimento?;
- 6) histórico da feira livre, histórico da feira na praça. Quando começou?;
- 7) análise do espaço de localização: o que os vizinhos acham, e os moradores do entorno e a clientela?;
- 8) o espaço depois da feira: como fica, quem limpa, o que fazem com as sobras, e com o lixo?

Como atividades, foram propostas e executadas: pesquisa e discussão em sala de textos sobre a economia do Mato Grosso, observação de mapas, estudo de campo, visita à feira desde as primeiras horas da montagem das barracas até o término (figura 1), pesquisas bibliográficas sobre as feiras livres, discussão e análise, seleção e tabulação dos dados, elaboração de gráficos e tabelas, construção de maquetes, painéis de fotos, organização dos grupos para socialização. No pátio da escola, montou-se uma mini-feira, ao lado de painéis, mapas, maquetes e disposição dos alunos em grupos para exposição e apresentação dos trabalhos.

Figura 1. Feira da Boa Morte. Alunos em trabalho de campo



Como resultado, conseguiu-se presença integral dos alunos, percepção da importância e funcionamento da economia informal, uma participação mais ativa na vida da comunidade e respeito pelo trabalho dos outros, como frisou uma das alunas, Simone: “aprendemos que essas pessoas enfrentam essa situação por falta de emprego melhor, muitas vezes como única opção, mas que são persistentes nos seus ideais”. Muito mais que conteúdo científico, a participação na vida da comunidade levou a enxergar a ciência com novos olhos, de uma maneira mais ativa e consciente.



Fotos: José Grisa

A comunidade remanescente de quilombos do Angico na cidade de Alegrete

GRISA, José E. A.

Escola Agrotécnica Federal de Alegrete

A partir da Constituição Federal de 1988, a crescente difusão e a conseqüente visibilidade que vêm ganhando no espectro social as comunidades remanescentes de quilombos fazem com que os movimentos sociais, em especial o movimento negro, pesquisadores de várias matizes, operadores jurídicos e agentes públicos coloquem em evidência os direitos dessas populações tradicionais.

O artigo 68 da Constituição diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Na busca desse reconhecimento, uma das questões colocadas, na atualidade, é o debate referente à categoria de quilombo. É mister salientar que a lei, a

conquista de direitos e a reconstrução da identidade quilombola são frutos da luta histórica do movimento negro brasileiro. Isso é importante salientar já que muitos são aqueles que querem fazer passar esse reconhecimento como uma dádiva do estado e de suas agências, o que não corresponde à realidade dos fatos.

Duas visões se destacam na disputa sobre quem seriam os remanescentes de quilombos hoje: uma concepção mais tradicional e conservadora, que relaciona diretamente os descendentes aos quilombos do período do escravismo colonial brasileiro, considerando que os descendentes dos escravos que habitavam os quilombos até 1888 e permanecem no lugar de origem são somente esses que podem reivindicar a condição de remanescentes de quilombos. Esta visão é representada pela bancada ruralista no Congresso Nacional, ou seja, a bancada que representa os grandes proprietários de terra do nosso país.

Por outro lado, há a posição defendida por antropólogos, procuradores e movimentos sociais, que enfatizam na categorização de quilombola a autodefinição, a diferenciação étnica, a resistência ao racismo, ou seja, defendem o que está no enunciado do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias. Portanto, remanescente de quilombo é uma categoria. O Rio Grande do Sul está em processo de conhecimento e reconhecimento de um número significativo de comunidades remanescentes de quilombos, já são mais de 120 comunidades identificadas.

Uma série de indicadores, entre eles o Mapa da Fome, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (1990), apontam que, dentro dessa realidade precária da agricultura familiar, os agricultores mais excluídos são os das comunidades remanescentes de quilombolas.

Alegrete possui um número significativo de pequenas propriedades rurais e, entre essas, resistem comunidades descendentes de quilombolas que só muito recentemente foram identificadas. A história social da colonização do Rio Grande do Sul caracteriza-se pela constante destruição dos territórios de resistência das comunidades negras pela estrutura fundiária ora dominante.

Uma dessas comunidades é a Comunidade Quilombola do Angico, que é composta por, aproximadamente, 25 famílias. A comunidade está distante 65 quilômetros da sede do município e se localiza no 2º sub-distrito, denominado Itapororó. A comunidade recebeu o nome de Angico porque fica às margens do rio que passa na comunidade e leva o mesmo nome.

Um dos aspectos importantes da pesquisa realizada na comunidade foi sobre a questão do território, pois a identidade e a territorialidade são as bases fundantes da categoria social de remanescente de quilombos, daí a justeza do que preconiza o artigo 4º da Instrução Normativa do Incra: “consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, a exemplo das áreas detentoras dos recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, destinados aos



cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

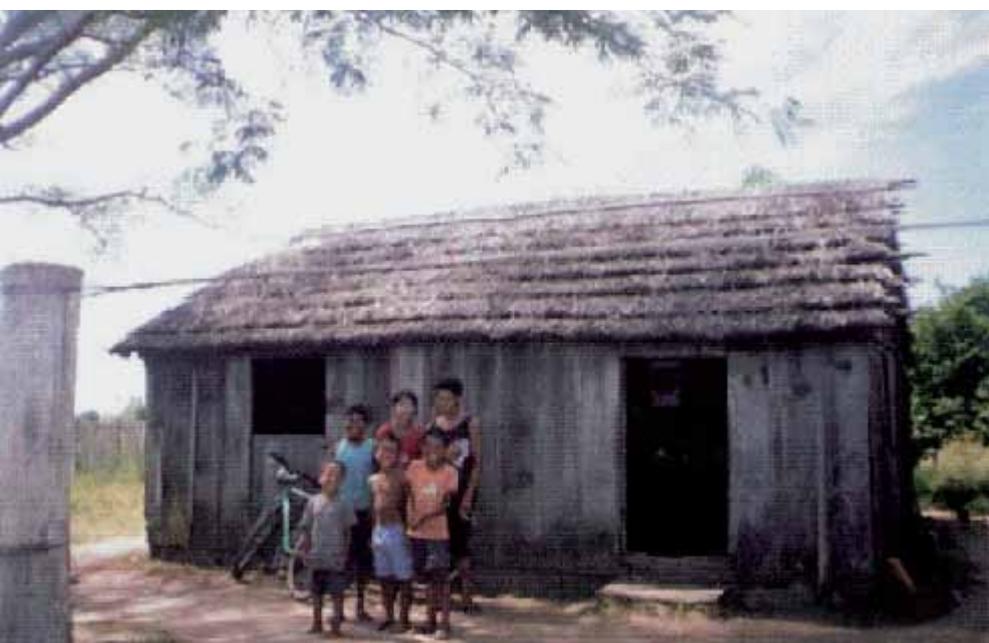
Nesse sentido, a comunidade quilombola do Angico tem conhecido, nos últimos anos, uma enorme subtração territorial, tencionada pela ganância do latifúndio em estender suas fronteiras.

Na comunidade do Angico, há um misto de propriedade coletiva e individual. Ali, uma perspectiva de tratar o território é a simbólica, que tem contribuído no sentido de valorizar a identidade territorial, o vivido. O território assume um papel diferenciado em que os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, um passado afetivo, mantido pelas representações culturais.

Também em função disso, é muito citado nas conversas com os quilombolas o carinho e a preocupação ambiental deles com o Arroio Angico e suas matas ciliares. Os mais velhos lembram que era fonte das brincadeiras de infância e reserva para pesca, caça e lenha que ajudava na reprodução do grupo. De seus banhados tiravam o capim-caninha para fazer suas moradias. Hoje, as matas foram cortadas e diminuídas pela lavoura de arroz, que vai até as barrancas do rio, assoreando-o, além dos agrotóxicos que vão acabar no rio. A água não dá mais para ser bebida, lebres, veados, capivaras, tatu-molitas, pombão-do-mato, jacu, que antigamente eram abundantes, já não são vistos, as gerações atuais são ceifadas dessa ecologia do território.

Portanto, a etnicidade deve ser levada em consideração para além da questão fundiária, pois a terra é uma necessidade econômica e social, sugere uma base física, o local de residir, enquanto que território é um espaço geográfico-cultural, inscreve limites, fronteiras, é uma necessidade política, é uma base coletiva que é reclamada pelos quilombolas como direito coletivo indispensável para sua sobrevivência e identidade.

Atualmente, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete realiza um projeto de extensão rural junto a esta comunidade, tendo como parceiros o Movimento Negro de Alegrete, a Associação dos Pecuaristas e Agricultores Familiares de Alegrete (Apafa), a Emater-Ascar e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).





Fotos: Leda Fernandes

Implantação de uma unidade-piloto de biodiesel

FERNANDES, Leda G.; RAATS, Luis E. de S.
Escola Agrotécnica Federal de Machado/MG

O óleo diesel é um componente estratégico na produção familiar, na medida em que entra na composição de custos e é fundamental em alguns sistemas de produção agrícola. O biodiesel, por sua vez, enquanto substituto importante do diesel e importante instrumento de geração de emprego e renda no campo, torna a implantação de um projeto de produção desse biocombustível para atender esta demanda um fator preponderante na definição de estratégias de intervenção dos organismos públicos. Neste contexto, o sul de Minas Gerais, caracterizado por ser uma região predominantemente agrícola e com um grande número de agricultores familiares, torna-se uma região propícia para a implantação de projetos desta natureza. A Escola Agrotécnica Federal de Machado - EAFM, localizada no sul

de Minas Gerais, através de seu reconhecido trabalho de articulação de parcerias e consciente da importância de disponibilizar sua estrutura física e humana a serviço do desenvolvimento econômico e social da região, vem contribuir neste processo com a implantação, em suas dependências, de uma unidade-piloto de produção de biodiesel.

Com o apoio da Fundação Banco do Brasil, a escola e a Fadema – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado, fundação sediada na EAF-Machado, implantam esta Unidade-Piloto de Produção de Biodiesel com o objetivo de gerar emprego e renda para agricultores familiares e oferecer uma alternativa de processamento de seus produtos agrícolas, em especial as oleaginosas, transformando-as em biodiesel para seu consumo. A relação estabelecida com os agricultores familiares será a de troca, na qual o agricultor entregará à EAF a oleaginosa e levará o biodiesel e seus co-produtos (torta ou farelo). A EAFM e a Fadema também serão responsáveis pela realização de seminários, cursos e visitas aos produtores e suas associações para qualificá-los na produção das oleaginosas.

Esta planta industrial de produção de biodiesel terá também como objetivo a introdução do conteúdo pedagógico de produção de biocombustíveis nas matrizes curriculares dos cursos técnicos da EAFM e servir como base para a implantação do curso de Tecnologia em Energias Renováveis, previsto para 2009. Toda a estrutura produtiva e de processamento possuirá a mesma estrutura de funcionamento, ou seja, existirá um professor responsável pelo setor, funcionários da escola que operarão as máquinas e alunos que trabalharão como aprendizes (aprender fazendo) sob supervisão de professores e funcionários.

A usina, em fase final de construção, terá uma capacidade produtiva de 3.000 litros/dia e com a planta montada e em funcionamento, espera-se que o projeto sirva de modelo para a região, não somente quanto ao aspecto produtivo, mas também pedagógico e de gestão do processo de produção de biodiesel em parceria com os agricultores familiares. Com a produção de oleaginosas, espera-se que os produtores diminuam seus custos e, conseqüentemente, agreguem valor e melhorem sua renda e qualidade de vida e espera-se também que os técnicos capacitados em produção de biocombustível difundam e orientem produtores e empresas sobre o tema.

Através deste projeto, a EAF-Machado acredita estar cumprindo sua missão institucional: “Participar e contribuir para o processo de desenvolvimento rural do sul de Minas Gerais”.





Fotos: Shutterstock

Efeitos do turismo na comunidade em Carrancas

GOMES, Bruno M. A.; ROMANIELO, Marcelo M.; SILVA, Marcelo A. C.

Colégio Técnico Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG

O turismo traz uma série de efeitos, não só econômicos, mas também efeitos sociais, culturais e ecológicos, especialmente para as comunidades receptoras. Por isso, o objetivo deste estudo é discutir, a partir de uma pesquisa quantitativa, as percepções dos moradores de Carrancas/MG em relação ao turismo na cidade em que residem.

Carrancas é um município localizado ao sul de Minas Gerais, com uma população de aproximadamente 3.500 habitantes. Nos últimos anos, o turismo tem se apresentado como uma atividade de destaque no município, configurando-se como uma alternativa de geração de renda, por suas belezas cênicas, especialmente as cachoeiras e serras.

Diante desta realidade, foram entrevistados 30 moradores de Carrancas, dos quais 36,7% são do sexo masculino e 63,3% do sexo feminino. Em

Outras instituições:

Univ. Federal de Lavras/MG

Faculdade Presbiteriana Gammon/MG

Univ. Federal de Juiz de Fora

relação à idade, 36,7% dos entrevistados possuíam de 41 a 60 anos e 30% se situavam numa amplitude de 16 a 30 anos. Os dados revelaram também que 60,1% dos entrevistados residem em Carrancas há mais de 26 anos. A renda de 70% dos entrevistados era de até R\$ 500,00, sendo que, destes, 40% recebe até R\$ 300,00. Os dados apontam também que 50% dos entrevistados não possuíam segundo grau. Destaca-se que 6,7% possuíam terceiro grau completo e 6,7%, pós-graduação.

As percepções dos moradores de Carrancas entrevistados podem ser constatadas através das frequências das respostas às variáveis utilizadas neste trabalho, por meio das quais observa-se que:

- 90% dos entrevistados não se sentem incomodados com o turismo no município de Carrancas;
- 53,3% acreditavam que o turismo trouxe pouca ou nenhuma melhoria para os moradores locais;
- 66,7% dos respondentes acreditavam que seria muito importante que os turistas que visitam Carrancas tivessem um maior contato com os moradores locais;
- 60% acreditavam que o turismo não aumentou a prostituição no município de Carrancas;
- 60% acreditavam que o desenvolvimento do turismo beneficiou poucas pessoas;
- 86,7% dos entrevistados têm a opinião de que o turismo não provocou aumento da violência no município;
- 60% consideraram que os preços dos produtos no comércio da cidade aumentaram;
- 73,3% acreditavam que os preços dos terrenos também cresceram muito com o desenvolvimento do turismo na cidade.

Por meio da análise de *cluster*, os respondentes foram agrupados em dois grupos. O primeiro representa 26,7% da amostra e o segundo grupo é formado por 50%. É observado que 27,3% dos entrevistados não foram agrupados, pois esses respondentes deixaram respostas em branco.

O grupo 1 caracteriza-se por um público mais velho, que residia em Carrancas há mais tempo, possuía grau de escolaridade e de renda mais baixo, possuía mais filhos e sua renda era menos influenciada diretamente pelo turismo. No grupo 2, os entrevistados são mais novos, residem em Carrancas há menos tempo, possuem maior grau de escolaridade, uma maior renda familiar, predominantemente não têm filhos e sua renda era mais influenciada pelo turismo.



Ao utilizar a análise discriminante, as principais variáveis que representaram as diferenças de percepção entre os dois grupos foram:

Questões	Grupo 1	Grupo 2
O turismo melhorou as condições de vida dos moradores de Carrancas?	Muito	Não ou pouco
A maioria das empresas de turismo de Carrancas pertence a pessoas que não são de Carrancas?	75 % acreditam que não	100% acreditam que sim
O turismo aumentou o número de empregos em Carrancas?	62,5 % acreditam que aumentou muito	86,6% acreditam aumentou pouco ou nada
Os turistas se preocupam em preservar a natureza ao visitar o município?	75% acreditam que sim	73,3% acreditam que se preocupam pouco ou nada
Os turistas influenciam nos hábitos de consumo dos moradores de Carrancas?	50% acreditam que há uma grande influência	60% acreditam que esta influência não ocorre
A população de Carrancas tem conhecimento dos males que o turismo pode gerar para o município?	62,5% acreditam que não	60% acreditam que a população sabe pouco

Os resultados do trabalho evidenciam a importância do poder público local atentar-se para o desenvolvimento do turismo no município, planejando-o, a fim de evitar maiores custos que poderão surgir. Esse planejamento deve se pautar na premissa de que a percepção da população de Carrancas a respeito do turismo não é homogênea. De acordo com as respostas dos entrevistados, percebeu-se que, ao planejar o turismo em Carrancas, deve-se, primeiramente, esclarecer a população local quanto ao que é o turismo e quais os seus efeitos em núcleos receptores, pois esta ainda não tem claros os efeitos que a atividade pode gerar. Em seguida, deve-se consultar os moradores sobre o que pensam a respeito da atividade no município e buscar o desenvolvimento do turismo como forma de inclusão social.





Fotos: José Freire

Horta escolar: uma estratégia de aprendizagem e construção do cidadão

FREIRE, José L. de O.; FEITOSA, Teresinha de S.; SANTOS, Francisco G. B. dos; LIMA, Antonio N.
Escola Agrotécnica Federal de Crato/CE

Desde o ano de 2001, a Escola Agrotécnica Federal de Crato/CE concretiza, na disciplina Olericultura, o Projeto Horta Escolar¹. Tendo como principal objetivo integrar as diversas fontes e recursos de aprendizagem, este projeto se calca em outros escopos que merecem ser declinados, quais sejam: servir de laboratório prático para os discentes da disciplina, praticar extensão rural, levar às comunidades escolares envolvidas no processo os conhecimentos dos discentes adquiridos na escola, destacar a olericultura como atividade econômica sustentável e viável, gerar observação e pesquisa e levar os educadores e educandos participantes a uma reflexão diária. Com uma carga horária anual robusta de 240 horas, este projeto se traduz numa ferramenta auxiliar assaz importante para a concretização dos propósitos insculpidos no plano de curso da disciplina.



A instituição predita conta, atualmente, com 160 alunos, na faixa etária de 14 a 18 anos, distribuídos em quatro turmas no Curso Técnico em Agropecuária e envolvidos nas fases que compreendem o projeto: importância pedagógica e social, produção de mudas e implantação das hortas propriamente dita. No que tange à primeira fase, os discentes são previamente conscientizados do papel deles perante a Instituição e a sociedade, principalmente no que se refere ao dever de que, para cada um deles, é cogente que se devolva à comunidade, e de forma efetiva, o processo de educação custeado pelo contribuinte. É a oportunidade que se tem de aplicar os conhecimentos adquiridos em prol de comunidades escolares que podem se beneficiar em termos de ciência e de melhoria da alimentação escolar. Nesta fase, destaca-se o espírito cidadão do projeto.

Após a formalização do pedido da instituição beneficiada e, seguindo-se à primeira fase, os alunos se empenham para produzir as mudas de hortaliças a serem plantadas. É nesta fase que o espírito comunitário do projeto começa a florir nos alunos. A partir de então, estes exteriorizam a alegria do deslocamento para outras urbes, que se conclui na última fase: a da implantação das hortas, onde são preparadas as áreas, construídos e adubados organicamente os canteiros, preparadas as covas, plantadas as hortaliças e realizados os primeiros tratos culturais. Cada instituição disponibiliza um agente responsável pela manutenção da horta para a familiarização com os cuidados técnicos requeridos a partir de então. O docente e os discentes envolvidos é que repassam as informações requeridas. Muitas das vezes ocorre o envolvimento até dos discentes da escola beneficiada.

Ante as experiências conseguidas nos anos de implantação, percebe-se que o projeto vem proporcionando possibilidades para o desenvolvimento de ações pedagógicas ao permitir práticas em equipe e a exploração da multiplicidade de formas de aprender, valorizando, inclusive, a importância do trabalho e da cultura do homem do campo.

Nesse contexto, pesa ressaltar os princípios pedagógicos que justificam essa prática, bem como os fundamentos legais que norteiam a prática educacional e que conduzem a ações com essas características (artigos 36, II, e 40 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96. Sob este olhar, a educação tem um viés social. Esse enfoque dado ao processo de ensino aprendizagem traz para o discurso pedagógico elementos relevantes, em especial no que se refere à maneira como se devem entender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, à importância da relação interpessoal nesse processo, à relação entre cultura e educação e ao papel da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem.

1. Este projeto é coordenado pelo Professor José Lucínio de Oliveira Freire em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento Educacional, Coordenação Geral de Ensino e Coordenação Geral de Produção e Pesquisa.

A simbiose do currículo com o processo de ensino-aprendizagem propiciam, na prática pedagógica aqui descrita, a tríplex *práxis* do conhecimento: APRENDER A CONHECER, isto é, adquirir os instrumentos da compre-

ensão; APRENDER A FAZER, para poder agir sobre o meio envolvente e APRENDER A VIVER JUNTOS, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas. Isto resulta, ao final, num APRENDER A SER, via essencial que integra os três precedentes, consoante os ensinamentos de Delors (1999). As práticas pedagógicas atinentes ao projeto Horta Escolar constroem uma autobiografia, um *curriculum vitae*, um documento de identidade diferente do tradicional.

Considerando esse olhar sobre currículo, o projeto Horta Escolar tem a intenção de criar na escola um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve, necessariamente, favorecer a inserção do educando no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior onde o mesmo seja capaz de intervir na realidade, de modo a contribuir para reformar pensamentos dos atores envolvidos emocional, educacional e socialmente.

Como toda prática educativa, o projeto Horta Escolar é uma ação intencional, sistemática e planejada, que possibilita aos educandos desenvolver competências e consciência profissional, sem restringir-se ao ensino de habilidades imediatamente demandadas pelo mercado de trabalho.

Enfim, o projeto contempla uma visão interdisciplinar de educação, apontando para a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos, rompendo os desafios culturais, sociológicos e cívicos. Além de contribuir significativamente para estancar a evasão escolar na instituição citada, unindo tudo o que foi destacado, o projeto Horta Escolar serve para construir um passado feliz para todos os envolvidos no processo.

No ano em curso já foram implantadas hortas escolares nos municípios cearenses de Catarina, Altaneira e Farias Brito. Já estão agendadas instituições escolares em Crato, Aiuaba e Santana do Cariri.



BA

(Des)construindo diferenças

Kamila Gonçalves Rios
kamilarios@gmail.com
Antonio Sousa Silva
sousaantonio@bol.com.br

Reflexões sobre a transposição do rio São Francisco a partir do filme 'Narradores de Javé'

Edna Maria de Oliveira Ferreira
edmaof@hotmail.com
Márcio Lima Rios
marciogeog@gmail.com

Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim
Estrada de Igara, Km 04 – Zona Rural
Senhor do Bonfim/BA – CEP: 48970-000
Telefones: (74) 3541-3676 / 3382
Fax: (74) 3541-3676
E-mail: e-agrot@ifrnet.com.br

Rompendo a barreira do silêncio

Marcelo Silveira de Jesus
guasurdo@yahoo.com.br
Claudete Blatt
claudeteblatt@superig.com.br;
claudete@cefetba.br

Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

Rua Emídio dos Santos, s/nº – Barbalho
Salvador/BA – CEP: 40300-010
Telefone: (71) 2102-9401
Fax: (71) 3242-0621
E-mail: gabinete@cefetba.br
Site: www.cefetba.br

CE

Mobilização de estudantes universitários no desenvolvimento de práticas sociais inclusivas
Tereza Cristina Valverde Araujo Alves
cristina@cefetce.br

Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

Av. 13 de Maio, 2081 – Benfica
Fortaleza/CE – CEP: 60040-531
Telefones: (85) 3288-3674 / 3676
Fax: (85) 3288-3711
E-mail: gabinete@cefetce.br
Site: www.cefetce.br

Horta escolar: uma estratégia de aprendizagem e construção do cidadão

José Lucínio de Oliveira Freire
luciniooliveira@yahoo.com.br
Teresinha de Sousa Feitosa
tsfeitosa@yahoo.com.br
Francisco Gauberto B. dos Santos
gauberto@bol.com.br
Antonio Nustênil de Lima
nustênil@gmail.com

Escola Agrotécnica Federal de Crato
Rodovia CE 096, Km 05, Sítio Almecegas
Zona Rural – Crato/CE – CEP: 63100-000
Telefones: (88) 3523-2642 / 2098 / 2344
Fax: (88) 3523-2643 / 3526-2344
E-mail: eafcrato@netcariri.com.br
Site: www.eafcrato.com.br

GO

Inclusão social por meio do esporte
Vicente Pereira de Almeida
direcao@cefetrv.edu.br
José de Oliveira
joliveira@cefetrv.edu.br

Cleide Borges da Costa
cleideborges25@yahoo.com.br
Lucimeiry Rodrigues de Carvalho
lucimeiry@cefetrv.edu.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde

Rodovia Sul Goiana, Km 01 – Zona Rural
Rio Verde/GO – CEP: 75901-970
Telefones: (64) 3620-5600 / 5602
Fax: (64) 3621-1816
E-mail: direcao@cefetrv.edu.br
Site: www.cefetrv.edu.br

MA

Colégio Universitário forma estudantes cegos no Maranhão
Marinez de Souza Tamburini Brito
marinez@ufma.br
Angélica Moura Siqueira Cunha
angelica@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão Colégio Universitário Campus Universitário do Bacanga

Av. dos Portugueses, s/nº
São Luís/MA – CEP: 65085-580
Telefones: (98) 3226-0056 / 3248-0051

MG

Efeitos do turismo na comunidade em Carrancas
Bruno Martins Augusto Gomes
gomesbma@yahoo.com.br
Marcelo Márcio Romaniello
mmr@ufma.br
Marcelo Alexandre Correia Silva
marcelo_turismo@yahoo.com.br

Colégio Técnico Universitário da
Universidade Federal de Juiz de Fora
R. Bernardo Mascarenhas, 1283 – Fábrica
Juiz de Fora/MG – CEP: 36080-001
Telefones: (32) 3229-7508 / 7502
Fax: (32) 3229-7500
E-mail: ctu@ctu.ufjf.edu.br
Site: www.ctu.ufjf.br

Implantação de uma unidade piloto de biodiesel

Leda Gonçalves Fernandes
leda@eafmachado.gov.br
Luis Eduardo de Souza Raats
luisraats@uol.com.br

Escola Agrotécnica Federal de Machado

Rodovia Machado/Paraguaçu, Km 03
Sto. Antônio – Machado/MG
CEP: 37750-000
Telefone: (35) 3295-5011
Fax: (35) 3295-5011
E-mail: gabiente@eafmachado.gov.br
Site: www.eafmachado.gov.br

MT

Além do voluntariado
Miriam Ross
drec@drec.cefetmt.br

Dia de feira

Maria Dalva de Souza Siqueira
mariadalvass@gmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso

Rua Profª Zulmira Canavarros, 95
Centro – Cuiabá/MT – CEP: 78005-390
Telefones: (65) 3264-5635 / 3314 / 3500
Fax: (65) 3322-6539
E-mail: gabinete@cefetmt.br
Site: www.cefetmt.br

PB

Significado do envelhecimento entre idosos vivendo na comunidade
Mônica Maria Montenegro de Oliveira
monicammo@terra.com.br

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

Av. 1º de Maio, 720 – Jaguaribe
João Pessoa/PB – CEP: 58015-905
Telefones: (83) 3208-3000 / 3241-4408
Fax: (83) 3208-3088
E-mail: cefetpb@cefetpb.edu.br
Site: www.cefetpb.edu.br

PE

Integração curricular: diálogo com as comunidades locais
Edilene Rocha Guimarães
erguimaraes@gmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Av. Prof. Luiz Freire, 500 – Curado
Recife/PE – CEP: 50740-540
Telefones: (81) 2125-1600 / 1604
Fax: (81) 3271-2338
E-mail: etfpe@cefetpe.br
Site: www.cefetpe.br

RN

A escola pública como instrumento de inclusão digital
Aleksandre Saraiva Dantas
aleksandre.dantas@bol.com.br
Antônio Robson Nogueira da Silva
rob.nog@bol.com.br
Caionara Angélica da Silva
kaionara_angelica@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

Av. Senador Salgado Filho, 1559 – Tiro
Natal/RN – CEP: 59015-000
Telefone: (84) 4005-2600
Fax: (84) 4005-9728
E-mail: gabinete@cefetrn.br
Site: www.cefetrn.br

Unidade de Ensino

Descentralizada de Mossoró
Rua Raimundo Firmo de Oliveira, 400
Ulrick Graff – Mossoró/RN
CEP: 59628-330
Telefone: (84) 3315-2752
Fax: (84) 3315-2761 / 2759 / 2758
E-mail: etfrn@esam.br;
uned@netrn.com.br
Site: www.cefetrn.br/uned

Práticas alternativas em saúde

Rosalba Pessoa de Souza Timoteo
rosalbatimoteo@yahoo.com.br
Akemi Iwata Monteiro
akemiwata@gmail.com
Edilene Rodrigues Silva
marced@ufrnet.br
Cleide Oliveira Gomes
cleideogomes@hotmail.com

Escola de Enfermagem de Natal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Av. Nilo Peçanha, 619 – Petrópolis
Natal/RN – CEP: 59012-300
Telefone: (84) 3215-4258
Fax: (84) 3215-4258
E-mail: escens@enfermagem.ufrn.br
Site: www.enfermagem.ufrn.br

RR

Comunidades indígenas e o turismo local

Nadson Nei da Silva de Souza
labrupe@ibest.com.br;
nadsonneis@bol.com.br
RoseliBernardodosSantos
roselicefet@bol.com.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Av. Glaycon de Paiva, 2500 – Pricumã
Boa Vista/RR – CEP: 69309-210
Telefone: (95) 3621.8000
E-mail: etfrr@technet.com.br
Site: www.cefetrr.edu.br

RS

A comunidade remanescente de quilombos do Angico na cidade de Alegrete

José Ernesto Alves Grisa
josegrisa@yahoo.com.br

Escola Agrotécnica Federal de Alegrete

Rod. RS 377, Km 27 – 2º Dist. Passo Novo
Alegrete/RS – CEP: 97541-970
Telefone: (55) 3422-3075
Fax: (55) 3422-1294
E-mail: eafars@gpsnet.com.br
Site: www.eafars.com.br

SC

Panificação como alternativa de inclusão para portadores de necessidades especiais

Krischyna Singer Aplevic
krischyna@cefetsc.edu.br
Berenice Gieh Zhanetti von Dentz
berenicetz@cefetsc.edu.br
Emanoelle Nazareth Fogaça Marcos
emanoelle@cefetsc.edu.br
Telma Pires Pacheco Amorim
tamorim@cefetsc.edu.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina

Av. Mauro Ramos, 950 – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-300
Telefone: (48) 3221-0500
Fax: (48) 3224-0727
E-mail: cefetsc@rct-sc.br
Site: www.cefetsc.edu.br

Unidade de Ensino

Descentralizada de Continente
Rua 14 de julho 150 – Enseada dos
Marinheiros – Bairro Coqueiros
Florianópolis/SC – CEP: 89250-000
Telefone: (48) 3221-7502

